

# **A Influência da Dicção Poética Camoniana na Língua Portuguesa pela Viragem do Século XVI**

**Versão final após defesa**

**Leônidas Soares de Oliveira Júnior**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

**Estudos Lusófonos**

Orientador: Prof. Doutor Paulo José Tente da Rocha Santos Osório

**Dezembro de 2021**



# DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, aos meus saudosos pais Leônidas e Noêmia, que certamente se orgulhariam neste sublime momento, e à minha família - Sônia, minha amada mulher, minha filha Leocádia, meus filhos Leônidas Netto e Leonardo Francisco - todos grandes incentivadores neste trabalho.

# AGRADECIMENTOS

Detenho-me, neste momento, para dedicar parte do meu tempo para exercitar uma das grandes atividades que, no meu parco entendimento, é das mais deleitosas para o corpo e para a alma: o agradecer. E neste momento muito tenho a agradecer pela inefável experiência de concluir um trabalho dessa envergadura, para o qual contei com a colaboração de muitos professores e a outras pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram suma importância nessa etapa de minha vida acadêmica.

Trabalhar a influência de Camões e da sua obra na evolução da Língua Portuguesa era um desiderato já na graduação, e agora o sonho realizou-se ao concluir esse laborioso e deleitoso trabalho com orientação e apoio de tão erudita miríade acadêmica.

Agradeço ao meu orientador **Professor Paulo Osório**, para quem faltam-me adjetivos e sobram sentimentos indescritíveis que buscam palavras que os possam nominar. Seu profissionalismo, dedicação e carinho foram determinantes para que esse trabalho fosse levado a efeito. A segurança com que sempre trabalhou na orientação e a costumeira cordialidade dispensada nas nossas tratativas também merecem nota e gratidão. Acrescente-se a essas qualidades o impar conhecimento científico que o professor sempre se dispôs a compartilhar com clareza e que muito bem norteou minhas pesquisas no decorrer de todo o trabalho. Ao magnânimo Professor Paulo Osório toda minha gratidão *ab imo corde* por ter me aceitado como orientando e proporcionado tão agradável convivência acadêmica em terras lusitanas, além de ser um dos grandes responsáveis por eu ter conseguido levar a efeito o almejado sonho de trabalhar a História da Língua Portuguesa n' *Os Lusíadas*.

Agradeço imensamente ao **Professor Henrique Manso**, docente em duas cadeiras e um professor diferenciado cujos ensinamentos permearam este trabalho e foram-me de muita valia. Conhecedor profundo d' *Os Lusíadas* e dos Clássicos, teve participação direta na escolha do tema ao abrir-me os olhos para a possibilidade de desenvolver meu trabalho embasado na obra camoniana. Some-se a isso a agradável convivência acadêmica que muito ajudou-me neste trabalho.

À **Professora Cristina Vieira** desejo também externar meus agradecimentos pela receptividade e grata oportunidade de tê-la como professora em três importantes cadeiras neste Mestrado. O conhecimento por ela compartilhado foi de grande contributo em todo este trabalho e irei levá-lo para a vida. A professora sempre foi grande incentivadora e motivou-me sobremaneira durante todo o curso a buscar sempre mais o saber.

À **Professora Reina Pereira** meus agradecimentos pela oportunidade de tê-la como docente em duas importantes cadeiras e por compartilhar seu vasto conhecimento. Participar de suas memoráveis aulas foi para mim privilégio singular, muito obrigado!

Aos colegas e funcionários da UBI meus sinceros agradecimentos pela aprazível convivência e pelos excelentes trabalhos prestados em todos os setores universitários.

# ÍNDICE

Dedicatória.....	1	
Agradecimentos.....	2	
Resumo.....	5	
Introdução.....	6	
Capítulo I	A Saga da Língua Portuguesa na Península Ibérica - Do Período Pré-românico ao Português.....	9
1.1	Linguística Histórica e História da Língua.....	9
1.2	<i>Causa e Circunstâncias</i> .....	10
1.3	A Periodização.....	15
1.4	A Península Ibérica pré-românica.....	16
1.5	A Romanização da Hispânia.....	24
1.6	O Período Pré-Histórico.....	35
1.7	O Período Proto-Histórico.....	45
1.8	O Português Medieval.....	48
1.8.1	Português Arcaico ou Antigo.....	49
1.8.1.1	Galego-português.....	52
1.8.2	Português Médio ou Pré-Clássico.....	62
Capítulo II	A Influência da Dicção Poética Camoniana na Viragem da Língua Portuguesa do Século XVI.....	68
2.1	O Português Clássico.....	68
2.2	O Renascimento das Letras e das Artes e seu contributo para a reaproximação do português com o latim.....	72
2.3	<i>Ecce homo!</i> .....	75
2.4	<i>Os Lusíadas - a obra</i> .....	81
2.5	<i>Sic itur ad astra</i> .....	91
Capítulo III	<i>E o rio continua seu curso...</i> .....	93
3.1	A perene renovação da Língua Portuguesa no século XXI.....	93
3.2	<i>Verba volant</i> - O percurso do conector <i>por ende</i> ou <i>poren</i> do etimológico ao uso pragmático.....	94
3.3	Uso do pronome demonstrativo <i>mesmo</i> com emprego anafórico	97
3.4	O uso de <i>qualquer</i> significando <i>nenhum</i> em orações negativas	99
3.5	<i>Enquanto</i> : de conjunção temporal a concessiva e conformativa	101
3.6	<i>Mas</i> , de conjunção adversativa a advérbio de intensidade	103

3.7	<i>E pur si muove</i> .....	105
3.8	<i>Camonianos mares</i> .....	107
	Bibliografia.....	108
	Anexos.....	111

## Resumo

A Este trabalho trata da História da Língua Portuguesa na Península Ibérica desde o período pré-românico até a formação e consolidação do Português como língua autônoma. Enfatiza aspectos linguísticos e extralinguísticos responsáveis pela evolução da língua nas suas diversas fases. Aponta a relevância do estudo da História da Língua no universo acadêmico das Letras e áreas afins. Destaca o contributo d'*Os Lusíadas*, de Luís de Camões, para o enriquecimento e desenvolvimento da língua. Discorre sobre a perene evolução da língua e aponta alguns casos contemporâneos de provável mudança linguística. Na Metodologia de pesquisa aplicada ao trabalho opta pelo método indutivo. Sob o ponto de vista da natureza usa a pesquisa aplicada. Na forma de abordagem do problema usa a pesquisa quantitativa e bibliográfica. O perene devir da língua permeia todo o trabalho motivado por eventos diversos, tanto linguísticos quanto extralinguísticos. Conclui que as constantes interações dos falantes com a língua obrigam-na a funcionar e a mantêm viva.

Palavras-chave: História da Língua, romances ibéricos, mudança da língua.

## Abstract

A This paper broaches the History of Portuguese Language in the Iberian Peninsula from the pre-Romanesque period to the generation and consolidation of Portuguese as an autonomous language. It emphasizes linguistic and extralinguistic aspects liable for the evolution of the language in its miscellaneous phases. It points out the relevance of the study of the History of Language in the academic universe of Languages and alike areas. It highlights the contribution of *Os Lusíadas*, by Luís de Camões, to the language enrichment and development. It discusses the perennial evolution of language and alludes to some contemporary cases of probable linguistic change. The research methodology applied to this paper uses the inductive method. From the point of view of nature it uses applied research. In approaching the problem, it uses quantitative and bibliographic research. The perennial becoming of the language permeates all the paper, motivated by different events, both linguistic and extralinguistic. It concludes that the speakers' constant interactions with the language force it to subsist and keep it immanent.

Keywords: Language History, Iberian romances, language change.

# Introdução

A presente dissertação tem como escopo investigar fases pretéritas da Língua Portuguesa ao lume do entendimento da História da Língua Portuguesa, matéria que vem se fortalecendo como área científica autônoma e fundamental para melhor compreensão da evolução da língua e os aspectos internos e externos responsáveis por esse eterno devir.

Nessa cruzada linguística buscar-se-á detectar fatores internos e externos que fazem parte da evolução da Língua Portuguesa na Península Ibérica, procurando conhecer mais detalhadamente como se deram algumas dessas alterações que contribuíram para mudanças ocorridas na língua, analisando, também, a influência do latim e dos Clássicos na formação da Língua Portuguesa.

Com isso entendemos ser possível ter melhor compreensão da evolução da língua e seu estágio nos dias atuais, além de teorizar acerca de alguns eventuais caminhos pelos quais a língua poderá seguir, já que conhecer a gênese e a evolução de uma língua - pelo menos no que respeita ao material já produzido - é fundamental para entender seu funcionamento e suas dificuldades para o ensino seguro e preciso.

Dentro da História da Língua Portuguesa daremos ênfase a aspectos extralinguísticos que possam ter influído na evolução da Língua Portuguesa, aprofundando-nos nas *Circunstâncias* que atuaram diretamente nas mudanças ocorridas na Língua. Os aspectos linguísticos, ou fatores internos denominados *Causa* neste trabalho, também serão tratados sob alguns interessantes aspectos dentro do *corpus* selecionado. Os aspectos linguísticos e os extralinguísticos estão intrinsecamente ligados, e é nosso objetivo mostrar neste trabalho o forte e estreito vínculo existente entre ambos.

Explanaremos a sutil diferença entre Linguística Histórica e História da Língua, com ênfase na importância e destaque que esta vem ganhando no meio científico *máxime* pela carência de trabalhos científicos nessa seara. A interdependência entre a História da Língua e as demais Humanidades também será tratada por nós. Nosso trabalho tem o escopo de expor quão deleitoso e enriquecedor é conhecer a História da Língua Portuguesa, seus principais atores e fatores, curiosidades da língua e da História que vincaram e transformaram nosso idioma.

Apresentaremos a situação demográfica, social e linguística da Península Ibérica pré-românica e os contributos dos povos autóctones para a formação do que viria a ser o Português falado e escrito, destacando fatos históricos que marcaram indelevelmente a língua portuguesa em sua evolução, bem como outros aspectos extralinguísticos de relevante contributo para a língua, *e.g.* o sutil *modus operandi* latino de imposição da sua língua aos povos conquistados e a importância que os conquistadores davam para seu meticuloso processo de extermínio das línguas autóctones.

Trataremos cronologicamente fatos linguísticos e extralinguísticos que deram seu contributo à evolução da língua no decorrer da História peninsular, sempre enfatizando que as mudanças ocorridas na Língua Portuguesa, consciente ou inconscientemente, foram e são perenes, pois a língua está em constante devir. Por evolução consciente traremos a colação exemplos da ação direta da Igreja Católica no vernáculo, nem sempre impulsionada por interesses pios nem eclesiásticos. Os cultismos latinos introduzidos pelo *Homero das línguas vivas* são também bons

exemplos de interferência consciente na língua. Já os muitos fatores inconscientemente adentrados no vernáculo cremos poder trazê-los a farta por serem mais comuns à evolução das línguas.

Este trabalho não tem pretensão de abranger *in totum* a História da Língua na Península Ibérica porque tal feito ser-me-ia impossível, mas procurará tratar muitos fatos relevantes desde os tempos pré-românicos, quando essas plagas já gozavam de elevada importância e reputação para os povos autóctones ou imigrados e para o civilizado mundo antigo, até o século XVI, abrangendo um período de quase dois milênios. Fenícios, gregos, iberos *et. al.*, estão entre as muitas civilizações que povoaram a Hispânia antes da chegada dos romanos, sendo importante parte tratada em nosso trabalho a influência que essas civilizações exerceram sobre a língua.

A romanização da Hispânia receberá especial atenção neste trabalho por considerarmos-la responsável por legar-nos a língua latina, principal fonte e manancial permanente do nosso enriquecimento linguístico e do nosso caudal léxico. O quantioso contributo linguístico que recebemos do latim aumenta com o passar do tempo, pois nossa língua é viva e sempre procurará evoluir para acomodar-se, ainda que temporariamente, a fim de funcionar e servir seus falantes, já que as línguas mudam porque funcionam.

O declínio do Império Romano e as conseqüentes invasões germânicas e muçulmanas na Península Ibérica, o advento do Cristianismo, sua ascensão e expansão também serão tratadas neste trabalho, sempre com ênfase nos contributos dados à língua por cada um desses eventos. A Reconquista e a formação do Reino de Portugal e fatos relevantes de sua História também serão estudadas sempre ao lume da influência exercida sobre a língua.

Trataremos de Luís Vaz de Camões, o homem, de sua biografia e do pouco que se sabe sobre sua conturbada e errante vida; de Camões, o poeta, falaremos sobre a influência exercida sobre a língua, seus muitos contributos ao vernáculo e como seu estro poético tornou bela e culta a então rústica e errante língua falada e escrita na região contígua às *ocidentais praias lusitanas*.

Analisaremos a epopeia lusitana ao lume do pensamento de especialistas na obra camoniana, nomeadamente grandes luminares da filologia que se debruçaram sobre *Os Lusíadas* e assaz ampliaram nossos exíguos horizontes sobre o pensamento camoniano e seu frutuoso contributo para que a Língua Portuguesa pudesse evoluir para bem servir seus falantes.

Em se tratando de História da Língua é mister já neste introito descrever como trataremos o percurso do português na Península Ibérica: trataremo-lo da fase pré-românica, do primeiro contato do latim com as línguas autóctones e da coexistência entre ambas, da fase da romanização em que no território atual de Portugal falava-se um dos muitos romances peninsulares, da sua paulatina evolução para o galego-português e, finalmente, do seu descolamento do galego para seguir seu percurso evolutivo até o século XVI, objeto precípuo deste trabalho. *Natura non facit saltus* e a língua também não! Seu curso evolutivo é perene e encadeado, respeitando e considerando cada fase como necessária e importante para a estruturação e robustecimento da língua em sua inacabada consolidação.

Em nossa pesquisa usamos *corpus* bibliográfico de literatura científica especializada em História da Língua Portuguesa, gramáticas, dicionários, materiais

científicos de especialistas em Camões, galego-português e, claro, análises dos latinismos encontrados n'Os Lusíadas. Alguns livros de outros campos do saber também foram usados e seus excertos incluídos no trabalho, v.g., História, Filosofia *et. al.* Obras literárias também fazem parte do *corpus* usado. Dentre os autores aos quais mais recorreremos para execução deste trabalho destacamos Silva & Osório, Teyssier, Maia, Correa da Silva, Silva Neto, para citarmos alguns dos mais recorrentemente citados no trabalho, sem demérito dos demais não relacionados cujo contributo foi assaz importante para que levássemos a efeito esta empreitada.

*The last but not the least*, discorreremos sobre a engenhosa e artística influência da dicção poética camoniana na viragem da Língua Portuguesa do Século XVI que a marcou indelevelmente e tornou-a ainda mais distinta de suas irmãs. Impossível falar da Língua Portuguesa sem nos referirmos a Camões, personagem cujo contributo merecerá tratamento exclusivo em capítulo destinado para esse fim, pois sua quantiosa influência foi capital na viragem da Língua Portuguesa no Século de Ouro em Portugal.

A História da Língua Portuguesa é o ponto fulcral deste trabalho. Sua incontestada evolução será estudada ao lume de obras de respeitadas nomes das Ciências Humanas que nos agraciaram com relevantes contributos científicos e enriqueceram sobremaneira o *corpus* deste trabalho.

Como contributo deste trabalho espera-se trazer à luz aspectos relevantes acerca da evolução da Língua Portuguesa em suas fases pretéritas, *maxime* a influência recebida do latim e dos Clássicos, com ênfase na obra de Camões, que é tema central do trabalho, os quais foram determinantes para que nessa augusta e pervicaz caminhada a língua chegasse ao estágio em que atualmente se encontra.

Aspiramos que futuros pesquisadores considerem nosso trabalho relevante fonte para estudos de fases pretéritas da língua, entendam que ela está constante evolução, e possam, quiçá, teorizar com embasamento científico o caminho que, vislumbra-se, seguirá airoso a Última Flor do Lácio, afinal *e pur si muove!*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Palavras polêmicas atribuídas ao astrônomo, físico e engenheiro florentino Galileu Galilei (1564 - 1642) quando foi obrigado a abjurar a pretendida heresia de que a terra gira sobre si mesma no espaço.

# Capítulo I - A Saga da Língua Portuguesa na Península Ibérica - Do Período Pré-românico ao Português Clássico

## 1.1. Linguística Histórica e História da Língua

O número de trabalhos acadêmicos versando sobre História da Língua Portuguesa, se comparado aos que tratam de Linguística Histórica, ainda é extremamente limitado, sendo esse um dos motivos que nos estimularam a aceitar o desafio de produzir o presente trabalho.

Na seleção do *corpus* optamos pelo Livro Introdução à História da Língua Portuguesa, dos professores Jaime Ferreira da Silva e Paulo Osório, para servir-nos de *pedra de esquina*. Valemo-nos, também, de obras de outros eméritos pesquisadores, todos devidamente reconhecidos nas citações e referências, cujo contributo enriqueceu sobremaneira nosso trabalho.

Essa carência de obras do gênero é tratada com acuro no Prefácio da Obra de Silva & Osório (2008 - 7) pela doutora Barbara Schäfer-Prieß:

“Uma história do Português Europeu, abrangente e completa, constitui, há já muito tempo, um desiderato. É verdade que existe uma quantidade de publicações acerca de temas histórico-linguísticos, mas o número de histórias da língua portuguesa, no sentido próprio do termo, tem-se mantido até hoje muito limitado.”

A limitação de *corpus* em tão vasto universo tornou nossa empreitada mais desafiadora e instigante, estimulando-nos a buscar mais informações relevantes para tratá-las neste trabalho.

Para que entendamos mais claramente o âmbito no qual se desenvolvem os estudos abrangidos pela História da Língua, faz-se mister algumas considerações sobre Linguística Histórica: o estudo da Linguística Histórica, em si, exige que o pesquisador amplie sua visão para algumas das demais áreas das ciências, já que o pensar científico considerando exclusivamente aspectos linguísticos internos restringe sobremaneira o material a ser pesquisado e, conseqüentemente, prejudica o resultado dos trabalhos.

Sobre esse aspecto, Silva & Osório (2008 - 28) dão-nos o seguinte esclarecedor contributo:

“A Linguística e, particularmente, a Linguística Histórica, não é autossuficiente e carece de contributos de outras ciências, ou seja, das ciências históricas em particular, e das demais ciências sociais e humanas em geral. A Linguística Histórica necessita, então, de metodologias específicas.”

Considerando essa relação de interdependência da Linguística Histórica com as demais áreas científicas, infere-se que o estudo acurado da História da Língua também permeará outras searas do conhecimento humano, trazendo enriquecimento erudição àqueles que se dispuserem nessa cruzada do saber. Destarte, a História da Língua também carece de metodologias específicas para que cheguemos a bom porto em trabalhos nessa seara.

Faz-se, neste momento, oportuno e necessário delimitar a tênue diferença entre Linguística Histórica e História da Língua, segundo Silva & Osório (2008 - 32):

“Enquanto que a Linguística Histórica pretende observar a mudança linguística em geral, a História da Língua tem como objetivo observar essas mudanças numa língua específica, partindo da análise rigorosa de um *corpus* criteriosamente selecionado”

A História da Língua atém-se ao estudo de determinada língua e difere-se nisto da Linguística Histórica, cujo estudo é mais genérico. Nosso trabalho tratará da História da Língua Portuguesa única e exclusivamente, fazendo-se necessárias digressões em estudos de outras ciências ligadas à História, Ciências Sociais e Humanas que se mostrarem necessários para a elucidação ou corroboração das ideias tratadas, conforme cremos ter ficado bem claro.

O estudo da História da Língua Portuguesa, sendo transcendental e entrelaçando-se com outras áreas da Linguística, traz pluralidade ao saber e enriquece sobremaneira o cabedal acadêmico, já que não se prende apenas aos fatores internos da língua, mas permeia os mais diversos fatores externos que têm ativa participação no influxo que a Língua perenemente recebe.

A História da Língua não é estanque, mas vicissitudinária, que evolui frequente e fluentemente com o decorrer do tempo. Nas doudas palavras de Silva Neto (1970 - 52) encontramos fundamentado conceito de História da Língua:

“Como se vê, a evolução é singularmente complexa. A história de uma língua não é um esquema rigorosamente preestabelecido, não é um problema algébrico. Não se pode partir do latim e chegar diretamente aos dias de hoje, saltando por vários séculos de palpitante vida. A evolução, repetimos, é complexa e melindrosa, relacionada com mil e um acidentes, cruzada, recruzada e entrecruzada - porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento.”

Estudar com mais profundidade a História da Língua aumenta substancialmente o conhecimento seguro e fundamentado do idioma lusitano, proporcionando ao estudante industrioso e acurado melhor manejo na fala e na escrita, bem como erudição sobre etimologia e sobre o cariz evolucionar da Língua Portuguesa. *Natura non facit saltus*, como vimos no excerto acima, ficando claro que se hoje servimo-nos de uma língua funcional e predisposta a continuar mudando, conforme surgirem novos obstáculos, não a recebemos diretamente do latim pronta, mas houve um longo e encadeado processo evolutivo que a fortaleceu e consolidou como meio de comunicação de tão grande povo lusófono.

A história é contada pela língua e ambas estão intrinsecamente ligadas, como bem lembra um dos Irmãos Grimm: <sup>2</sup> *Unsere Sprache ist auch unsere Geschichte*.

## 1.2. Causa e Circunstâncias

Antes de passarmos à narrativa dos fatos históricos que permearam a Península Ibérica desde antes de sua romanização até os dias atuais, bem como discorrermos sobre sua importância na formação e evolução da Língua Portuguesa, conforme

---

<sup>2</sup> Jacob Ludwig Carl Grimm - Linguista, poeta e escritor alemão dos séculos XVIII e XIX, ficou mundialmente conhecido juntamente com seu irmão Wilhelm Grimm como os famosos Irmãos Grimm.

proposto no escopo do trabalho, queremos apresentar os aspectos linguísticos que pretendemos tratar.

As línguas evoluem por motivos diversos que não permitem um estudo pela rama, já que a complexidade dos fatores que a levam às mudanças e consequente evolução transcendem o mero campo racional, no qual estuda-se as causas da evolução linguística pela liberdade criadora do homem e não as circunstâncias diversas que tiveram influência direta nessas mudanças, relegando-as a segundo plano ou tratando-as como fatores secundários, quando na realidade fatos históricos, sociais, geográficos, políticos religiosos *et.al.*, como depreenderemos oportunamente, são determinantes na formação e evolução da língua.

Quanto ao curso evolutivo das línguas e a maneira como isso ocorre, vejamos o que propõe Saussure (1971 - 226):

“Le fleuve de la langue coule sans interruption; que son cours soit paisible ou torrentueux, c’est une considération secondaire.”

Ainda nessa linha acerca da variação e mudança na língua, entendemos oportuna a asserção do pensamento de Cardeira (2009 - 103) que descreve como se dá a evolução na língua e o motivo que nos leva a quase não percebermos tais mudanças:

“A mudança não atinge a língua como uma ruptura: a cada momento novas estruturas emergentes combinam-se com elementos antigos de tal forma que a língua, sendo um sistema dinâmico em contínua mudança, nos ilude com uma *aparente estabilidade*. A mudança, sempre presente na língua, nunca é demasiada, ou seja, nunca põe em perigo a continuidade nem a comunicação.”  
(Grifo nosso)

Cardeira sintetiza em poucas palavras como se dá o processo de mudança na língua sem rupturas que jamais coloquem em risco sua continuidade nem prejudiquem a comunicação. Entendemos que a *aparente estabilidade* que grifamos é uma realidade que vivemos em nossos dias, e é ela que garante que falantes, lentes e escreventes sintam-se à vontade para usá-la sem se dar conta que vivemos em constantes mudanças na língua que usamos. Em outras palavras vivemos na mudança sem que nos demos conta devido à sua quase imperceptível evolução contínua, sendo que nós participamos como agentes diretos dessa mudança sem que percebamos.

Se em um primeiro momento as asserções de Saussure e Cardeira parecem contrapostas, vemos que ambas se complementam: a língua apresenta contínua mudança com a aparente e paradoxal imobilidade de um rio, e a preocupação com sua velocidade e estabilidade é legada à importância secundária, propondo que a língua seguirá, impávida e perpetuamente, seu curso. Valemo-nos das palavras de Belchior (1980) para sintetizar a metáfora do rio proposta por Saussure e o pensamento de Cardeira: “*Contemplo o rio que corre parado e a dançarina de pedra que evolui*”.

Para complementarmos o pensamento de Cardeira e Saussure acerca de mudanças na língua e encadearmos nossa proposta, a pelo nos acodem Silva & Osório (2008 - 12) com excelente elucidação em sua obra no seguinte trecho abaixo transcrito:

“A mudança linguística pode ser entendida em vários planos. Podemos querer saber a ‘causa’ da mudança e as ‘circunstâncias dessa mesma mudança. Ao pretendermos indagar as ‘causas’ inerentes à mudança, estamos ao nível do plano racional deste fenómeno em que este será entendido enquanto fenómeno de criação linguística, uma vez que a ‘causa’ é a liberdade criadora do Homem e este nos seus atos elocutórios cria formas linguísticas novas. Quando pretendemos saber as ‘circunstâncias’ da mudança, situamo-nos no plano da

linguística geral, encarando-se a mudança linguística não apenas como um fenómeno complexo, mas como um fenómeno com um carácter de universalidade, porque todas as línguas que funcionam e, que por isso, são sistemas de comunicação, estão sujeitas à mudança.”

Concordamos com os autores quando enfatizam *causa* e *circunstâncias*, atribuindo habilmente singularidade à causa das variações e mudanças linguísticas - a liberdade criadora do Homem - e explorando a pluralidade das circunstâncias em toda sua universalidade e matizes, já que essas circunstâncias ora aparecem expressas por fatos históricos e políticos - divisão da Península Ibérica em Hispânia Ulterior e Citerior - ora fatores geográficos, v.g.

Para entendermos melhor quem eram os povos pré-românicos peninsulares, faz-se necessário sabermos como viviam, sua cultura e aspectos sociais, que bem explicita Ribeiro (1987 - 33/34):

“A norte do Tejo estende-se a Lusitânia, habitada pela mais poderosa das nações ibéricas e a que entre todas por mais tempo deteve as armas romanas.” (Estrabão).

Segundo as descrições dos autores clássicos, o estilo de vida dos lusitanos, e dos galaicos ao norte do Douro, aparentados com eles na rudeza e na bravura, entra no quadro da civilização castreja da Idade do Ferro. No isolamento das suas serranias e vales profundos, pouco devem ao convívio mediterrâneo e quase nada ao mar, a que voltaram costas. A sua economia é uma economia de montanhese, que em larga parte supre as deficiências de uma agricultura irregular com os produtos dos rebanhos, dos bosques ou das depredações em lugares chãos e férteis. Alimentavam-se de carne de cabra e faziam pão de glande, e não de cereais; usavam manteiga em vez de azeite, bebiam água e uma espécie de cerveja de cevada e tinham o vinho como coisa rara, apenas usada nos festins. A castanha desempenhava também, certamente, papel importante na alimentação.”

Considerando as palavras de Estrabão<sup>3</sup> podemos inferir que a bravura e inteligência bélica dos lusitanos, comandados pelo valente e mítico Viriato, frustrou os planos romanos de conquistar a Hispânia de rota batida. Outrossim, o choque cultural entre a civilização romana e o estilo rude dos lusitanos citados por Ribeiro foi certamente um entrave para sua aculturação pelos conquistadores, fato que, quiçá, possa ter interferido na maior dificuldade de imposição imediata do latim nessa região.

Vejamos o que Coelho (1868 - 11) assegura-nos terem os romanos em mente concernentemente aos povos conquistados:

“Ela (Roma) não queria que os bárbaros fossem seus meros tributários, senão que se tornassem cidadãos romanos.”

Analisando os relatos de Estrabão e Ribeiro e comparando-os com a asserção de Coelho, inferimos que a valente resistência lusitana à invasão romana não se limitaria somente à resistência bélica, mas a transcenderia para outros planos psicológicos, criando animosidade dos lusitanos que, conquanto vencidos não se sentiriam conquistados nem seduzidos pelos encantos da civilização latina.

Considerando que os lusitanos resistiriam à aculturação imposta pelos romanos mesmo após a ignominiosa vitória sobre Viriato, sendo um fator a ponderarmos na questão da diversidade dos romances, pois certamente mesmo derrotados na guerra, continuariam considerando os romanos seus inimigos figadais pela traição que lhes fora

---

<sup>3</sup> Estrabão, em grego Στράβων, (63 a.C. ou 64 a.C. - 24 da Era Cristã) foi historiador, filósofo estoico e geógrafo.

imposta por Galba,<sup>4</sup> e certamente teriam desenvolvido mais resistência à imposição da língua latina em substituição à já falada pelos habitantes da Lusitânia.

Continuando nossa digressão, entendemos que se a assimilação de uma nova língua não trazer alguma vantagem perceptível ao falante, sua assimilação será, no mínimo, mais lenta que por outros povos que a receberam de mais bom grado, ou que nela vislumbraram mais vantagens para si.

Justificando a importância que vimos dando aos fatos históricos na formação e evolução das línguas, trazemos a colação a assertiva de Teyssier (1982 - 8):

“A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares – o galego-português a oeste, o castelhana no centro e o catalão a leste.” (Grifo nosso)

Fica evidente na assertiva de Teyssier que a Invasão Muçulmana e a Reconquista, fatos históricos relevantes e, conseqüentemente, *Circunstâncias* na acepção que vimos tratando, foram, nas palavras do autor, *determinantes na formação* do português - além do castelhana e do catalão, evidentemente - corroborando o pensamento de Silva & Osório de que fatores extralinguísticos merecem toda atenção em nossos estudos e são profícua fonte de pesquisa.

Ainda no tocante à *Causa* tratada acima, atentemos para o que nos diz Silva Neto (1970 - 17), referindo-se à diferença entre a *inovação individual* e a *coletivização*, a fim de entendermos mais profundamente a importância da referida *Causa* na evolução da língua:

“O fato mesmo de ser imprescindível instrumento de comunicação acarreta mudança à língua: as palavras frequentemente usadas são as que mais transformações sofrem. Grupos de palavras acabam por se aglutinar - e o desgaste vai provocando reações. Por isso a todo instante surgem *inovações*, cujo destino vai depender da estrutura social, ou seja, no caso, da força com que a língua, como instituição, se impõe aos indivíduos. A *inovação*, que parte do indivíduo, pode restringir-se a ele e, portanto, abortar - ou, pelo contrário, generalizar-se na comunidade. Em todo fato linguístico, há que distinguir, pois, a *criação* e a *coletivização*. Dessarte a mudança depende da sucessão e da combinação da *iniciativa individual com a aceitação coletiva*. E não se diga que o partir do indivíduo a inovação lhe confere os poderes sobrenaturais de um *deus ex machina*: somente subsistem os esforços individuais no sentido das tendências linguísticas.”

Observamos que Silva Neto aponta importante questão na evolução da língua: as palavras que mais evoluem são as que os falantes mais usam, ou seja, aquelas formas mais correntes na língua sofrerão mudanças com o passar do tempo. É um ajuste *falante - língua* que dinamiza a evolução linguística e fá-la perenemente mutante, sendo essa a essência de sua longevidade.

Isso também explica o motivo por que muitos vocábulos aceitos em determinado período pela norma caíam em desuso, sucumbindo diante de outros que, de neologismos às vezes gramaticalmente reprováveis, passam a compor o léxico, desde que tenham a *aceitação coletiva* proposta por Silva Neto.

---

<sup>4</sup> Acerca dessa importante questão histórica trataremos mais profundamente na Seção 1.5, na qual trataremos sobre *A Romanização da Hispânia*.

A pelo nos acode Mattoso Câmara (2011 - 125), citando Gilliéron<sup>5</sup>, com uma análise de como pode dar-se a evolução fonética dos vocábulos:

“Podemos, portanto, resumir a teoria de mutação de Gilliéron da seguinte maneira: Existe uma incessante destruição no corpo fonético dos vocábulos através de condições práticas de intercâmbio entre os homens; os vocábulos se desgastam tais como os seres humanos nas vicissitudes de suas vidas. Daí as homônimas, parônimas, choques fonéticos que tornam o intercâmbio linguístico inadequado e deselegante. A língua procura remediar por um tipo de terapêutica, cujos processos-chave são o empréstimo e as criações por analogia.”

Comparando a citação de Gilliéron reportada por Mattoso Câmara com a de Silva Neto, podemos detectar similaridade na ideia de como as palavras evoluem sob o aspecto da *Causa* proposto por Silva & Osório, pois o *desgaste* citado por ambos é o grande dinamismo dessa mutação ou inovação, conforme cada um dos autores referiu-se à evolução da língua. Podemos estar no busílis da *Causa* se considerarmos-la não pelo aspecto da necessidade ilocutória de realizar um objetivo de comunicação, mas sob o aspecto de melhorar esse mecanismo de comunicação.

Cabe uma observação que as mudanças que ocorrem na língua não se limitam às mudanças ocorridas nas palavras, como nos exemplos citados acima, mas estendem-se também ao sentido das palavras e às funções gramaticais.

Palavras advindas de determinado étimo sofreram alteração de sentido, e.g. a palavra *seguro*, que de *descuidoso*, sentido que tinha em seu étimo, passou para o sentido que hoje conhecemos e remete-nos a *resguardado*, *protegido*, em total inversão de sentidos.

Retomando a tese da *criação e coletivização* citada acima por Silva Neto, corroboraremos sua asserção usando como exemplo a corte portuguesa que, nas palavras de Duarte Nunes de Leão na sua *Origem da lingua portuguesa*, era a oficina onde os vocábulos se forjam, ou, como diríamos, foi o manancial da dita norma culta em Portugal:<sup>6</sup>

“Da qual lingua Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia & elegância della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manaõ para os outros homẽs, o que nunca ho[u]ue em Galliza. “

Nos dias atuais a corte foi substituída pelas academias e, infelizmente, pelos veículos de comunicação em massa, tanto televisivos quanto da rede mundial de computadores, sendo estes últimos os grandes responsáveis por mudanças na língua que põem em trincheiras opostas linguistas e gramáticos, tema nevrálgico que em um futuro certamente será estudado em aprofundados trabalhos acadêmicos.

As Circunstâncias que serão tratadas neste trabalho discorrerão sobre a importância e influência que os fatos históricos, religiosos, geográficos, étnicos, políticos, sociais *et similia*, exerceram sobre a Língua Portuguesa desde o período que precedeu a chegada dos romanos à Península Ibérica, passando pela romanização e cristianização do Império, invasão bárbara e muçulmana, a Reconquista, Renascimento e, ilustre fato histórico lusitano, as Grandes Navegações Portuguesas que mudaram o mundo e deram a Portugal lugar de destacada importância e de potência marítima

<sup>5</sup> Jules Gilliéron - linguista franco-suíço - 1854/1926.

<sup>6</sup> *Apud* Silva & Osório in *Introdução à História da Língua Portuguesa* - página 96 - nota de rodapé.

conquistadora do Ultramar, o *Portugal do Minho ao Timor* do qual Salazar tanto se orgulhava e valia-se dele para manter o jugo sobre o sofrido povo português.

Ao pretendermos estudar os fatores extralinguísticos, muito bem denominados como *Circunstâncias* pelos autores, deparamo-nos com um *mare magnum* linguístico a ser explorado e trabalhado cientificamente na busca de contributos para a História da Língua, para nós *mares nunca dantes navegados* que trarão, certamente, novos conhecimentos e pensares novos sobre assuntos já conhecidos e fartamente tratados.

Ao fim e ao cabo, concluímos não ser possível estudar *Causa e Circunstâncias* isoladamente, sem considerar seus pontos de entrelaçamento e de interdependência, já que o indivíduo é influenciado pelas *Circunstâncias* e, pelos mais diversos motivos, adere ao novo falar que paulatinamente incorpora-se ao léxico, passando, e.g., de um mero neologismo para a condição de palavra de uso corrente entre os falantes.

### 1.3. A Periodização

Um dos grandes balizadores em quaisquer estudos científicos é a cronologia, pois possibilita melhor divisão das fases ou períodos evolutivos ou involutivos da ciência que se estuda.

No estudo da História da Língua não é diferente e a periodização é fundamental para que se tenha um trabalho com mais acuro e profundidade, já que o tempo é ferramenta essencial quando se propõe estudar fases pretéritas da língua.

Sobre a importância da cronologia para entendermos a evolução da língua, atentemos para esta asserção de Silva e Osório (2008 - 18):

“Através do recurso à Sociolinguística Histórica, conseguimos mais facilmente determinar a marcha evolutiva de alguns fenómenos linguísticos e, daí, chegarmos à cronologia desses mesmos fenómenos. Actualmente, um dos aspectos mais importantes em História da Língua é a determinação cronológica de fenómenos singulares, com vista ao estabelecimento de uma proposta de periodização linguística. Apesar de estarem estabelecidas algumas propostas de periodização da língua, só com o aumento do estudo do número de fenómenos linguísticos singulares é que podemos ir definindo essas fronteiras temporais com maior clareza. Para um trabalho desta natureza é, assaz, importante considerar as variações em função do tipo de textos utilizados.”

Redundante dizer que não se estuda Linguística diacrônica ignorando o tempo, já que esta trata das mudanças e evolução da língua em determinados períodos temporais devidamente selecionados para esses fins.

Não há consenso entre todos os estudiosos de Linguística quanto à periodização do português, havendo várias teses propondo diferentes divisões, todas vastamente fundamentadas e sérias, com argumentação deveras erudita que, embora convincentes, são divergentes.

Concernentemente à falta de unanimidade entre os linguistas acadêmicos, Silva e Osório (2008-29) asseveram:

“Acerca da divisão da língua, problema importantíssimo em estudos de Linguística Histórica e de História da Língua, a verdade é que nem sempre tem havido unanimidade na consideração dos diferentes períodos linguísticos do português.”

Teyssier (1992-31) após questionar se é possível determinar a periodização da língua, chega à conclusão que não é fácil e opta por relegar a questão de periodicidade e continuar tratando dos fatos históricos relevantes para a evolução da língua portuguesa:

“Problemas de periodicidade: É possível determinar na história da língua portuguesa do século XIV até aos dias atuais, períodos que permitam esclarecer-lhe satisfatoriamente a evolução? Não é fácil a resposta. Alguns estudiosos distinguem na evolução do português dois grandes períodos: o “arcaico”, que vai até Camões (século XVI), e o “moderno”, que começa com ele. Outros baseiam a sua periodização nas divisões tradicionais da história – Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos –, ou nas “escolas” literárias, ou simplesmente nos séculos... Trata-se, em verdade, de um problema muito complexo, que não será abordado aqui. Contentar-nos-emos em isolar, na evolução histórica, vários eixos que permitam ordenar, esclarecer e melhor compreender os fenômenos linguísticos.”

Considerando a dificuldade de escolher um entre os muitos trabalhos linguistas para balizarmos a periodização deste trabalho, optamos por seguir o raciocínio dos supracitados autores pela didática que entendemos trazer facilidade de entendimento do assunto.

Seguindo a periodização proposta por Silva e Osório teremos a seguinte divisão: o Pré-Histórico, o Proto-Histórico, o Português Medieval, subdividido em Português Arcaico ou Antigo e Português Médio ou Pré-clássico, o Português Clássico, o Português Moderno e o Português Contemporâneo. Acrescentamos o período Pré-Românico a fim de concatenarmos nosso raciocínio e desenvolvermos este trabalho a contento.

#### 1.4. A Península Ibérica pré-românica

*Ulisses é, o que faz a santa casa/ à deusa que lhe dá língua facunda;/ Que se lá na Ásia Troia insigne abrasa,/ Cá na Europa Lisboa ingente funda.<sup>7</sup>*

Já os camonianos versos tratavam esse intrigante mito da fundação de Olissipo, nossa querida Lisboa, pelo bravo - ou, quiçá, mais astuto que bravo - Ulisses, herói da Guerra de Troia que a fundou durante sua passagem por essas plagas durante sua viagem de dez anos quando retornava de Troia para Ítaca, onde sua fiel amada Penélope o aguardava tecendo longas e intermináveis peças para ludibriar seus pretendentes.

No século V a.C. Heródoto<sup>8</sup> assegura serem os fócios os primeiros gregos a chegarem à Península Ibérica, ou Ibéria e Tartesso, esta governada pelo provecto e hospitaleiro Argantônio que cordialmente recebeu os gregos.

Analisemos, também, a passagem bíblica ocorrida pelos idos do século VIII a.C., na qual o famigerado Profeta Jonas<sup>9</sup>, contrariando determinação do Deus dos hebreus, em vez de ir pregar o arrependimento dos pecados aos habitantes de Nínive, no Oriente Médio, toma um navio no porto de Jope e foge para Társis, ou Tartessos, localizada na Hispânia.

---

<sup>7</sup> *Os Lusíadas* - VIII - 5.

<sup>8</sup> Heródoto - *História* - Livro I - CLXIII.

<sup>9</sup> Almeida (1969) - *Livro de Jonas* - Antigo Testamento. Jonas é classificado entre os *profetas menores* do Velho Testamento, viveu em Gate e exerceu ministério durante o reinado de Jeroboão II em Israel. Nesse tempo as doze tribos que formavam o povo hebreu já estavam divididas em dois Reinos, Israel e Judá.

Na insólita saga, Deus agita grandemente o mar e os marinheiros lançam sorte para saber quem é o culpado pela tragédia. A sorte recai sobre Jonas. Ao ser inquirido pela tripulação, conta sua história e confessa ser ele o motivo da tempestade, e pede que o lancem-no do navio para acalmar o mar revoltado e os ventos. Lançado às águas, um peixe o engoliu e imediatamente os ventos cessaram. Após três dias e três noites no ventre do monstro marinho, Jonas orou arrependido a Deus, que interveio e fez o peixe vomitá-lo em uma praia. Após esse milagre, o desobediente hebreu vai pregar o arrependimento aos ninivitas que, de bom grado o recebem como profeta do Deus Altíssimo e arrependem-se de seus pecaminosos caminhos.

Considerando esses excertos, podemos inferir que a Península não fora habitada apenas por celtas, mas sua história de tempos pré-românicos envolve povos de diversas regiões da Ásia, África e Europa em períodos distintos. As abundantes riquezas peninsulares certamente atraíram povos de diversas regiões que se encantaram com a terra e, obviamente, com os metais preciosos que dela extraíram vorazmente.

Se levarmos em conta que citamos fontes de cunhos distintos - poético, histórico e religioso - depreenderemos que a Península Ibérica em tempos idos já tinha relevante importância no mundo de então, e sua população pode ter variado no decorrer dos milênios, gerando grande miscigenação, que depreenderemos abaixo citando fontes que corroboram essa nossa afirmação.

Quanto à miscigenação e às diversas maneiras que se deu o povoamento peninsular, atentemos para o que nos diz Silva Neto (1970-61):

“Como se vê, é dos mais complexos o panorama antropológico da Península ao tempo em que chegaram os Romanos. Dispersos pelo território viviam os mais variados grupos, ora de populações autóctones, ora de populações oriundas do norte da África, ora de populações emigradas do norte da Europa. Muitas delas haviam sido fortemente *celtizadas*, a ponto de adotarem a maioria dos traços culturais dos Celtas, inclusive a língua. É provável, portanto, que o celta dos hispanos tenha sofrido, pelo menos no sotaque e no vocabulário, influência daqueles idiomas a que se sobrepôs.”

Trazemos a colação um recorte de Korstanje (2008 - 53) sobre a situação da Bética pré-romana que nos traz clara fundamentação de que já havia miscigenação nas plagas ibéricas aquando da chegada romana:

“Baetica. Principalmente, la zona toma el nombre debido al río Betis, aunque algunos también llaman a sus habitantes: *turditanos*. Geográficamente, la Bética comprendía desde el río Betis hasta el Guadalquivir. Su centro administrativo o capital era *Hispalis* (moderna Sevilla) y estaba mayoritariamente formada por tribus semitas como los turdetanos (aunque para el este tampoco no se descarta la presencia celta). Ya antes de la llegada romana, Bética era rica en historia y su industria reposaba en la minería y la ganadería. Tres prestigiosas civilizaciones habianse fundido y le habían dado a la región una identidad propia: los íberos, los fenicios, y los griegos. Este hecho, distinguía a la Bética de las tribus celtíberas del norte de la Península o de Lusitania.”

Como vemos, na Bética os povos iberos, fenícios e gregos fundiram-se para formar a civilização bética, sendo essa miscigenação responsável pela identidade própria conferida à região, conforme citação acima. Certamente esses povos - gregos, fenícios e iberos - não chegaram todos na mesma época nessa região, mas a convivência pacífica certamente acabou proporcionando-lhes formarem o povo da Bética que presenciou a chegada dos romanos à Península.

Interessante observar que na Bética já se falava em *civilizaciones* que se contrapunham a *las tribus celtiberas del norte de la Península o de Lusitania*, fato que certamente interferiu na romanização da Hispânia, como depreenderemos mais profundamente na secção *A Romanização da Hispânia*.

Havemos que considerar, ainda, que migrações e povoamentos não se dão de forma síncrona e una, mas que sempre haverá alguns que chegam e fixam-se nas terras, não acompanhando as correntes migratórias de seu povo de origem, coabitando com novos povos que eventualmente venham ocupar a terra. A miscigenação dos povos é, em parte, fruto desse mecanismo, como vimos no exemplo da Bética.

O processo de miscigenação ocorrido no decorrer dos séculos anteriores à conquista romana da Península diversificou os povos que habitavam as várias regiões da Hispânia, dificultando sobremaneira cravarmos com segurança quais povos foram conquistados e quais línguas coexistiram com o latim e ajudaram a formar os romances que viriam a ser falados pelos povos durante a ocupação latina.

Quanto a esses povos que habitaram a Península em tempos anteriores à ocupação romana, Silva Neto (1970-56) faz a seguinte observação:

“Não é fácil expor, com segurança, quais eram os povos que habitavam esse território. Contra nós conspiram, de um lado, a carência de informações, de outro, a variedade e complexidade deles. De fato, sobre a Península desabaram, no curso dos séculos, numerosos e variados povos, uns como amigos e outros como conquistadores.”

Já Adolpho Coelho (1868-13) fornece-nos panorama das línguas faladas na Península aquando da chegada dos romanos:

“Chegado à nossa península encontrou o latim não em zonas nitidamente separadas, mas, por assim dizer, entrelaçados, os diversos idiomas de que tratamos no parágrafo 2: o ibero, língua polisintética, o céltico e o grego, dialectos indo-germânicos, o fenício, dialecto semítico, representado pelos seus dois subdialectos, o oriental ou o fenício propriamente dito, e o africano ou púnico falado pelos cartagineses, sendo o ibero evidentemente falado por um maior número de habitantes que qualquer dos outros, e foi sucessivamente fazendo-os desaparecer.”

Outro fator preponderante no estudo da fase pré-romana da Península Ibérica é a sua importância para o mundo antigo: a Hispânia nunca foi uma região inóspita e desconhecida, muito pelo contrário, era habitada e próspera, e a ela concorriam os povos antigos das mais diversas partes de África, Europa e Ásia. A diversidade de povos e línguas faladas, bem como a falta de registros que possam determinar as etnias e a cronologia da chegada desses povos à Península, sua demografia e a maneira como se deu sua distribuição geográfica, dificultam sobremaneira o estudo histórico e social no período pré-românico peninsular, prejudicando diretamente os estudos linguísticos que se pretende fazer das línguas peninsulares correntes *in illo tempore*.

Somemos a isso que, ao tratarmos da Hispânia pré-românica, obrigamo-nos a acrescentar um fator determinante: o tempo, que deve ser contado em milênios em períodos nos quais sequer escrita tínhamos para documentar os fatos. Se já encontramos dificuldade em tratar com segurança fases pretéritas da língua bem mais próximas do nosso século, que diremos das línguas pré-românicas peninsulares!?

Temos, porém, a nosso favor relevantes trabalhos na área de Arqueologia que muitos contributos têm oferecido à causa comum de pesquisas dos povos pré-românicos, sua arquitetura, costumes e algumas pistas da língua usada por esses povos.

A Linguística pode oferecer grande contributo ao decifrar a toponímia e através dela fornecer muitas informações sobre a distribuição das línguas faladas por esses povos, como depreenderemos na parte final desta secção.

Cabe aqui uma consideração: quando nos referimos aos *grandes contributos* da Arqueologia e da Linguística, temos convicção de que isso é ainda muito pouco pelo *mare Magnum* que é esse período pré-românico na Península Ibérica, mas é, ainda assim, um grande avanço científico podermos contar com esses mecanismos de pesquisas científicas.

Sabemos ser o latim principal fonte e manancial permanente do nosso enriquecimento linguístico (Maia - 1999-85), desde o desembarque romano na Península, motivado pela Segunda Guerra Púnica, passando pela romanização e a formação das línguas neolatinas, e está no cerne de todas as línguas faladas na Península Ibérica, exceção feita à língua basca, essa inexorável e inconsumptível língua que resistiu aos encantos dos romanos e bravamente permanece enriquecendo e desafiando a filologia.

Tirante o basco, as demais línguas peninsulares autóctones foram suplantadas pelo latim e deram importantes contributos à formação das línguas neolatinas quando de seu contato com a língua dos conquistadores romanos. As contribuições do basco para o português limitam-se, até onde temos conhecimento, ao enriquecimento do vocabulário. Destacamos os vocábulos *aio*, *alparca* (do vasconço *abarca*), *bizarro* (recebido em segunda mão do castelhano) e *esquerdo* (do vasconço *ezquer*) para ficarmos em alguns exemplos fornecidos por Figueiredo (1912).

Nessa colonização iniciada por Cneu Cornélio Cipião Calvo na Batalha de Cissa, em 218 a.C., os romanos legaram aos povos autóctones peninsulares seus costumes, cultura, religião e língua. A colonização romana alterou substancialmente a Península, nomeadamente no tocante à influência da língua latina sobre as línguas faladas na Península, exceto o basco, como já depreendido acima, tornando-se a língua franca usada em toda a Hispânia.

Há registros de que *as ocidentais praias lusitanas* pré-românicas eram habitadas por Galaicos, Ástures, Lusitanos, *Celtici*, Túrdulos e Cónios que tiveram contato com os romanos e foram por eles colonizados, ou subjugados, sendo esse contato entre o latim e as línguas autóctones o lamiré do romance que viria a ser a Língua Portuguesa por nós falada na atualidade, não só na Península, mas por milhões de falantes não apenas *do Minho ao Timor*, mas em plagas tupiniquins, inclusivamente.

Dão-nos, Silva & Osório (2008-41), informações mais detalhadas sobre a disposição geográfica desses povos autóctones, fator extralinguístico determinante na formação do galego-português, como discorreremos durante o trabalho:

“Na faixa ocidental da Península Ibérica, hoje ocupada pela Galiza e por Portugal, podem distinguir-se, aquando da chegada dos Romanos, quatro regiões, com características próprias: uma, que ia desde a Cantábria até ao rio Douro, habitada por Galaicos (fortemente celtizados) e por Ástures; outra, a Mesopotâmia entre o Douro e o Tejo, que era a pátria dos Lusitanos, povo igualmente sob forte influência cultural dos Celtas e talvez, também, de origem indo-europeia; uma região interamnense, delimitada agora pelo Tejo e pelo Guadiana, povoada por *Celtici* (ou seja, povos celtizados) e por Túrdulos, provenientes da Bética (actual Andaluzia) e, finalmente, a zona que, actualmente, constitui o Algarve, onde viviam os Cónios, provavelmente de origem não indo-europeia.”

As línguas faladas pelos povos peninsulares pré-românicos são elementos nucleais na formação das línguas neolatinas da Península Ibérica, e a distribuição geográfica desses povos é fator determinante na variação linguística ou, pelo menos, explica o motivo de uma única língua, o latim, ter dado origem a tantos romances na Hispânia.

Havemos que considerar que as distâncias entre as povoações naquele período eram, guardadas as devidas proporções, infinitamente maiores que hoje, dada à grande dificuldade na locomoção e menor interação entre os povos peninsulares. Alguns povos peninsulares viveram isolados por muito tempo não pela distância propriamente dita, mas pelo relevo das regiões acidentadas onde moravam, que dificultavam sobremaneira seu contato.

Esses fatos, que poderiam passar despercebidos se nossa atenção não estivesse voltada para fatores extralinguísticos, explicam muitas questões linguísticas que não podem ser entendidas se desconsiderarmos a distribuição geográfica dos povos peninsulares.

Ao analisarmos a questão do primeiro contato linguístico dos romanos com os povos peninsulares, cuja data ficou cravada em 218 a.C., deparamo-nos com vertentes acadêmicas distintas e divergentes que merecem ser analisadas acuradamente ao lume do escopo deste trabalho.

Asseveram Banza & Gonçalves o seguinte (2018-17):

“À chegada dos Romanos, o mapa linguístico da Península Ibérica apresentava efectivamente uma grande complexidade, motivada pelos muitos e diferentes povos e línguas que para aí tinham convergido ao longo dos séculos, provenientes do Norte, através dos Pirinéus, do Cáucaso e de outras zonas da Europa (proto-bascos, celtas) ou do Sul, através das costas meridionais, do norte de África e do próximo Oriente (tartéssios, iberos, fenícios).”

Já Silva & Osório (2008-24) apontam-nos outro caminho totalmente contraposto, com a seguinte assertiva:

“Quando os romanos desembarcaram no porto de Empóron, sob o comando de Cneu Cipião, por aquele agosto de 218 a.c., já outros indo-europeus, chegados sobretudo através dos Pirenéus, haviam dado praticamente uma certa unidade étnica e linguística, senão à totalidade da Península Ibérica, pelo menos, a quase toda ela. Isso talvez tenha facilitado a romanização e a latinização, que aqui tiveram um elevado grau.”

Silva Neto (1972-59) entende que a supremacia da cultura céltica contribuiu para que houvesse relativa unidade na Península Ibérica que, em nosso entendimento, confirmam a segunda asserção:

“Assim, pela supremacia da cultura céltica, pouco a pouco se foi manifestando uma relativa unidade - devida a celtização progressiva das tribos autóctones - que mais ou menos vai perdurar até a conquista romana. Unidade relativa, porque não chegava a identificar as numerosas e variadas tribos da Península: entende-se que essa unidade se refere aos traços célticos comuns a quase todas.”

Quanto à língua falada pelos povos peninsulares pré-românicos, continua Silva Neto (1970-61):

“Dispersos pelo território viviam os mais variados grupos, ora de populações autóctones, ora de populações oriundas do norte da África, ora de populações emigradas do norte da Europa. Muitas delas haviam sido fortemente *celtizadas*,

a ponto de adotarem a maioria dos traços culturais dos Celtas, inclusive a língua.”

As asserções de Silva Neto e de Silva & Osório parecem-nos mais razoáveis e explicam mais claramente, quiçá, o motivo que facilitou relativamente a romanização da Península, pois considerando haver *certa unidade étnica e linguística* motivada pelo domínio dos celtas, que provavelmente impuseram sua língua na Península, a romanização foi exitosa por toda a Hispânia, exceção feita à língua basca, um fenômeno linguístico que ainda está a desafiar a linguística histórica e a filologia, um verdadeiro enigma.

Ora, se houvesse *grande complexidade linguística*, como afirmam Banza & Gonçalves, teríamos mais línguas resistentes à romanização que se juntariam aos bascos na perversa cruzada de manutenção de sua língua original. Em vez disso, mostraram-se feraz terreno linguístico para a romanização, interagindo com o latim, ainda que paulatinamente, na formação das línguas neolatinas, dentre elas a *Última Flor do Lácio, Inculta e Bela*.<sup>10</sup>

Com referência ao basco, vejamos o que nos diz Silva Neto (1970-56):

“Os atuais vascos, posto que indubitavelmente pertençam à cultura cantábrico-pirenaica, representam, na língua, uma continuação do ibero. É que eles se contam entre os numerosos povos que no curso da existência tiveram necessidade de mudar de língua.”

Coelho (1868-4) dá-nos a seguinte explicação sobre o basco:

“O basco ou euskara não se pode comparar pelos radicais a nenhum idioma conhecido; pela estrutura gramatical, mas somente no seu caráter geral, é com as línguas indígenas da América que oferece maiores analogias. Foi comparado também no sistema harmônico na aproximação e combinação dos sons e no sistema de conjugação com as línguas ugro-japonesas. Mas dele é impossível, pelo menos atualmente, tirar-se alguma luz para a origem do povo que o fala, e neste ponto estão reduzidos os recursos do etnógrafo às notícias imperfeitas e às vezes contraditórias dos antigos e aos caracteres físicos da raça.”

As duas asserções têm um século de diferença e o basco ainda continua sendo uma incógnita sobre sua origem e parentesco com outras línguas. Quiçá essa idiosincrasia atribuída ao basco de isolar-se das demais línguas peninsulares a ponto de não ser absorvido ou não interagir com o latim quando da conquista romana na Península, esteja arraigada em sua origem no ibero.

Menéndez Pidal (1921-33) chama-nos a atenção para a importância do basco, *la reliquia más venerable de la antigüedad hispana*, considerando-a arquivo vivo da história a ser explorado no qual certamente encontrar-se-ão muitas respostas para questões ainda hoje incógnitas:

“No hay documento histórico más venerable que este documento vivo, esta lengua conservada sobre este territorio, desde época incalculable, quién sabe si anterior al clima y al período geológico actuales. Ella, en sus multiseculares sedimentos, nos ofrece restos preciosos para ilustrar los más oscuros problemas de nuestra historia. Tenéis la fortuna de que vuestro pueblo sea depositario de la reliquia más venerable de la antigüedad hispana. Otras tendrán más valor artístico, serán más admiradas y codiciadas universalmente, pero no hay otra que tenga la importancia de esta lengua, sin cuyo estudio profundo jamás

---

<sup>10</sup> Olavo Bilac - *Língua Portuguesa*.

podrán ser revelados del todo los fundamentos y los primitivos derroteros de la civilización peninsular, ni podrá ésta ser esencialmente comprendida"

Temos de estender a mão e concordar com Menéndez Pidal que a língua basca realmente é admirável documento vivo e merece atenção pelo que representa, não somente para o povo basco, mas para a comunidade linguística mundial, cuja relevância requer acurados estudos que certamente trarão à luz gratas surpresas para os investigadores que se dispuserem a estudá-la mais profundamente.

Entendemos oportuno tratarmos, neste momento, da teoria da *Escola Céltica* defendida por alguns autores, segundo a qual o português adveio do celta falado na Península pré-românica com alguma corrupção do latim, teoria essa que foi fortemente refutada por Coelho (1868-XII) com fundamentada argumentação, considerando a falta de fundamentação e vagas citações dos defensores dessa tese:

“A Renascença tinha de certo modo estabelecido como um dogma a origem latina das línguas romanas, mas não tinha explicado como se fizera no seio do latim a tão profunda mudança de que resultou a formação dessas novas línguas. A escola céltica conheceu o que havia de intrincado no problema, lançou mão do seu supremo recurso e resolveu: a Renascença tinha errado, aquelas não eram latim modificado, senão dialetos célticos que tinham triunfado da conquista romana, e apenas se achavam manchados com alguns vocábulos do idioma do Lácio, e esses muito menos numerosos do que falsos etimologistas pretendiam.”

Ainda, segundo Coelho, não houve sequer uma publicação desses autores defendendo suas ideias - faltou-lhes coragem? - apenas conjecturas e divagações baseadas em etimologias rasas citadas por Coelho (1868-XIII) das quais destacamos as seguintes:

“Sendo além disso o céltico no fundo a mesma língua que o latim, isto é, pertencendo como ele ao grupo indo-germânico, um certo número de radicais se encontram nas duas línguas (tomamos aqui por clareza o céltico como uma língua, se bem que só conhecemos dialetos dela), quase idênticos no som e significação: podia afirmar-se, por exemplo, que os originais dos vocábulos portugueses *égua*, *seguir*, *dez*, *três*, *nau* e *sono* estavam nas formas do antigo irlandês *ech* = latim *equus*, *sech* = latim *sequi*, *deich* = latim *decem*, *tri* = *tres*, *nau* = *navis* e *suan* = *somnus*; podia afirmar-se até que o latim tinha recebido essas palavras do céltico e que, na falta de um critério seguro, se não era possível demonstrar, era também difícil impugnar.”

No estudo de línguas estrangeiras muitas vezes somos surpreendidos pelos tais *falsos cognatos*, parentes muito próximos desses *pseudoétimos*, que induzem a erros grotescos os mais desavisados estudantes. Pela exposição de Coelho e guardadas as devidas proporções, muitos estudiosos navegam por traiçoeiras águas de etimologia com a falsa segurança de quem domina o assunto.

Apenas para complementarmos o devaneio dos defensores da *Escola Céltica*, trazemos a colação mais um trecho de Coelho (1868-XII):

“No prefácio do seu *Galic and English Dictionary* (1770) mostra-se Shaw<sup>11</sup> intimamente convencido de que o gaélico fosse falado antes do Dilúvio e provavelmente no Paraíso, honra que anteriormente tinha sido concedida a outras línguas.”

O céltico era panaceia para todas as dúvidas e problemas linguísticos existentes, explicando levianamente questões ainda por esclarecer por pesquisadores

---

<sup>11</sup> Rev William Shaw (1749 - 1831).

sérios e engajados nos estudos linguísticos. Estudo de fases pretéritas da língua faz-se com seriedade e respeito às fontes, com exaustivas buscas e análises de documentos ou de obras científicas sérias e fidedignas a fim de lograr êxito na empresa, caso contrário poderemos ser levados a acreditar obras de aventureiros divagadores que não resistem ao menor contraponto.

Desse vasto período pré-românico de ocupação da Península Ibérica pelos mais diversos povos, não conseguimos detectar claramente elementos linguísticos que tenham sido herdados pelos povos latinos, além da toponímia que atravessou os séculos.

Os resquícios da língua e cultura dos povos autóctones peninsulares pré-românicos que muito cedo emigraram para a Hispânia podem ser observados na toponímia Ibérica, da qual recortamos somente os portugueses que são objeto deste estudo.

Silva Neto (1970-57) apresenta-nos os seguintes topônimos:

“Modernos estudo de Menendez Pidal<sup>12</sup> provaram que o norte de Portugal, a Galiza, as Astúrias e a parte ocidental de Leão foram densamente povoadas por um povo de raiz lígure, a que convém chamar *ambroilírios*. Deles ficaram alguns vestígios. Assim o sufixo *asco* teve tal aceitação que acabou por adaptar-se a temas latinos, como é o caso de *verrascu*, *viridascu*, e até mesmo a temas de outras línguas pré-românicas, como é o caso de *verbascum*, nome de uma planta. Aparece ainda em numerosos topônimos, como *Vipascum*, *Velasco*, *Vaasco*, *Panasco*, *Rabasco*, *Fontascos* etc., para só nos referirmos a nomes de lugares contidos no território português.”

Silva Neto ainda aponta o sufixo *ace*, *ice* e *oce* encontrado em *Queiraz* ou *Quiraz* em Bragança, no Porto e em Vila Real; *Queiriz* em Braga e na Guarda, *Moniz* em Leiria, Castelo Branco e Évora. Temos, ainda, *Queiroz* em Santarém.

Poder-se-ia citar inúmeros sufixos e sua constatação em diversos topônimos lusitanos e espanhóis, porém cremos haver suprido *quantum satis* a necessária base de nossa argumentação da influência das línguas pré-românicas na toponímia, cujo uso, ainda que de elementos componentes das palavras. (v.g. os sufixos usados na citação de Silva Neto).

Interessante observar a força e a perenidade dos nomes no mundo e como elas, mesmo mudando com o passar do tempo, mantêm-se incólumes na sua essência parecendo quererem dizer-nos algo sobre si e sobre sua história. As várias teorias das origens dos nomes das coisas vivas e inanimadas disseminadas pelos povos antigos colocam-nos em terreno escorregadio, porém de deleitoso estudo.

Segundo os hebreus, os nomes dos animais e aves do céu foram escolhidos por Adão, no paradisíaco Jardim do Éden.<sup>13</sup>

“Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todo o animal do campo, e toda a ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, isso foi o seu nome. E Adão pôs os nomes a todo o gado, e às aves dos céus, e a todo o animal do campo; mas para o homem não se achava ajudadora idônea.”

---

<sup>12</sup> Ramón Menéndez Pidal: filólogo espanhol (1869-1968).

<sup>13</sup> Gênesis 2: 19,20.

Já Platão, em sua obra *Crátilo*, dá-nos a seguinte informação na fala da personagem Hermógenes:

“Hermógenes: ‘Sócrates, o Crátilo diz existir uma correção dos nomes inerente a natureza de cada um dos seres. Um nome não seria isto que alguns, pronunciando partes de seu idioma, convencionaram usar para chamar. Haveria sim uma correção inerente aos nomes, a mesma para todos, gregos ou estrangeiros.’”

Nesse diálogo, Platão usa três personagens, Sócrates, Crátilo e Hermógenes para discutir se os nomes das coisas são dados pela natureza das coisas ou pela convenção humana, mostrando a preocupação dos gregos com a origem dos nomes que usamos para designar as coisas. Não pretendemos abrir debate filosófico sobre o tema, apenas mostrar que essa preocupação com os nomes sempre foi motivo de longos e intermináveis discussões sobre o tema.

Ao lume dessas duas assertivas, uma filosófica e outra religiosa, e tomando como exemplo os sufixos que vimos comporem alguns topônimos citados, observamos que apesar de vários povos habitarem determinadas plagas em diferentes períodos e com diversas línguas, os topônimos permanecem, ainda que com algumas alterações advindas com o passar dos tempos, ensinando-nos muito sobre os locais e os povos que ali habitaram.

As palavras sempre tiveram grande força, tanto quando faladas em veneráveis e imortais discursos, quanto escritas em versos ou prosa por iluminados gênios das Letras, e continuarão desafiando-nos e encantando-nos *ad vitam aeternam*.

## 1.5 A Romanização da Hispânia

A Romanização da Hispânia deu-se, como é comum ao imperialismo expansionista, em todos os aspectos humanos, desde a imposição dos costumes imperialistas, passando pela obrigatória vassalagem tributária, arquitetura e a língua, que é um dos aspectos mais relevantes para os conquistadores.

No caso da língua, especificamente, cabe-nos expor o étimo da palavra romance, já que essa foi a designação das diversas línguas que foram se formando ao longo do tempo, resultado da coexistência do latim com as diversas línguas autóctones peninsulares, um autêntico bilinguismo que paulatinamente foi se transformando nos diversos romances falados na Península Ibérica, nomeadamente em Portugal, foco deste nosso trabalho.

Quanto ao étimo das línguas que foram se originando a partir do latim na Península Ibérica, vejamos o que nos afirmam Silva e Osório (2008-44):

“O termo *romance* (ou *romanzo*) vem do advérbio de modo latino ROMANICE, associado aos verbos PARABOLARE ou FABULARE, significando ‘falar à moda dos povos da nova România’, ou seja, falar de um modo diferente do latim, mas que ainda faz lembrar essa língua.”

Esse termo não se restringiu às línguas ibéricas, mas designa todas as línguas neolatinas faladas em toda extensão do Império Romano, mormente na Europa de onde foram levados pelos conquistadores para os países que receberam colonização portuguesa, espanhola e francesa.

Detendo-nos mais atentamente no significado de *romance* ou *romanzo*, observaremos que de maneira subliminar os povos nativos conquistados eram induzidos a adotar uma nova língua que lembrasse o latim, a língua dos conquistadores, imitando o *bom falar* dos novos *donos* da Península.

Entendemos ser a língua, propositadamente, o principal vetor da latinização dos povos conquistados, já que por ela, a língua, os romanos conseguiam transmitir suas ideias, valores e divulgarem sua convincente superioridade civilizacional. Falar à romana é expressar nessa língua principalmente os sentimentos, mais presos ao vocabulário abstrato e ligado à consciência, à alma. Fazer com que a bárbara gente se expressasse na língua do Império elevava a subjugação dos povos a um plano muito além do físico, do palpável, subjugava a alma desses povos.

Os romanos usavam inteligentes estratégias para subjugar os bárbaros conquistados e passar-lhes astutamente o sentimento de pertencimento ao Império e não de meros tributários. Roma oferecia-lhes encantos da civilização até então desconhecidos pela inculta gente que habitava a Península - inculta na opinião dos latinos, pois como vimos, a Bética era habitada por gregos, fenícios e iberos, civilização não menos desenvolvida que os romanos.

Observemos a esclarecedora explicação de Adolpho Coelho (1868-11) concernentemente *modus operandi* romano de colonização:

“Para Roma a conquista não consistia no facto material da ocupação do solo: era mister que os povos vencidos se submetessem à sua civilização. Ela não queria que os bárbaros fossem seus meros tributários, senão que se tornassem cidadãos romanos. O celta, o ibero, por ela vencido, devia deixar de ser celta, ibero: a ideia da cidade devia inocular-se em seu espírito, e o império ser sua pátria. Os hábitos da vida bárbara cediam facilmente diante das vantagens d’uma civilização adiantada: os teatros, os anfiteatros, as naumaquias, as disputas forenses, as dignidades cívicas e militares, enfim tudo o que constituía o aparato exterior, a forma do mundo romano, era para o celta e para o ibero um quadro cheio de encantos. A conquista como Roma a entendia achava-se, portanto, facilitada por esses poderosos meios de atração.”

A asserção de Coelho pode ser corroborada pelas palavras de Marco Pórcio Catão, o Censor<sup>14</sup>, quando falava ao Senado romano acerca da insidiosa estratégia do Procônsul Sérvio Sulpício Galba<sup>15</sup>, que matara covardemente trinta mil lusitanos, conforme reporta-nos Braga (ND-12):

“E se a situação difícil reclamava todas as virtudes militares para a majestade de Roma se manter ilesa, mais necessário era o espírito de uma inteligente política, para perpetuar por bons tratados o que a espada nem sempre conseguiu.”

Como vimos, *bons tratados* conseguem-se pelo diálogo, pela comunicação, pelo adequado uso da língua. O octogenário e experiente Catão entendia haver caminhos bem menos dispendiosos e convincentes para falar ao coração dos povos tributários, com larga vantagem para Roma. Esse lado diplomático convencia os bárbaros que a paz era melhor que intermináveis guerras que os romanos certamente, cedo ou tarde, venceriam.

---

<sup>14</sup> Marco Pórcio Catão (234 - 149<sup>a</sup>.C.) também conhecido como Catão, o Velho, foi político e escritor romano.

<sup>15</sup> Sérvio Sulpício Galba (Pretor romano na Hispânia).

Não podemos ignorar que o poder da espada obriga os povos subjugados a aceitarem, resignadamente, contratos leoninos impostos por seus conquistadores, conquanto prejudiciais ou desvantajosos, geralmente por ponderarem que os elevados custos de uma guerra levam a dobre perda, tanto para vencedores quanto, principalmente, para os vencidos.

Coelho (1868-11) mostra, ainda, que a estratégia romana foi exitosa e conseguiu manter a unidade das terras conquistadas:

“Sob a influência benéfica da civilização romana os elementos discordantes da população hispânica foram reduzidos à unidade. A *tribu* desapareceu, a *nacionalidade* surgiu. O *egoísmo* da vida bárbara cedeu diante da ideia da *cidade*.”

À unidade citada por Coelho podemos atribuir o êxito do aparecimento e evolução das línguas romances em toda a Península Ibérica, exceção feita aos bascos. A habilidade romana em impingir aos povos sua língua e fazê-los esquecerem sua língua nativa é fato digno de nota e de relevante importância para o estudo das línguas romances, nomeadamente as ibéricas, objeto deste trabalho.

Além desses eficazes métodos latinos de colonizar os povos subjugados em seu projeto de expansão, os romanos envidavam esforços para que os povos conquistados abandonassem sua língua e adotassem a língua romana, procurando, com isso, fazê-los ter mais afinidade com os conquistadores latinos. Os romanos procuravam despertar nos bárbaros o sentimento de pertença ao Império.

Cabe destacar que a cidadania romana era privilégio desejado por muitos, e os bárbaros mais abastados empenhavam-se por obter esse título, ainda que a peso de ouro, a fim de usufruir dos privilégios que dele advinham. Observemos nesta passagem de Paulo de Tarso<sup>16</sup> quando pregava o Evangelho em Jerusalém e foi atacado pelos judeus, que o entregaram ao tribuno para que fosse açoitado e preso. Observemos quão privilegiados eram os cidadãos romanos nesse período comparativamente aos demais:

“O tribuno mandou que o levassem para a fortaleza, dizendo que o examinassem com açoites, para saber por que causa assim clamavam contra ele. E, quando o estavam atando com correias, disse Paulo ao centurião que ali estava: É-vos lícito açoitar um romano, sem ser condenado? E, ouvindo isto, o centurião foi, e anunciou ao tribuno, dizendo: Vê o que vais fazer, porque este homem é romano. E, vindo o tribuno, disse-lhe: Dize-me, é tu romano? E ele disse: Sim. E respondeu o tribuno: Eu com grande soma de dinheiro alcancei este direito de cidadão. Paulo disse: Mas eu o sou de nascimento. E logo dele se apartaram os que o haviam de examinar; e até o tribuno teve temor, quando soube que era romano, visto que o tinha ligado.”  
(Grifos nossos)

Ficou evidente nesse excerto que a cidadania romana era privilégio de poucos e abastados que não eram romanos de nascimento. Ser romano era garantia de *juízo antes de condenação*, direito que poderia ser invocado apenas pelos cidadãos. Soaria extremamente estranho para nós, brasileiros, se não vivêssemos no Brasil de Bolsonaro e da *presunção de culpa em vez da presunção de inocência*.

Notamos que os povos subjugados pelos romanos abriam mão de sua identidade para se tornarem romanos, aceitando desvencilhar-se de sua própria nacionalidade, costumes e cultura para poder participar mais intensamente dos privilégios oferecidos

---

<sup>16</sup> Bíblia Sagrada. Almeida (1969). *Atos dos Apóstolos* - 22:24-29.

pelo Impérios. Os bárbaros pobres acompanhavam os ricos de roldão sem terem poder para decidir livremente como desejavam viver, fato aliás vigente ainda hoje em praticamente todas as sociedades contemporâneas.

Trajano,<sup>17</sup> que chegou ao trono romano mesmo tendo nascido em terras ibéricas, corrobora a tese de que o *status civitatis* prevalecia nas leis e costumes romanos da época, colocando os bárbaros no mesmo nível dos romanos de nascimento.

Como bem assevera Coelho (1868-11), a expansão do Império Romano não se limitava à expansão territorial, mas procurava dar aos mais abastados a condição de cidadãos romanos, mostrando que a máxima salomônica *por tudo o dinheiro responde*<sup>18</sup> é atualíssima e era palavra de ordem entre os césaes:

“Roma tornou-se a pátria do ibero e do celta, e um bárbaro de Hespânia chegou a assentar-se no throno dos Cesares.”

Acrescentemos à lista de hispânicos famosos grandes nomes de sábios que fizeram história na Cidade Eterna, entre os quais Sêneca, Lucano, Marcial, Quintiliano e outros que conquistaram direito à cidadania romana pelo saber.

Retomando a questão da importância que os romanos davam ao trabalho desenvolvido metodicamente para que as línguas desses povos conquistados fossem suplantadas pela língua dos conquistadores latinos, fazendo com que os bárbaros esquecessem sua língua, como se ela não fora parte essencial de sua identidade, esse objetivo foi atingido com êxito em toda a Hispânia conquistada, tornando o latim a língua franca em todo o território.

Parece-nos que os conquistadores queriam extrair dos povos conquistados, entre outras coisas, sua identidade, e para isso arrancavam-lhes sorratamente o idioma, parte incontestada de suas almas.

Coelho (1868-12) aponta que os romanos *tinham conhecimento de que a língua é um dos mais fortes laços de nacionalidade*, pensamento agostiniano que fortemente influenciou essa estratégia romana e mostrou-se eficaz para atingir os objetivos expansionistas almejados, conforme o autor cita em sua obra:

“*Opera data est ut imperiosa civitas non solum jugum, verum etiam linguam suam domitis gentibus per pacem societatis, imponeret, per quam non deesset imo et abundaret etiam interpretum copia.*”<sup>19</sup>

Korstanje (2008-53) fala-nos sobre a aculturação dos povos pré-românicos da Bética e do abandono de sua cultura e de sua língua autóctone, preferindo adotar a cultura e a língua latina:

“Sin embargo, se estima que para el siglo I AC este pueblo ya había perdido las pautas culturales y su lengua autóctona. Muchos de sus miembros ya eran (de hecho) ciudadanos romanos y se distinguían por un buen uso del latín en versos y poesías.”

Necessário se faz, neste momento, incluirmos outro excerto de Coelho (1868-11) acerca da importância que os romanos davam à adoção da língua latina pelos povos conquistados em substituição à sua língua nativa:

<sup>17</sup> Marcus Ulpius Traianus, nascido na Hispânia, foi imperador entre 98 e 117 da Era Cristã.

<sup>18</sup> Livro do Eclesiastes ou Pregador: 10-19.

<sup>19</sup> Aurelius Augustinus Hiponensis ou Santo Agostinho de Hipona, filósofo e teólogo argelino (354-430), um dos grandes luminários do catolicismo.

“Os antigos escritores não nos deixaram suficientes notícias do modo por que se operava a romanização dos bárbaros, mas sabemos que um dos pontos que mais convergiam os esforços dos conquistadores era fazer esquecer àqueles a sua língua, já porque eles conheciam que a língua é um dos mais fortes laços de nacionalidade, já porque era pela sua língua que o bárbaro repugnava mais a delicadeza romana, e que ele lhe parecia verdadeiramente bárbaro.”

Do exposto, inferimos que a língua tinha suma importância para os romanos nas conquistas. Os líderes romanos envidavam esforços nessa estratégia de fazer com que os bárbaros esquecessem sua língua e adotassem o latim. Certamente a dificuldade dos bárbaros em falar fluentemente a língua latina fez com que começassem a falar um romance, que remetia os falantes ao sentimento de estarem falando latim.

Os romanos foram exitosos nesse mister de *matar* as línguas de povos conquistados desde suas primeiras conquistas ainda na Península Itálica, quando o latim era ainda uma das muitas línguas faladas na *Bota*, e sobrepujou as línguas vizinhas faladas pelos itálicos conquistados. Esse êxito em usar o hábil artifício de impingir sua língua aos primeiros povos conquistados fê-los continuar usando a língua como importante ferramenta para auxiliar nas conquistas em suas incursões pelo mundo de então.

Vimos algures que os gregos consideravam bárbaros todos os povos que não falavam o grego, exceção feita aos egípcios. Segundo Coelho (1868-12) os gregos chamavam também aos bárbaros *αγλοσσον*, os que não têm língua, ou mudos. Para os gregos os romanos ainda eram considerados bárbaros, a despeito de estarem sob jugo latino e tornarem-se tributários e vassalos de Roma.

Os romanos também adotaram o termo bárbaro, originado do grego *βάρβαρος*, para designarem os povos que não falavam latim, sejam povos conquistados ou não. O termo vinha carregado de preconceito e discriminação, com claro intuito de fazer com que os povos conquistados sentissem-se diminuídos por não falarem o nobre idioma dos conquistadores. Essa prática frequente explica, se não totalmente, pelo menos em parte o êxito com que o latim sobrepujou as línguas dos povos conquistados.

Quanto ao preconceito que os romanos impingiam ao falar bárbaro, vejamos o que nos diz Adolpho Coelho (1868-12):

“Nesse preconceito de orgulho nacional está sem dúvida uma das principais causas por que as línguas bárbaras desapareciam rapidamente sob pressão da conquista romana, que deu em resultado que se tornasse idioma d’uma parte considerável do mundo antigo o que a princípio não era mais do que um dos numerosos dialectos dos povos da Itália.”

Fartamo-nos de presenciar preconceito linguístico entre falantes do português, sejam lisboetas fazendo chacota do falar beirão, alentejano ou dos falares do Norte de Portugal, ou no Brasil os falantes de grandes centros urbanos, v.g. São Paulo, ridicularizando os falantes do famigerado *caipira* do interior.

Desse ignominioso caráter nem Cícero escapou, já que considerava o latim hispânico de escritores ibéricos com defeitos na pronúncia, como apontam-nos Vázquez Cuesta e Mendes da Luz:<sup>20</sup>

“Pero, por otro lado, la abundancia de vocablos procedentes de lenguas indígenas (ibéricas o celtas, principalmente), un no sé qué «grueso y extraño» en el acento - como decía Cicerón de los poetas de Córdoba amigos de Metelo

---

<sup>20</sup> Apud Silva & Osório in *Introdução à História da Língua Portuguesa* (2008 - 46).

-, defectos en la pronunciación de determinados sonidos y quizá la influencia de dialectos osco-úmbrios (con Sertorio, de Sabina, vinieron a la Iberia probablemente muchos paisanos suyos), eran rasgos originales y que, al no darse uniformemente (a pesar de la relativa cohesión del latín peninsular durante todo el período de la colonización romana) en las diferentes comarcas que integraban la Península, llevarían más tarde a la aparición de nuevas lenguas.”

Não vamos aqui detalhar esse tipo de comportamento reprovável que nos remete a um infundado juízo de valores entre dialetos, como se um dialeto ou língua fosse melhor ou superior ao outro, mas ater-nos-emos à maneira maliciosa como os romanos usavam o preconceito linguístico em desfavor dos povos subjugados. Os povos renunciavam à própria língua para *serem* romanos e deixarem de ser bárbaros.

Queremos, agora, tratar uma questão histórica que entendemos ser de suma importância na romanização da Hispânia por ter deixado indeléveis marcas na brava gente lusitana, inclusive legando-lhe Viriato, o mítico herói das Guerras Lusitanas, forjado na cruenta adversidade do massacre perpetrado por Galba aos lusitanos desarmados, cuja amplitude da covarde carnificina chegou ao conhecimento do Senado num memorável discurso de Catão, que nos reportou Braga<sup>21</sup> e permitiu-nos melhor

---

<sup>21</sup> Braga (ND - 13/16) relata este fervoroso discurso do octogenário Catão acerca desse vergonhoso episódio: “Galba deu primeiramente uma prova deplorável de militar incompleto, quando invadindo a Lusitânia, perdeu sete mil e quinhentos legionários, indo refugiar-se numa situação ignóbil em Carmona. Destemido, mas inconsiderado, é este homem por isso perigoso para a República. E ainda mais: é de um caráter falso, violando com decoro a palavra de um Tribuno, que vale tanto como um tratado escrito, rebaixando perante o mundo o poder romano sempre inquebrantável, quando se trata de um dever moral. É certo que as trinta e seis cidades tributárias da Lusitânia, sempre irrequietas e lutando pela sua autonomia e independência local, também violaram o tratado concluído com Atílio, infestando as Colônias romanas, e as Cidades federadas nesta angústia, em que Roma tinha de impor a sua autoridade, bem compreendia que já não devia empregar o sistema da devastação; mas Galba, desgraçadamente não compreendeu este pensamento governativo! Mandado à Hispânia, aí chegou com um exército cansado e exausto; em vez de limitar-se à defesa imediata dos súbditos romanos, encetou logo combates contra as tribos lusitanas, que nas suas embocadas contínuas, em assaltos repentinos o foram estafando e enfraquecendo até encontrarem o momento azado em que se atreveram a dar-lhe uma batalha campal, em que ficaram trucidados sete mil legionários. Os corajosos de Galba ficaram diminuídos perante a estupenda calamidade; Galba teve de colocar-se na defensiva, aproveitando a época das grandes inverniais para se fechar cautelosamente nos quartéis de Conistorgis! As Águias romanas, como bem diria aí qualquer poeta satírico, estavam fechadas na capoeira. E de facto Galba, durante essa inação, chocava uma tremenda infâmia! Logo no princípio da primavera do ano DCIII da fundação da Cidade eterna, que ficará afrontosamente assinalado nos Fastos Consulares, Galba pôs-se em marcha para a Lusitânia, devastando inconsideradamente Cidades imunes ou federadas, estipendiárias ou contributos daquela opulenta região, donde Roma tem haurido montanhas de prata. Esses povos da Lusitânia, embora tenazes e inquebrantáveis, pelo natural bom senso reconheceram que era melhor gozarem os privilégios que Roma lhes concedia, do que envolverem-se numa guerra interminável, que com certeza visaria à sua destruição. Resolveram mandar a Galba enviados com a declaração, que se confessavam arrependidos da revolta a que tinham sido arrastados, e prontos a cumprirem integralmente o tratado firmado com Atílio. A uma tal proposta, Galba manifestando-se benevolente, ele mesmo respondeu aos enviados das tribos lusitanas: ‘Que era o primeiro a reconhecer a força das circunstâncias, que os obrigara pela tremenda crise da fome e da miséria a quebrantarem a lei romana, e a entregarem-se por vezes a incursões e rapinas em lugares que gozavam quase os direitos da metrópole. Mas, em vez de tomar diretamente a responsabilidade desses atos, e sabendo a causa íntima que os motiva, eu farei que finde a situação violenta das Cidades estipendiárias, acabando com os tributos pesadíssimos que as oneram, eximindo-as dos pagamentos às legiões romanas e às provisões de víveres fornecidos às tropas em passagem. Para se efetuar isto, passarei à categoria de Cidades municipais, com o vosso território livre, sem pagamento de tributos, com magistrados eleitos livremente, e fora da jurisdição do governador da Província.’ Diante desta perspectiva, Galba, traiçoeiramente apontou as terras que lhes reservava, e que dividia em três cantões, e tratou de convocar para um determinado dia na margem direita do Tejo as tribos lusitanas, exigindo como prova da mútua confiança que se apresentassem desarmadas, para que em Roma se não dissesse, que a generosa concessão do *Jus italicum* era extorquida. Catão, como que vencendo uma opressão de

entender acerca do encontro dos romanos com os povos que habitavam a Lusitânia e os motivos da animosidade entre os dois povos.

Catão relata um saldo de trinta mil lusitanos mortos, número ainda hoje nauseabundo, e cerca de mil sobreviventes, dentre eles Viriato, mítico guerreiro *destro mais na lança que no cajado*.<sup>22</sup> Esses sobreviventes, movidos por tenaz e indomável coragem, ofereceram resistência às Águias de Roma, retardando sua conquista peninsular. O sentimento de espoliação pelos dos minérios e riquezas ibéricas certamente majorara-se pela dor impingida por esse massacre, gerando ódio figadal dos lusitanos pelos romanos.

Esse trauma legou à Lusitânia um Viriato intemorato e fervoroso defensor da Lusitânia, de cuja existência pouco se sabe, mas que os feitos o imortalizaram, tanto na batalha quanto na inteligência bélica. Sua vida militar foi marcada por traições, tanto do traidor Galba, que acabou por despertar-lhe a heroica índole guerreira, quanto de Lenas<sup>23</sup>, que subornou Audax, Ditalco e Minuro para o matarem em à traição nos idos de 139 a.C.

A egoísta atitude de Galba sequer ponderou os princípios romanos de colonização e relação com seus conquistados, ou clientes, nas palavras de Catão, cujo fito era buscar *primo* a subjugação pacífica e despertar neles o desejo de conseguir o *status civitatis*, situações que facilitavam o aculturamento dos povos autóctones e a consequente imposição da língua. Galba, no entanto, preocupou-se apenas em locupletar-se com as riquezas ibéricas que bem lhe serviram para comprar a impunidade.

O que poderia ser mais um lóbrego episódio da histórica Guerra Lusitana travada entre as poderosas legiões romanas e os valentes rústicos lusitanos tornou-se, a nosso ver, expressivo fator extralinguístico que impactou o romance que viria a ser falado no Noroeste peninsular. Dentre os efeitos desses episódios, destacamos a maior demora na latinização da Lusitânia, fator que, dentro da linha raciocínio que estamos desenvolvendo nesse trabalho, é um dos possíveis fatores responsáveis pela variação do romance que veio a ser falado na região. Vimos sustentando nesse trabalho que a assincronia da romanização peninsular foi fator determinante para que de uma única cepa, o latim, originassem-se as várias línguas romances ibéricas.

---

momento, salientou o facto monstruoso: — À convocação feita por Galba concorreram os povos confiados na palavra que representava o poder romano; e logo que Galba apanhou as tribos desmembradas e desarmadas na planície para onde as convocara, envolveu-as nas Legiões que subitamente se apresentaram fortificando a linha dos Hastatos e Triários com toda a Cavalaria, que atropelando a multidão inerme, fez passar ao fio da espada para mais de trinta mil pessoas, entre homens validos, velhos e crianças, e até mulheres! Nada mais execrando, porque esta traição vilíssima deslustra as vitórias romanas! E se este instinto traiçoeiro é a base da sua tática de guerra, é igualmente a feição do seu caráter no tempo de paz; e com tais recursos se defenderá da justiça implacável, perante a qual seja chamado a responder, porque no meio de tantas carnificinas e depredações, Galba apoderou-se de assombrosas riquezas, com que de certo conta eximir-se de toda a pena. Mas a desonra do indivíduo, ou o seu castigo, não ressarce os males da Pátria! O poder de Roma está neste momento abalado na Lusitânia, que se debate num levantamento geral contra uma tão inaudita monstruosidade. E se eu, como Censor, acuso o homem indigno, e defendo os meus clientes de Hispânia contra o sanguinário e iniquo prevaricador, perante o Senado também reclamo que um General inteligente com novas tropas vá prontamente restabelecer a paz e o direito às povoações alvoroçadas da Lusitânia.”

<sup>22</sup> *Os Lusíadas* (VIII - 6 - 3).

<sup>23</sup> Marcus Popilius Laenas, cônsul romano na Hispânia Citerior em 139 a.C.

Coelho (1868 - 11) assevera que os romanos, desde os tempos de Agostinho de Hipona, tinham conhecimento de ser a língua um dos mais fortes laços de nacionalidade, e esse pensamento fazia parte da estratégia expansionista de Roma. Evidentemente que os encantos e facilidades da evoluída civilização romana soavam como o canto das sereias para os rústicos bárbaros que, deslumbrados pelo seu fascínio, eram seduzidos a renunciar à própria língua e, com ela sua identidade.

Viriato provavelmente não cedeu a esses encantos, não por ser rústico ou não apreciar as convidativas regalias que o *status civitatis* poderia proporcionar-lhe, mas pela alma dilacerada e pelas feridas abertas por cruéis pérfidos que dizimaram seu povo e, quiçá, sua família. Um espírito amargurado por tão aleivosos feitos certamente alimentará a sanha da revindita. O povo de Viriato não só foi vencido pelos romanos, mas vilipendiado em sua honradez por guerreiros abjetos que desrespeitaram as próprias regras bélicas que os romanos tanto primavam. As indeléveis cesuras causadas na alma lusitana criaram animosidade tal que acabou por levá-los, mesmo vencidos, a resistir à romanização e, conseqüentemente, a não adotar prontamente a nova língua que os conquistadores procuravam impingir-lhes. O sentimento de querer ser latino ou pelo menos de querer parecer-se com os latinos era fulcral para que houvesse aceitação passiva do uso de uma nova língua pelos conquistados. O grande aliado dos romanos para consolidar seu projeto de imposição linguística certamente foi o tempo - o *tempus sanandi* referido por Salomão.<sup>24</sup>

Outro aspecto relevante na difusão do latim, nas palavras de Silva Neto (1970-101), foi o prestígio do Cristianismo que se impunha, juntamente com a romanização, na Península bárbara e pagã:

“Mas, em breve, um poder mais alto surge com força irresistível. Caminhando lado a lado com a Romanização, o Cristianismo vai modificar a fisionomia do mundo antigo.”

Se pretendemos tratar de fatores extralinguísticos neste trabalho, faz-se mister olhar atentamente para as questões religiosas que influíram na evolução da língua, pois, como vimos no breve excerto de Silva Neto, tratou-se de *um poder mais alto com força irresistível* que se aliou aos romanos para implementar o latim como a nova língua dos povos conquistados. Atestamos em nossos dias ainda a força do poderio religioso, ou *pseudorreligioso*, em proselitismos nada cristãos com vistas às mesmas benesses que os medievais usufruíam. *Nihil sub sole novum!*<sup>25</sup>

Passemos agora à maneira que os romanos, com vistas a viabilizar o gerenciamento e a administração das terras conquistadas, dividiram a Península em províncias. Esse método latino de administrar foi constatado em outras terras anteriormente por eles dominadas e fazia parte de seu jogo político de poder.

Teyssier (1982-7) ilustra-nos claramente como se deu a divisão da Península Ibérica por Augusto, dando-nos condições de vislumbrarmos os esboços do que viria a ser o território português e a língua a ser falada na Lusitânia, foco principal de nosso trabalho:

“A Península é inicialmente dividida em duas províncias, a Hispânia Citerior (a região nordeste) e a Hispânia Ulterior (a região sudoeste). No ano 27 a.C., Augusto divide a Hispânia Ulterior em duas províncias: a Lusitânia, ao norte do Guadiana, e a Bética, ao sul. Posteriormente, entre 7 a.C. e 2 a.C., a parte da

---

<sup>24</sup> Ecclesiastes - 3,3.

<sup>25</sup> Ecclesiastes - 1,10.

Lusitânia situada ao norte do Douro, chamada Gallaecia, é anexada à província tarraconense (a antiga Hispânia Citerior). Cada província subdivide-se num determinado número de circunscrições judiciárias chamadas *conventus*.”

A romanização da Península não foi síncrona, podendo esse descompasso ter colaborado para a diversidade linguística dos romances e, conseqüentemente, na formação das línguas neolatinas peninsulares, pois sabemos que as línguas vivem em perene devir, e a assincronia da conquista latina na Hispânia foi determinante para que as regiões mais tardiamente colonizadas recebessem um latim já modificado em relação às regiões anteriormente conquistadas.

Dieguéz (2018 - 128)<sup>26</sup> aponta que a assincronia de transformações linguísticas já foi observada entre o norte e o sul da Gália do século III e que sua ocorrência na romanização da Hispânia não seria fato novo, mas repetição de fenômeno já registrado no próprio Império Romano. Essa assincronia levou, como depreenderemos com alguns excertos, o ocidente peninsular a ser mais tardiamente romanizado em relação ao restante da Hispânia, e nele formou-se o português, objeto precípua deste trabalho. Destarte, podemos afirmar ser a assincronia uma idiosincrasia dentro dos muitos processos das variações linguísticas.

Teyssier (1982-13) dá-nos o panorama da romanização na Galícia, localizada na Hispânia Citerior, extremo noroeste da Península:

“Nesse território, assim definido, a romanização fez-se de maneira mais rápida e completa no Sul do que no Norte. Os *gallaeci*, em particular, que habitavam a zona mais setentrional, se comparados aos outros povos, conservaram por mais tempo elementos da sua própria cultura.”

Silva & Osório (2008-42) corroboram e detalham a assertiva de Teyssier, demonstrando cronologicamente o já citado descompasso na romanização da Península Ibérica:

“A primeira divisão administrativa romana (197 a. c.) incluiu o Ocidente Ibérico na *Hispânia Ulterior*, de romanização profunda e antiga, com características diferentes da que se processou na *Hispânia Citerior* - mais superficial e, tardiamente, romanizada -, cujo extremo setentrional, a *Gallaecia*, só em 61 a.c. foi ocupada por Júlio César.”

Há que se considerar que esse descompasso temporal na romanização pode ter trazido conseqüências linguísticas ou, melhor dizendo, esculpido línguas distintas a partir do fenômeno linguístico que foi o encontro do latim com as línguas autóctones peninsulares.

Observemos as ponderações de Banza e Gonçalves (2018-19) que corroboram nossa asserção, nomeadamente na questão das diferenças do próprio latim falado pelos conquistadores romanos nos diferentes períodos:

“A Hispânia Citerior (197 a.C.), depois Tarraconense (27 a.C.) e finalmente dividida em Gallaecia, Tarraconense e Cartaginense (284 d.C.), como primeiro ponto de entrada dos romanos (pelo nordeste, via Pirinéus), foi palco de um povoamento menos culto, dominado por legionários, colonos, mercadores, falantes de um latim menos cuidado e mais inovador. Já a Hispânia Ulterior

---

<sup>26</sup> Dieguéz (2018 - 128) fala de assincronia em seu trabalho baseado em estudos de Straka, conforme observamos neste excerto: “Por outro lado, pareceria que, quando uma mesma solução atinge diferentes línguas, esta deveria ter-se dado ao mesmo tempo; contudo, nem sempre acontece assim, como aponta Straka (1956), ao falar das mudanças na Gália, em que as transformações acontecidas depois do século III no norte já não afetaram o sul “ou bien il les accomplissait dans un ordre chronologique différent” (Straka, 1956: 261). Como se observará, essa tendência também ocorreu na Península Ibérica.”

(197 a.C.), depois dividida em Lusitânia e Bética (27 a.C.), povoada mais tardiamente (via sul), foi palco de um povoamento mais culto, com um latim mais cuidado e conservador.”

Detendo-nos sobre a Galécia e a Lusitânia, notar-se-á que ambas também não foram romanizadas de forma síncrona, conforme afirmam Silva e Osório (2008-43):

“A romanização da Galécia foi, ainda, mais tardia do que a da Lusitânia, tendo sido, em grande parte, levada a cabo a partir desta última província e da Bética e com um atraso de dois séculos em relação à da futura Andaluzia. Enquanto a romanização da Lusitânia ocorre durante o período do latim clássico, a da Galécia é contemporânea ao tempo do latim imperial, parecendo não ter sido tão profunda como a da primeira (o que irá explicar as inovações do galego-português).”

Indubitavelmente essas diferenças temporais vincadas pelo apanágio de cada período do latim clássico e do imperial foram determinantes para que se formassem duas línguas distintas da mesma cepa, evidentemente impelidas também por outros tantos motivos que as afastaram, sobre os quais discorreremos mais detalhadamente na secção sobre o Galego-português.

Para corroborarmos o raciocínio exposto e ampliarmos horizontes sobre as mudanças linguísticas, já que tratamos as línguas como organismos vivos, não estanques nem incólumes ao meio, ao tempo e muito menos aos seus falantes, recorreremos novamente à douda obra de Silva & Osório (2008-11/12):

“Por um lado, deparamo-nos com motivações de nível estrutural, sistemático e interno, por outro com motivações externas pertencentes ao contexto extralinguístico nomeadamente no que respeita aos domínios social, geográfico, político, cultural, entre outros, e que apesar de estarem ao nível do domínio externo da língua, em muito concorrem para a mudança e variação linguísticas.”

As mudanças linguísticas observadas e tratadas acima refletem motivações estritamente externas, seja o aspecto social representado pelo latim vulgar dos legionários, seja a extensão territorial da Península que dificultou a romanização síncrona, seja a situação geográfica que permitiu o isolamento de comunidades, ou pelas diversas culturas autóctones que originaram os romances e, mais futuramente, as línguas neolatinas.

Ainda no contexto dos fenômenos extralinguísticos, trazemos a colação a evidente variação linguística entre falantes do Norte e do Sul de Portugal cuja raiz está na diferença étnica entre lusitanos e galaicos, muito bem observada por Silva & Osório (2008-42):

“Após a submissão a Roma de Cântabros e Ástures, em 19 a.c., vindo pôr, praticamente, termo a um processo de conquista de quase toda a Península (exceptuando a região montanhosa habitada pelos Bascos), que durou dois séculos, o território astúrico é incorporado na *Lusitânia*, ao passo que os Cântabros passam a fazer parte da *Tarraconensis* (a antiga *Hispania Citerior*), mas já entre os anos 7 e 2 a.c., a parte da Lusitânia situada a Norte do Douro, ou seja, a Galécia, volta a ser incluída na *Tarraconense*, sob a designação de *Gallaecia et Asturica*, indício de diferenças étnicas entre Galaicos e Lusitanos. Residem, aqui, as motivações de um fenómeno antiquíssimo, ainda, actualmente, observável em Portugal: a clivagem entre o Norte, galaico, e o Sul, lusitano, posteriormente agravada pelas circunstâncias da Reconquista.”

Os fatores étnicos têm, em nosso entendimento, força implacável e podem ser determinantes na formação das línguas, pois mesmo o curso da História forçando

alterações políticas e geográficas na Península Ibérica, v.g. sua divisão territorial em dois países e dentro desses países várias línguas - mirandês, galego, leonês, basco, catalão *et al.* - a etnia, que é imperterrivelmente resiliente e incólume às imposições territoriais e às demais questões fortuitamente surgidas no decorrer do tempo, acaba gritando e impondo-se às situações que lhe sejam incômodas. Uma questão étnica que incomoda sobremaneira é a diferença linguística, ou de mais de uma língua falada dentro de delimitado território. Os povos literalmente não se entendem.

A *clivagem entre o Norte galaico e o Sul lusitano* supracitada continua patente e consolidada, estando a língua falada em ambas as regiões a evoluir, como é natural a todas as línguas, porém seguindo cursos evolutivos independentes de falares muito diferentes de uma mesma língua.

O latim chegou à Península e conviveu com as línguas existentes num verdadeiro e duradouro bilinguismo influenciado por fatores internos e externos, esculpindo novas línguas que denominar-se-iam genericamente línguas romances.

Nessa feraz convivência nas plagas ibéricas, o latim também foi fortemente influenciado pelas línguas locais e, paulatinamente, afastando-se do latim falado nas demais regiões do Império Romano, conforme afirmam Silva & Osório (2008-24):

“O processo de latinização realizou-se numa situação de coexistência do latim com as línguas indígenas, ou seja, uma verdadeira situação de bilinguismo. Resultou daqui um fenómeno de mestiçagem linguística. Assim, a língua estrangeira, o latim, fica marcada por influência de outra ou outras línguas. Podem também verificar-se influências em sentido oposto. Por efeito dessas influências e marcas, o latim foi tomando uma fisionomia peculiar na Hispânia. É neste contexto que se exerce a influência dos substratos e adstratos.”

Concernentemente ao bilinguismo ocorrido no longo período de contato entre o latim e as línguas autóctones peninsulares, a pelo me acode o pensamento de Heráclito d’Éfeso, o Obscuro<sup>27</sup>, nomeadamente no qual o filósofo pré-socrático teoriza seu famigerado *πάντα ῥεῖ*, na defesa que um mesmo homem não se banha duas vezes no mesmo rio, sintetizando, assim, a ideia do eterno devir, onde as experiências nunca se repetem, haja vista nunca sermos os mesmos após interagirmos em quaisquer situações da vida.

*Mutatis mutandis*, as Línguas, por serem organismos vivos, também são passíveis dos efeitos desse pensamento, sendo moldadas e norteadas por eles. No exemplo de bilinguismo citado acima, inferimos que o contato assíncrono do latim com as línguas autóctones foi um dos responsáveis pela diversidade dos romances formados na península, se considerarmos que nesses contatos o próprio latim evoluiu e manteve contato em diversas fases, ou seja, latim clássico, imperial e vulgar, do qual resultariam romances com características diversas entre si.

Silva & Osório (2008-12) afirmam que as línguas só funcionam porque mudam conforme a necessidade dos falantes, caso contrário morrem ao deixarem de servir aos falantes, conforme bem explicitado neste excerto:

“Quando uma língua cristaliza numa determinada forma, essa língua adquire uma forma fixa e, por isso, deixa de funcionar como meio de comunicação. Foi o que aconteceu com o latim que a partir de um dado momento da sua história deixou de ser meio de comunicação. Por tal facto, dizemos que as línguas mudam porque efetivamente funcionam.”

---

<sup>27</sup> Heráclito d’Éfeso (542 a.C. - 470 a.C.) filósofo pré-socrático considerado o Pai da Dialética.

Inegavelmente o funcionar das línguas referido por Silva & Osório encontra, em nosso entendimento, apoio nas asserções de Silva Neto (1970-17) e Gilliéron citado por Mattoso Câmara (2011-125), aos quais já nos referimos quando falamos que as palavras que mais são usadas são as que mais mudanças sofrem.

Dessarte, o funcionar das palavras desgasta-as e promove as mudanças citadas por Silva & Osório, mudanças essas que são as grandes responsáveis pela sobrevivência da língua como elo entre os falantes, permitindo sua conseqüente evolução. A evolução da língua dar-lhe-á a paradoxal condição de perenidade como instrumento de comunicação.

A experiência linguística latina durante a conquista na Hispânia mostrou inúmeras situações de nascimento e evolução de línguas, mas também de morte de línguas autóctones. Os romanos tinham projeto de impingir sua língua aos bárbaros, mas acabaram criando vários romances que cada vez mais se afastavam do latim à medida que evoluíam na língua falada pelos povos conquistados.

Cada língua autóctone interagiu com o latim de maneira *sui generis*, fundindo-se as duas em uma nova língua, num Pentecostes ou Babel Ibérico profícuo, duradouro e, paradoxalmente, instável.

## 1.6 O período pré-histórico

Há que se considerar que o longo período de aproximadamente um milênio e meio compreendido entre a romanização e o primeiro documento datado redigido em português obriga os estudiosos a introduzir algumas subdivisões para o melhor aproveitamento dos estudos linguísticos desse longo período.

Para balizarmos nosso trabalho, entendemos bastante a seguinte classificação proposta por Silva & Osório (2008-37):

“Se tomarmos em consideração o espaço de tempo que vai desde a ocupação militar da Península Ibérica por Roma (a partir de 218 a.c.) até ao primeiro documento datado, em português, hoje conhecido (de 1214), teremos um período muito longo de quase um milênio e meio. Convirá, portanto, introduzir algumas subdivisões nestes mil e quatrocentos anos de transformação paulatina do latim ibérico, ou seja, uma *fase pré-histórica*, que vai de 194 a.c. (ano do primeiro embate entre Lusitanos e Romanos) até 882, data do primeiro documento, em latim tardio, no atual território português e no qual já é possível detectarmos palavras e construções desta língua ibero-românica e um *período proto-histórico* que se lhe segue, de 882 até aos primeiros textos em português.”

O período pré-histórico, compreendido entre 194 a.C. e 882 da era cristã, foi marcado indelevelmente por fatos históricos de relevância, como a Segunda Guerra Púnica, as invasões germânicas e árabes, a Reconquista e a fundação do Reino de Portugal.

Quando a História muda seu curso em determinada região do planeta, conseqüentemente os povos que vivem nessa região sentem e sofrem com essas mudanças históricas, não sendo as línguas por eles faladas incólumes a tais mudanças, e na Península Ibérica não foi diferente.

Observamos que Silva e Osório (2008-44) asseveram acerca de como a chegada dos povos germânicos interferiu no rumo do latim na Hispânia:

“Aos dois séculos de conquista da Península Ibérica seguiram-se quatro de *pax romana*, que terminaria, abruptamente, com a chegada de povos germânicos, nos inícios do séc. V. Tal facto, significa, então, que a evolução do latim ibérico foi afetada por estes acontecimentos, na medida em que se acentuaram as tendências centrífugas, favoráveis ao desenvolvimento de particularismos regionais que, aliás, já iam notando desde o tempo da decadência do Império Romano do Ocidente.”

Destacamos acertada a asserção de que os acontecimentos históricos acentuaram o desenvolvimento de particularismos regionais que foram afastando paulatinamente os romances do latim e abrindo caminho que evoluíssem para tornarem-se línguas autônomas e totalmente distintas.

Esse período pré-histórico pode ser subdividido em duas fases: a fase da romanização até o ano 409, quando chegaram os Alanos, Vândalos e Suevos à Hispânia romana, e a fase da passagem paulatina do latim imperial para o proto-romance e os dialetos romances.

Considerando o *mare magnum* do latim e das línguas romances na Península Ibérica, deter-nos-emos no curso do galego-português nessa intrigante aventura no tempo.

Silva e Osório (2008-44) dividem a fase pré-histórica nos dois citados subperíodos de maneira elucidativa, conforme observamos neste excerto:

“Nestas circunstâncias, dividir-se-á, assim, esta fase pré-histórica em dois subperíodos: o da romanização, que vai até 409, ano da chegada de Suevos, Alanos e Vândalos à Hispânia romana (tendo os Suevos preferido o Noroeste peninsular, onde fundaram um reino) e, posteriormente, um período de lenta passagem do latim imperial para o proto-romance e os dialectos romances, favorecida pela transição da época romana para a época romano-visigótica.”

A chegada dos Suevos ao Noroeste da Península em 409 marca o fim do subperíodo da romanização e o início do subperíodo romano-visigótico. O Reino dos Suevos não trouxe contribuições relevantes para a língua falada pelos povos romanizados do Noroeste da Península, aliás seu papel foi negativo segundo o que Teyssier (1992-7) afirma-nos neste excerto:

“No que diz respeito à língua e à cultura, a contribuição dos suevos e dos visigodos foi mínima. Tiveram um papel particularmente negativo: com eles a unidade romana rompe-se definitivamente e as forças centrífugas vão preponderar sobre as de coesão. Se o latim escrito se mantém como a única língua de cultura, o latim falado evolui rapidamente e diversifica-se.”

Dessa asserção do respeitável Teyssier, *concessa venia*, cabe uma ressalva: não entendemos como *papel negativo* a ruptura da unidade linguística romana na Península, pois ela está dentro do que vimos discorrendo no trabalho, ou seja, de que os fatores extralinguísticos influenciaram diretamente na formação e evolução da língua. Tanto a queda do Império Romano, marco inclusive do fim da Idade Antiga e início da Idade Média, fato histórico de altíssima relevância, quanto a ascensão dos Suevos no domínio da Península Ibérica são fatores extralinguísticos que deram seu contributo para a evolução das línguas romances. Diéguez (2018 - 130)<sup>28</sup> corrobora

---

<sup>28</sup> Segundo Diéguez, “A partir do século V d.C. e, sobretudo, após a queda de Roma, sem norma que chegue da capital, as mudanças no latim vulgar vão ser profundas. Entramos agora na época visigótica, até ao início do século VIII d.C.”

nossa asserção asseverando que as mudanças ocorridas no latim foram profundas na era de dominação visigótica na Península.

Outrossim, encaramos essa ruptura mais como aspecto positivo que negativo, pois contribuiu para o afastamento das línguas romances do latim, desvencilhando-as para seguirem seu curso natural evolutivo, ou seja, faz parte dos aspectos extralinguísticos que deram relevante contributo à evolução língua. Nas palavras de António Gideão<sup>29</sup>, *onde Sancho vê moinhos, Quixote vê gigantes*.

Concomitantemente ao declínio do Império Romano, assistimos ao fortalecimento da Igreja Católica no Ocidente, sendo a Península Ibérica feraz terreno para evangelização dos pagãos. A Igreja teve particular influência no afastamento dos romances do latim, conforme podemos observar neste excerto de Silva Neto (1970-131):

“Em páginas anteriores já nos referimos à importância do Cristianismo na difusão do latim: tal como se haveria de repetir muitas vezes, o prestígio da religião impunha o uso da língua que a divulgava. Cumpre agora examinar as consequências desse grande movimento social na própria língua latina.”

A Igreja começou paulatinamente a se afastar do latim escrito para aproximar-se dos pobres, povo desvalido e humilde que mais precisava entender inteligivelmente a Palavra de Deus. Santo Agostinho de Hipona defendia essa aproximação da língua eclesiástica com a língua do povo, conforme podemos observar neste excerto de Silva Neto (1970-134):

“*Melius in barbarismo nostro vos intelligitis, quam in nostra dissertitudine vos deserti eritis. Melius ut reprehendant nos grammatici quam non intelligant Populi.*”

Impossível não reconhecer nas palavras de Santo Agostinho o ensinamento de Paulo de Tarso<sup>30</sup>, referindo-se à superioridade do dom de profecia em relação ao falar línguas estranhas. O Apóstolo defendia uma comunicação clara e sem ruídos, clara e inteligível que transmitisse a mensagem:

“*Sed in ecclesia volo quinque verba sensu meo loqui, ut et alios instruam, quam decem milia verborum in lingua.*”

Nessa busca de fazer-se entender pelos menos letrados, ainda que com aparente prejuízo do estilo - e consequente mudança na língua - o Apóstolo de Hipona capitaneou a aproximação da língua dos púlpitos à língua falada pelos humildes que sequer tinham acesso à Bíblia. Se o acesso aos livros era-lhes cerceado, a Palavra de Deus, contudo, estava livre para que pudessem ouvi-la de maneira que pudessem entender e saciar suas sedentas e famintas almas.

Consideremos que a própria literatura cristã já flexibilizava o rigor da disciplina gramatical, permitindo que a expressão mais livre começasse a aparecer, desvencilhada das proibições que limitavam a escrita, essa com as amarras da sintaxe latina que tornava os textos ininteligíveis à rústica turba.

Silva Neto (1970-135) atribui aos escritores cristãos profundas mudanças na língua para torna-la inteligível aos humildes. Vejamos a extensão dessas mudanças nos romances falados no Império:

---

<sup>29</sup> António Gideão - *Impressão Digital*.

<sup>30</sup> Paulo de Tarso na Segunda Epístola aos Coríntios - 14-19 (Almeida 1969).

“Finalmente, não se pode deixar de concordar em que os escritores cristãos, usando uma língua tanto quanto próxima à compreensão dos humildes contribuíram para que a ordem direta se fixasse e desenvolvesse.”

Como vemos, paulatinamente o latim foi cedendo e permitindo que as novas línguas fossem tomando formas próprias que as diferenciariam da língua mãe, como vemos nessa citação sobre a fixação da ordem direta que predominou nos romances e nas línguas neolatinas que se foram formando.

A mesma Igreja que contribuiu grandemente para a difusão do latim foi a mesma que ajudou a matá-lo. A relação do latim com a Igreja pode ser resumida no verso de Augusto dos Anjos<sup>31</sup>, em *Versos Íntimos*: ‘A mão que afaga é a mesma que apedreja.’”

A expansão do Cristianismo alcançou a corte do Rei Teodomiro, soberano dos Suevos entre 559 e 570, tido como o primeiro monarca suevo convertido cristão ortodoxo, e nela prosperou São Martinho de Dume, religioso nascido por volta de 520 na Panônia e falecido em Braga entre 579 e 580, arcebispo de Braga e grande evangelizador dos pagãos no Noroeste da Península, fundador de várias igrejas e mosteiros, sendo a principal a de Dume.

Trabalhou incansavelmente na conversão dos pagãos do arianismo para o catolicismo, tendo reconhecido êxito em seu trabalho de evangelização e produção textual de relevância religiosa.

Cabe destacarmos que São Martinho de Dume foi um dos principais responsáveis pela designação dos nomes dos dias da semana em Língua Portuguesa, pois difundiu e levou a efeito antigo projeto da Igreja Católica de abolir o costume de “dar nomes de demônios aos dias que Deus criou”<sup>32</sup>, teoria defendida também pelo bispo Cesário Arelatense, bispo de Arles, morto em 542, segundo Silva Neto (1970 - 327).

Os dias da semana recebiam nomes de deuses pagãos e a Igreja Católica combatia incansavelmente para mudar-lhes a designação há tempos, conforme já propostas na *Peregrinatio ad Loca Sancta*, da monja Egéria, escrita, provavelmente, no Norte da Península Ibérica, entre 381 e 388 (Silva & Osório - 2008-45). Acerca dessa questão, temos o esclarecimento de Almeida<sup>33</sup> que traz grande contributo para a

---

<sup>31</sup> Augusto dos Anjos (1884-1914), poeta brasileiro pertencente ao Movimento Literário Simbolista.

<sup>32</sup> <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiram-os-nomes-dos-dias-da-semana/>

<sup>33</sup> Almeida (1994 - 149) expõe o seguinte esclarecimento sobre a influência da Igreja Católica na denominação dos dias da semana: “À onomástica da igreja católica é que se deve o não seguir o português a designação dos dias da semana de outros idiomas. Os babilônios, os primeiros a observar o céu e a atribuir aos planetas o destino do homem, dividiram a semana em sete dias e os consagraram ao sol, à lua e aos planetas. Desse procedimento é que partiram, trazidos da mitologia latina mas baseados diversos deles em formas escandinavas, os nomes ingleses *Suunandaeg* (day of the Sun, dia do sol), *Sunday*; *Monandaeg* (day of the Moon, dia da lua), *Monday*; *Tysdaeg* (dia do deus da guerra), *Tuesday*; *Wodnesdaeg* (Othinsdagr, dia de Mercúrio), *Wednesday*; *Thorsdagr*, *Thunresdaeg* (day of Thunor, deus do trovão), *Thursday*; *Friatag*, *Frigedaeg* (dia de Frigg, deusa mulher de Othin ou Wodan), *Friday*; *Saeterdaeg* (dia de Saturno) *Saturday*; correspondentes aos nomes alemães *Sonntag*, *Montag*, *Dienstag*, *Mitwoch*, *Donnerstag*, *Freitag* e *Samstag*. Tirando da denominação da Igreja apenas *Dimanche* (Dominica dies), os franceses seguiram o procedimento babilônico em *Lunedì* (Lunae dies), *Mardi* (Martis dies), *Mercredi* (Mercuri dies), *Jeudi* (Jovis dies), *Vendredi* (Veneris dies) e *Samedi* (Saturni dies). Procedimento equivalente encontramos em italiano e em espanhol: *Lunedì*, *Lunes*; *Martedì*, *Martes*; *Miércoles*, *Giovedì*, *Jueves*; *Venerdì*, *Viernes*; *Sabato*, *Sábado*; *Domenica*, *Domingo*. (Creio tratar-se de *lapsus calami* do autor considerar os procedimentos italiano e espanhol equivalentes ao francês, haja vista o *Sabato* e o *Sábado* não terem raiz no dia de Saturno, como o fizeram os franceses). Portugal adotou a designação da Igreja, e daí a palavra *feira* nos dias de trabalho; se no latim clássico “feriae

compreensão da mudança da denominação dos dias da semana, que eram dedicados às divindades pagãs, e passaram a obedecer ao critério similar à milenar denominação hebraica.

Inegavelmente essa evolução, se assim podemos chamá-la, que contribuiu para diferenciar a Língua Portuguesa de suas irmãs e das demais línguas não latinas, como ficou bem explicado por Almeida, foi ocasionada por fatores extralinguísticos de cariz religioso, e segue sólida por mais de um milênio e meio, quiçá consolidada.

São Martinho Dume conseguiu com sua carismática ação pastoral o feito hercúleo de consolidar essa significativa mudança que está enraizada em nossas mentes e na consciência linguística lusófona, sendo-me impossível não associar o domingo ao descanso, ao almoço familiar e aos passeios, não associar a segunda-feira à fadiga da volta ao trabalho, ao trânsito etc.

Apesar de Almeida insistir na falta de sentido das palavras, há que se reconhecer os méritos de São Martinho nessa empreitada, em que pese ter lançado mão de métodos quiçá pouco ortodoxos de convencimento religioso corrente entre clérigos medievais certamente empregados para se levar a efeito sua cruzada, talvez apostando no tenebroso medo do pecado que povoava as mentes e corações dos rústicos da Galécia.

É imperioso observarmos que Silva Neto (1970 - 326) cita que a semana cristã já vigorava desde os tempos de Tertuliano (202 d.C.) e o sistema enumerativo originara-se no paralelismo com a semana judaica, que já o cita na criação do mundo, atestando a antiguidade da semana dividida em sete dias. conforme observamos neste excerto:

“A instituição da semana de sete dias é muito antiga, pois já se encontra no relato da criação do mundo, conservada em escrita cuneiforme, mas, em todo o caso, devemos aos Israelitas a sua difusão. A semana aramaica é a base da semana cristã, pois os termos gregos, que são o modelo das designações latinas, Δευτέρα ‘segunda-feira’ = segunda, Τρίτη ‘terça-feira’ = ‘terceira’, Τετάρτη ‘quarta-feira’ = ‘quarta’, Πέμπτη ‘quinta-feira’ = ‘quinta’, não passam de tradução. Assim o flagrante paralelismo entre a semana judaica, que usava o sistema enumerativo, tomando por base o sábado, e a semana cristã:

Sabbatum	feria septima ou sabbatum
Prima sabbati	Dominica (feria prima)
Secunda sabbati	feria secunda
Tertia sabbati	feria tertia
Quarta sabbati	feria quarta
Quinta sabbati”	feria quinta
Sexta sabbati	feria sexta

Esse esquema, que já estava em vigor no tempo de Tertuliano (202 d.C.) foi sempre propugnado pela Igreja. Diz a tradição que o Papa Silvestre (século IV d.C.) o tornou obrigatório.”

Essa forma prospera há quase mil e quinhentos anos em português e em alguns dialetos galegos, mas não logrou êxito nem mais tardiamente sequer no fervoroso e

---

arum” eram os dias de festa (“ferias custodire”, observar as festas) ou os de descanso (“feriae forenses”, férias dos tribunais), a palavra passou a indicar os dias de trabalho, porque o comércio exercido nesses dias desnaturou as feiras, e o sábado (do hebraico *shabbath*) é que passou, através do latim *sabbatum* e de acordo com a significação do hebraico, a indicar o dia do descanso. *Domingo* (do lat. “dominica dies”) passou a ser o dia em que o Senhor descansou, segundo o Gênesis 2.2. Na impossibilidade de considerar festivas todas as “feiras”, a humanidade carece preservar o sentido etimológico de *sábado* e *domingo*, descansando aquele por conta própria, este por inspiração do Senhor. A verdade é que em todos esses nomes vemos a persistência histórica a vencer teimosamente a falta de sentido das palavras... e da vida.”

sangrento reinado dos Reis Católicos espanhóis, que mantiveram os nomes dos deuses pagãos para designar os dias da semana em seu *status quo*.

Destarte, apesar dos respeitáveis argumentos de Silva Neto, entendemos que o trabalho de São Martinho teve fundamental importância para que em Portugal essa forma católica de nomear os dias da semana prosperasse. Corroboramos nossa asserção com o seguinte excerto de Menéndez y Pelayo (1882 - 264):

“Los nombres gentílicos de los días de la semana se conservan en toda España, menos en Portugal, donde se los designa a la manera eclesiástica: *prima feira*, *terza feira* etc., lo cual no sería aventurado atribuir a influjo del obispo dumense y de otros metropolitanos de Braga que siguieron sus huellas.”

A Igreja Católica, sempre defendendo seus interesses religiosos e culturais, impingiu aos fieis algumas alterações em vocábulos latinos que acabaram por se consolidar tanto no latim quanto nas línguas romances. Silva Neto (1970-131) dá-nos como exemplo o vocábulo *talento*, que de ‘unidade monetária’ passou também a significar ‘dote natural’ com base na cristã Parábola dos Talentos, e o vocábulo *palavra*, que Nascentes (1955-374) bem consigna conforme abaixo:

PALAVRA – Do gr. *parabolé*, comparação, alegoria sob a qual se oculta uma verdade importante; pelo lat. *parabola* (A. Coelho M Lübke, REW, 6221). “*Verbum* tinha ficado palavra santa, o *Logos*, o Verbo: a língua vulgar não ousou mais confiar-lhe a expressão da ideia comum de palavra; substituiu-o neste uso por parábola, sentença, pensamento, vocábulo que as parábolas do Evangelho tinham tornado familiar, e desviando parábola do seu sentido próprio, enriqueceu-o de todas as significações que *verbum* outrora possuía (Darmesteter, Vie des mots).”

Como observamos nesses curiosos fatos extralinguísticos, a Igreja valeu-se de todos os recursos disponíveis para levar a efeito seu plano expansionista e de poder, inclusive a língua falada nos sermões, ferramenta fundamental tanto na evangelização dos pagãos - outra alteração de sentido de *paganus* “habitante do campo” para “gentio” - quanto no cuidado contínuo de manter todo o rebanho sob seu tenebroso jugo.

A Igreja Católica teve importante papel na difusão e evolução do latim e, ainda que motivada por interesses expansionistas e de domínio, teve também papel determinante nas mudanças sofridas pelos romances e seu afastamento do latim. O caso dos Dias da Semana ilustra-nos bem esse poderio clerical exercido sobre a região peninsular na qual nasceria e seria falado o galego-português.

Interessante observar que a Igreja Católica não foi a pioneira nessa estratégia de mudar o sentido das palavras, e.g. *verbum*, para atender seus interesses nada celestiais, mas de domínio do rebanho, pois Platão já usara desse expediente quando buscava mudar o étimo de *Hades* para dissociá-lo da carga negativa associada ao medo da morte que apavorava os guerreiros gregos.

Segundo Vieira (2016-1) manipular o étimo de *Hades* tinha o fito de fazer com que os guardiães das cidades mudassem a perspectiva negativa que tinham da morte e tivessem mais coragem nas batalhas. Platão usou duas de suas obras para trabalhar esse étimo, dando em cada uma delas um étimo: enquanto em *Fédon* é trabalhado como *sendo ou representando o invisível (a-íden)* com forte carga negativa a tal ponto que impingia medo aos gregos de pronunciá-la. Já no *Crátilo*, em um malabarismo de derivação etimológica, propôs uma etimologia totalmente nova para *Hades*, *o que tudo sabe*.

Inferimos desses dois casos, tanto o protagonizado pela Igreja Católica quanto o protagonizado por Platão, que a Etimologia é terreno escorregadio e suscetível a interesses escusos, além de feraz terreno para propostas irresponsáveis, como bem pontuou Coelho (1868-XIII) sobre os sectários da Escola Celta, conforme já tratamos neste trabalho.

Quanto alteração de significado que a Igreja Católica impingiu aos vocábulos citados acima, queremos trazer a colação o seguinte trecho de Saussure (1916-126):

“On le voit bien par la manière dont elle évolue; rien de plus complexe: située à la fois dans la masse sociale et dans le temps, *personne ne peut rien y changer*, et, d’autre part, l’arbitraire de ses signes entraîne théoriquement la liberté d’établir n’importe quel rapport entre la matière phonique et les idées.” (Grifo nosso)

Saussure atribui à arbitrariedade dos signos o evoluir da língua sem que ninguém possa alterar o curso de sua evolução. Vemos que a influência eclesiástica foi determinante na evolução de vocábulos portugueses, conforme citamos acima. Não há como excluir o agente religioso nessa evolução, agente cuja vontade representa o desejo e interesse humano, seja individual ou coletivo, de um concílio do Vaticano. Não conseguimos aplicar o pensamento de Saussure nesse caso específico, conquanto concordemos, doravante parcialmente, com essa sua assertiva na evolução das línguas.

Outro fator extralinguístico relevante para a história da língua ocorrido nesse período, nomeadamente em 711, foi a invasão e conquista da Península Ibérica quase que integralmente pelos muçulmanos, que trouxeram consigo sua religião, língua, cultura e arquitetura.

Segundo Teyssier os mouros, do espanhol *moros*, dominaram a região meridional da Península, mas não conseguiram avançar para o noroeste, no qual pouco se observa sua influência linguística e cultural. Examinemos este excerto de Teyssier (1982-8):

“Nas regiões setentrionais, onde se formaram os reinos cristãos, a influência linguística e cultural dos muçulmanos tinha sido, evidentemente, mais fraca que nas demais regiões. No Oeste em particular, a marca árabe-islâmica e muito superficial ao norte do Douro, ou seja, na região que corresponde hoje a Galícia e ao extremo norte de Portugal. À medida que se avança para o sul, ela vai se tornando mais saliente, sendo profunda e duradoura do Mondego ao Algarve.”

Essa disposição geográfica da ocupação muçulmana na Península teve papel preponderante na formação do galego-português na região Norte de Portugal e na Galiza, e nos chamados falares *moçárabes* ao Sul, ou *lusitano-moçárabes*. Acerca dessa situação geográfica, vejamos o que nos diz Teyssier (1982-8):

“Foi na primeira destas regiões, ao norte do Douro — tendo talvez como limite extremo o curso do Vouga, entre o Douro e o Mondego —, que se formou a língua galego-portuguesa, cujos primeiros textos escritos aparecem no século XIII. Na região meridional, o domínio muçulmano deixara subsistir uma importante população cristã de língua românica: os cristãos chamados moçárabes, palavra deriva da de um participio árabe que significa “submetido aos árabes”. Conhece-se pouco desses falares hispano românicos, mas o suficiente para compreender que formavam, em toda a parte meridional da Península, uma cadeia continua de dialetos bastante diferentes daqueles que, falados no Norte, serão mais tarde o galego-português, o castelhano e o catalão.”

Os mouros contribuíram significativamente para o léxico português, legando-lhe novas palavras que se consolidaram na língua. Além do prefixo *al*, cuja presença em palavras portuguesas quase sempre nos remetem instintivamente à associação com

a origem árabe, além de muitos topônimos portugueses que também se originaram nesse período.

Nascentes (1955-21) dá-nos 609 palavras que chegaram ao português não por vias latinas nem gregas, mas diretamente do árabe; já Teyssier aponta 954 palavras, citadas por José Pedro Machado em *Influência Árabe no Vocabulário Português*. Palavras como *açúcar, aldrava ou aldraba, atalaia, auge, ceifa, cenoura, fatia, fulano, jaez, zero etc.*, além de topônimos como *Alcântara* (a ponte), *Algarve* (o ocidente), *Almada* (a mina) *et. al.*

O latim falado no Império à época da conquista da Hispânia era o Latim Clássico, cujas principais características, segundo Diéguez (2018 - 128) são as seguintes:

“O latim clássico possuía um sistema vocálico de dez sons, com cinco vogais breves [a, e, i, o, u] (=ã, ě, ĭ, ō, ŭ) e cinco longas [a:, e:, i:, o: u:] (=ā, ē, ī, ō, ū), que, na escrita, apenas apresentavam as seguintes grafias: a, e, i, o, u. O sistema consonântico era relativamente simples, com três pontos de articulação: (i) labial [b<sup>B</sup>, p<sup>P</sup>, f<sup>F, PH</sup>, m<sup>M</sup>]; (ii) dental [d<sup>D</sup>, t<sup>T</sup>, s<sup>S</sup>, n<sup>N</sup>, l<sup>L</sup>, r<sup>R</sup>]; e (iii) velar [g<sup>G, GU</sup>, k<sup>C, QU</sup>], que tinha também a aspirante [h<sup>H</sup>]. Como se aprecia, não tinha a ordem palatal, que será precisamente, juntamente com a transformação do vocalismo, a grande revolução na passagem do latim para as línguas romances.”

Nesse período a língua latina evolui do latim clássico, falado no período da conquista da Península Ibérica, para o latim imperial, cuja fase inicia-se pelo *Anno Domini*. O latim imperial falado na parte Ocidental da Península Ibérica começa a ser profundamente marcado por essas evoluções, refletindo diretamente no galego-português e no próprio português, que se separou do galego, conforme assevera Teyssier (1982-10):

“Até o fim do período imperial, o latim falado no Oeste da Península Ibérica conhece as evoluções gerais do mundo romano.”

Observa-se que no latim imperial já não se apresentam as oposições de *quantidade* do latim clássico (segundo Diéguez (2018 - 128) isso deu-se no século I d.C.), mantendo as oposições de timbre, fatos de cariz fonológico relevantes que mostram evolução da língua do Império. Esse sistema vocálico consolidou-se e mantém-se até hoje no português, conforme atestam Silva & Osório (2008-47). Algumas mudanças operaram-se já no século I a.C., e.g., perda de aspiração e queda de nasais finais.<sup>34</sup>

Acrescente-se que no latim imperial a acentuação das palavras começa a ser feita pela *intensidade*, diferentemente do que ocorria no latim clássico, conforme bem explica-nos Teyssier (1982-10):

“O *acento tônico* - Generaliza-se um acento de intensidade, cuja posição e determinada de maneira automática. Quando nenhuma ação contrária entra em jogo, a acentuação permanece a mesma em galego-português e em português contemporâneo. No latim imperial, a sílaba que leva o acento e definida pelas seguintes regras:

<sup>34</sup> Diéguez (2018 - 128) aponta que o latim vem mudando, dando exemplos de três romances ibéricos - português, galego e castelhano: “Já no século I a.C. se dão as seguintes mudanças: a perda da aspiração (hōmīnēm [hominem > ominem] *homem/home/hombre*, hōnōrēm [hono:rem > ono:rem] *honor*), a queda de nasais finais (hōmīnē(m) [ominem > omine], dōmīnū(m) [dominum > dominu] *dom, dono/don, dono/don, dueño*) e a acentuação como elemento distintivo ([omine > 'omine], [dominu > 'dominu]).” (O autor marca sempre as quantidades vocálicas para melhor elucidar o seguimento da evolução).

- a) *Palavras de duas sílabas*: o acento recai na primeira. Ex.: *septem* > port. sete, *datum* > port. Dado.
- b) *Palavras de três sílabas ou mais*: o acento recai na penúltima sílaba se esta for longa. Ex.: *amīcum* > port. amigo, *capīllum* > port. cabelo; e recai na antepenúltima se a penúltima for breve. Ex.: *arbōrem* > port. árvore, *homīnem* > port. homem, *quīndēcim* > port. quinze.”

Observemos a grande evolução no subsistema consonântico que nos apresentam Silva & Osório (2008-47):

“Relativamente ao subsistema consonântico, algumas inovações do latim imperial (como a palatalização dos grupos <CI>, <GI>, <TI>, de <CE>, <GE> e outras) irão ter consequências importantes, que originarão, indubitavelmente, no galego-português medieval, seis novos fonemas românicos, isto é, desconhecidos do latim: /ts/, /dz/, /dʒ/, /ʃ/, /λ/ e /ɲ/ (por exemplo: *cidade*, de CIUITATE, *prezar*, de PRETIARE, *gente*, de GENTE, *roxo*, de RUSSEU, *filho*, de FILIU e *senhor*, de SENIORE).”

Chamamos atenção para *novos fonemas românicos desconhecidos do latim*, evidenciando que outro valor linguístico se alevanta, o galego-português, evoluindo do latim e tornando-se autônomo deste. O afastamento do latim acelera-se e com o passar do tempo há a consolidação das línguas neolatinas, cada vez menos parecidas com a língua mãe.

Entre os séculos II e III da Era Cristã observam-se muitas transformações no latim de então, como o aparecimento de próteses vocálicas nas palavras iniciadas por *s impuro* ou *s líquido*, v.g., *stare* > *estar*, e a monotongação de *oe* e *ae* que Diéguez (2018 - 129) aponta nos seguintes exemplos: *foedu* > *feio* e *caelu* > *céu*. Continua Diéguez (2018 - 129) a apresentar novas mudanças ocorridas nesse período, quais sejam o aparecimento da consoante semiconsoante aproximante palatal *yod*,<sup>35</sup> responsável por grande parte dos novos sons palatais que virão a ser pronunciados. O *yod* é fruto da formação de ditongos crescentes, v.g., *folia* > *folha*. É dessa época o desaparecimento do *wau* após consoante: *mortua* > *morta*. Já o *wau* aproximante velar passa a ser pronunciado como fricativo em *vita* > *vida* e *nove* > *nove*.

Ainda no aspecto evolutivo do latim imperial, crê-se que nesse período houve o processo de abrandamento que levou à sonorização das oclusivas não vozeadas intervocálicas, que Silva & Osório (2008-47) propõem-nos com os seguintes exemplos: *caput* > cabo e *amatu* > amado e *amicu* > amigo. Os autores identificam ser esse um fenômeno característico das demais línguas ocidentais românicas, e não só do galego-português. Já Teyssier (1982-12) cita como sendo desse período outra importante evolução linguística: a queda do *n* antes de *s*, v.g. *mensa* > mesa, que Diéguez (2018 - 129) afirma ter ocorrido a partir do século IV d.C., juntamente com *sanctu* > santo e outras alterações de grande impacto na língua.<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Vejamos esta nota de rodapé de Diéguez (2018 - 129): “O iode [j] provém de qualquer <ě> ou <i> átono ao pé de outra vogal átona. vídeō [’wideo > ’wedjo] *vejo* / *vexo*/*veo*, filiā [’filia > ’filja] *filha*/*filla*/*hija*.”

<sup>36</sup> Diéguez (2018 - 129) dá-nos, entre outras evoluções, as seguintes transformações ocorridas na língua nesse período: “A partir do século IV d.C., as sílabas tónicas terão preponderância sobre as átonas, que se fecharão posteriormente (’fikŭ > ’fiku; ’dominŭ > ’domenu; fa’kerē > fa’kere]). Produz-se a síncope de vogal pós-tónica (vīrdē [’Berede > ’Berde] *verde*, āltērŭ [’alteru > ’altru] *outro*/*otro*), que propicia a formação dos famosos grupos [kl, gl, tl] (ōcŭlŭ [’okolu > ’oklu] *olho*/*ollo*/*ojo*, tēgulā [’tebola > ’tebla] *telha*/*tella*/*teja*, vētŭlŭ [’Betolu > ’Betlu] *velho*/*vello*/*viejo*). Começam também a síncope de vogal pré-tónica medial (hōspītālē [oʃpi’tale > oʃp’tale] *hostal*) e a simplificação de alguns grupos consonânticos (sānctŭ [’ʃanktu > ’ʃantu] *santo*, mēnsā [’menʃa > ’meʃa] *mesa*), o que afeta de maneira diferente as línguas em foco.”

São também características da evolução da língua a partir do século IV a.C. a velarização de *tl* em *kl* ([ʼβɛtlu > ʼβɛklu]) e a fricativação da oclusiva velar *nocte* > *nokte* > *nokte* > *noite*, a monotongação do ditongo *au* para *a* antevelar ou sibilante, que Diéguez (2018 - 130) apresenta-nos como exemplo *augustu* > *a'goštu* > *agosto*, que o autor afirma serem as primeiras manifestações da força transformadora do *yod* na língua.<sup>37</sup>

Como podemos observar, nesse período começam a delinear-se algumas fronteiras linguísticas entre o galego-português e os demais romances ibéricos, como bem asseveram Silva & Osório (2008-51), fronteiras essas que se consolidaram à medida que esses falares evoluíam para as línguas que hoje conhecemos:

“No subperíodo situado entre 409 e 711 (ou 882), surge a fronteira que vai separar os falares ibero-românicos do Ocidente (donde irá depois sair o galego-português) dos falares do Centro (que deram origem ao (ásturo-)leonês e ao castelhano). Assim, em <CL>, o <C> passa a iode (OC'LU > \*oylo) em todos os falares românicos hispânicos, mas, posteriormente, em galego-português, este <yl> palataliza-se, dando [λ], ao passo que, em castelhano, se transforma na africada [tʃ], grafada <j>, sendo o leonês uma zona de transição. No grupo <CT>, o <yt> daqui resultante mantém-se, ainda hoje no português (NOCTE > \*noyte > *noite*), enquanto que, no castelhano, a evolução continuou, dando hoje a africada [tʃ], grafando-se <ch> (*noche*). A outra fronteira linguística importante que começa, também agora, a assumir contornos distintos, diz respeito à mudança fonética, no Centro da Península, das duas vogais abertas [ɛ] e [ɔ], provenientes do latim imperial e derivadas, por sua vez, das antigas vogais breves <E> e <O> do latim clássico: quando tónicas, ditongaram-se em diversas posições (PĒTRA > cast. *pedra*, NŌVE > cast. *nueve*). O galego-português revela ser, também aqui, mais conservador, não ocorrendo esta ditongação e mantendo estas duas vogais abertas, isto é, preservando o sistema vocálico do latim imperial (TĒRRA > *terra*, PŌRTA > *porta*, e não *tierra* e *puerta*, como no castelhano).”

O sistema fonológico foi muito impactado nesse período e evoluiu substancialmente para consolidar o afastamento entre os romances ibéricos e o latim. Já nas línguas neolatinas ocidentais peninsulares o galego-português distancia-se das demais línguas peninsulares, desenhando as fronteiras linguísticas definitivas na Hispânia.

Outro fator extralinguístico ocorrido neste período de relevante contributo para a língua foi a Queda de Roma, marco do início da Idade Média e fim da idade Antiga. Com a derrocada romana na Península Ibérica, as mudanças no latim são profundas talvez devido à ausência de normas vindas da Cidade Eterna. Dentre os fatores linguísticos ocorridos nesse período, destacamos o crescente relaxamento das consoantes oclusivas intervocálicas, processo conhecido como *lenição celta* e afeta primeiramente as sonoras *dr* e *gr*. Os exemplos apresentados por Diéguez (2018 - 130) são os seguintes: *cathedra* > *ka'tedra* > *ka'teðra* > *cadeira* e *integru* > *en'tɛgru* > *en'tɛyru* > *inteiro*. Em alguns casos ocorreu o desaparecimento da consoante, e.g., *digitu* > *'degetu* > *'deyetu* > *'deetu* > *'detu* > *dedo* e *regina* > *re'gina* > *reyina* > *re'ina* > *rainha*.

<sup>37</sup> Diéguez (2018 - 130) adota a cronologia proposta por Menéndez Pidal para marcar as épocas de influência do iode na língua, conforme assevera neste excerto: “Seguiremos nestas linhas a cronologia dada por Menéndez Pidal (1940), assim, o “iode primeiro” inflexiona sobre o -t- e o -c- [k], criando o som africado dentoalveolar [tsj] - intervocálico ou não - ([ra'tjone > ra'tsjone], mārtiū [ʼmartju > ʼmartsju] *março/marzo/marzo*; cālcēātā [kal'kjata > kal'tsjata] *calçada/calzada/calzada*, [ʼlankja > ʼlantsja]), ao mesmo tempo que palataliza a velar surda longa (brācchiū [ʼbrak:ju > ʼbratʃju] *braço/brazo/brazo*).”

Diéguez (2018 - 130)<sup>38</sup> apresenta-nos, ainda outras transformações linguísticas ocorridas no período visigótico: intensificação do processo de velarização, que se intensifica e avança para um iode -  $x > j$  - e a palatização da velar surda  $k$  intervocálica ou não. A prótese velar em germanismos - *werra* > *guerra* -, a queda do *wau* nos grupos *que/i* - *quem* > *quem* - e *gue/i* - *sanguine* > *sangue* - e a queda das oclusivas finais - *amat* > *ama* - também são marcas indeléveis das mudanças ocorridas na língua nesse período. A palatização do  $L$  fecha a vogal  $\text{ɔ}$  precedente em *seniore* > *senhor*, no chamado “iode segundo”, e houve a palatização das consoantes sonoras oclusivas [ $b, d, g + j > dʒ$ ] e fechamento das vogais abertas precedentes, cujo efeito podemos observar nos seguintes exemplos: *habeam* > *‘abja* > *‘abdʒa* > *haja*, *hodie* > *‘ɔdje* > *‘odʒe* > *hoje* e *pulegiu* > *po’ledju* > *po’ledʒu* > *poejo*. Esta mudança pertence à chamada fase do “iode terceiro”, conforme pontuou Diéguez (2018 - 131), seguindo, como ficou dito, a cronologia adotada por Menéndez Pidal.

Pelo exposto nesta secção, queremos chamar a atenção para a força que a Igreja exerceu sobre a língua, tanto a latina quanto a portuguesa. Inferimos que o plano expansionista da Igreja Católica, sob pretexto de levar a mensagem de Cristo aos pagãos, foi determinante para o êxito da expansão da língua latina nos territórios conquistados. O poder religioso, como vimos, usou arditamente a língua como eficaz ferramenta para atingir seu objetivo, que era *comunicar-se com o povo*. Como o declínio do poder romano era iminente e o latim escrito fugia ao entendimento dos mais humildes (cristalizara-se, nas palavras de Silva & Osório), a Igreja não se furtou a flexibilizá-lo para atender seus interesses, sendo esse movimento determinante para o afastamento do latim dos romances falados na Península Ibérica.

Outrossim, esse período foi marcado indelevelmente pela evolução fonológica e diversos fatores extralinguísticos de relevante monta que tiveram impacto profundo e direto na língua, cuja fundamentação apresentada com numerosos exemplos entendemos ser *quantum satis* para podermos fazer essa asserção com segurança.

## 1.7 O Período Proto-Histórico<sup>39</sup>

Esse segundo Período da História da Língua Portuguesa inicia-se em 882, data do primeiro documento redigido em latim tardio na Península Ibérica que se tem

---

<sup>38</sup> É de Diéguez (2018 - 130) o seguinte excerto: “O processo de velarização já visto [ $k > x$ ] intensifica-se e a velar avança para um iode [ $x > j$ ] ([’ɔxlu > ’ɔjlu], [’Bɛxlu > ’Bɛjlu]). Produz-se também nesta época outro dos fenómenos distintivos do latim visigótico: a palatalização de velar surda [ $k + e - \varepsilon / i > tʃe - \varepsilon / i$ ] (intervocálica ou não) ([fa’kere > fa’tʃere], [’kelu > ’tʃɛlu]). Straka (1956) considera que já se começou a dar no século III a.C.15, mas Lapesa (1986 - 125) diz: ‘su palatalización se hallaba todavía en curso en el siglo VI, pues alcanzó a muchos nombres propios visigodos; por eso no tienen hoy pronunciación velar, sino dental o interdental, los topónimos portugueses *Cintães*, *Sintião* (< Khintīla), los gallegos *Cende*, *Cendemil* (< Khinth) o el burgalés *Rezmondo* (< Rikimūnds).’”

<sup>39</sup> Silva & Osório (2008 - 52) em nota de rodapé dão-nos a seguinte explicação acerca do étimo de *proto*: “O termo grego *proto*, que significa “primeiro” ou “anterior”, sugere precisamente que, do séc. IX ao séc. XII, deste romance do Noroeste ibérico foi emergindo, aos poucos, o galego-português. Os referidos documentos, em latim tardio, dantes injustamente chamado “latim bárbaro”, permitem já entrevê-lo: em formas como, por exemplo, *abelia* < APIC’LA, *conelium* < CUNIC’LUM, *ovelía* < OVIC’LA, encontradas nesses textos. Pode constatar-se como os seus autores se esforçavam por inventar uma grafia adequada, neste caso, ao novo fonema palatal românico / $\lambda$ /, inexistente no latim, não sendo difícil adivinhar, sob esta roupagem, palavras bem portuguesas como *abelha*, *coelho*, *ovelha*, respectivamente. A solução definitiva, com a introdução do dígrafo <lh>, só seria encontrada na segunda metade do séc. XIII, segundo modelo importado de França. Cf. Teyssier (1993: 14).”

conhecimento. O documento em questão trata da fundação da igreja de Lauridosa, hoje Lordosa, sita no concelho de Vila do Conde, a norte do Porto<sup>40</sup>.

O término desse Período é marcado pela datação do mais antigo texto em português conhecido atualmente, o *Testamento de D. Afonso II* datado de 1214, e do surgimento dos primeiros poemas da lírica galego-portuguesa, que presumivelmente surgiram em fins do século XII e início do século XIII.

A terminologia e periodização adotadas seguem a usada por Silva Neto e Leite de Vasconcelos, conforme Silva & Osório (2008-52), e tem como marcos dois fatores linguísticos escritos, ou seja, ambos os marcos baseiam-se já em documentos redigidos tanto em latim tardio, já muito modificado por vários fatores expostos neste trabalho, quanto em português. Em outras palavras, trata-se de um período demarcado por documentos históricos de cunho linguístico redigidos em duas línguas já distintas pelo paulatino afastamento que o galego-português sofreu com relação ao latim.

O latim evoluiu em direção às línguas faladas no Império, mas não conseguiu suprir as necessidades dos falantes, perdendo intensidade e tendo seu uso relegado aos documentos escritos, quiçá pela *crystalização* citada por Silva & Osório (2008-12).

Esse período inicia-se quando a Península Ibérica, também conhecida pelos mouros como *Al-Andaluz*, já se encontrava sob domínio árabe em quase toda sua totalidade, nomeadamente no sul de Portugal onde falava-se o lusitano-moçárabe, praticava-se o Islão e a região já ostentava riqueza e requinte na civilização e na arquitetura tipicamente mourisca.

A Invasão Muçulmana e a Reconquista Cristã foram fatos de grande contributo na formação das línguas peninsulares modernas - português, galego, espanhol e catalão. A Reconquista Cristã deu-se em processo inverso ao da romanização, vindo esta do Sul para o Norte, enquanto naquela os cristãos nortenhos desceram paulatinamente no sentido norte-sul expulsando os mouros, reconquistando os territórios e repovoando-os com habitantes do Norte.

Teyssier (1982-7,8) resume-nos cronologicamente os passos da Reconquista na parte ocidental da Península Ibérica com seus fatos relevantes, v.g. a criação do Reino de Portugal e a retomada de cada ponto estratégico aos mouros - Coimbra, Santarém, Lisboa Évora e Faro:

“Partindo do Norte, a reconquista cristã vai gradativamente expulsando os mouros para o sul. E durante esta Reconquista que nascerá, no século XII, o reino independente de Portugal. Até por volta do ano 1000 a Espanha muçulmana domina os inimigos cristãos. É a época áurea do califado de Córdoba. Em 997 Al-Mansur destrói Compostela. Mas no início do século XI os reinos cristãos iniciam um movimento ofensivo que se tornaria irresistível. Na região ocidental, que nos interessa, Coimbra é reconquistada em 1064, Santarém e Lisboa em 1147, Évora em 1165, Faro em 1249. Com a tomada de Faro, o território de Portugal está completamente formado. O resto da Península só seria, porém, definitivamente reconquistado bem mais tarde, em 1492, quando os Reis Católicos se apoderam do reino de Granada.”

Durante a Reconquista, outro fator extralinguístico de suma relevância foi a histórica aclamação de D. Afonso Henriques de Borgonha como Rei de Portugal, em 26 de julho de 1139, encerrando o período do Condado Portucalense. Com a criação do Reino de Portugal a adoção de uma língua que representasse a nacionalidade era

---

<sup>40</sup> Silva & Osório, *apud* Santos (1994: 81 e 313). Pág. 52 - notas de rodapé.

imperativo, e essa necessidade foi determinante para a formação do português, como depreenderemos mais adiante.

Passando às considerações de caráter linguístico relevantes desse período, vemos que houve grande avanço na evolução da língua em questões cruciais, v.g. a redução de três gêneros gramaticais para dois, com a perda do neutro, e o cariz sintético do latim passa para o analítico nos romances, distanciando-os sensivelmente do latim, conforme asseveram Silva & Osório (2008-55):

"Na morfo-sintaxe, verifica-se a mesma evolução tipológica de uma língua sintética (o latim) para um diassistema analítico (o galego-português), fenómeno observável em toda a România, em especial no castelhano: na declinação nominal sobrevivem, apenas, duas formas, ou seja, uma para o singular e outra para o plural, ambas derivadas do acusativo latino. As funções sintáticas passam a ser desempenhadas por preposições e pela colocação das palavras, que se torna muito mais rígida do que no latim. Os géneros reduzem-se a dois."

Se considerarmos essa evolução tipológica citada pelos autores, perceberemos quase que uma *perda de identidade linguística*, haja vista tratar-se de uma alteração profunda o evoluir de uma língua sintética para uma língua analítica.

No século IX mais três avanços linguísticos observáveis no galego-português que já não o são nas línguas faladas ao Sul e Leste da Península, mostram o curso diverso que a língua apresentou com referência às demais línguas peninsulares. Uma das evoluções observáveis tornou-se uma idiosincrasia do português que é o ser ele a única língua românica que perdeu o *L* etimológico nos artigos definidos.

Vejamos essas inovações apontadas por Silva & Osório (2008-54):

"Quanto aos fatores linguísticos e tendo por base os textos que, ainda, hoje conservamos, em latim tardio, provenientes da região que veio a ser Portugal e escritos a partir do séc. IX, é possível assinalar as seguintes três inovações fonéticas típicas, aliás, do galego-português, e que não ocorrem nem a Leste, nem no Sul, na zona lusitano-moçárabe: a evolução das consoantes latinas <PL>, <CL> e <FL>, em posição inicial ou medial de palavra, para a africada [ʃ], grafada <ch> (PLUVIA > *chuva*, CLAVE > *chave*, FLAMMA > *chama*); a queda da líquida <-L-> latina intervocálica: COLORE > *coor* > *cor*), que também irá explicar o motivo por que o português é a única das línguas românicas, com literatura, em que o artigo definido não tem o <L> etimológico que ocorre nas restantes; a queda da nasal <-N-> intervocálica (LUNA > *lũa* > *lua*; MANU > *mão*), originando, em muitos casos, a formação de ditongos nasais que tornam o português completamente diferente do castelhano. A primeira destas três inovações deve ter ocorrido já nos séculos VI e VII, enquanto as duas últimas são dos séculos VIII e IX."

Quanto à evolução da morfologia verbal latina ocorrida nesse período, vejamos o que dizem Silva & Osório (2008-56):

"A complexa morfologia verbal latina simplifica-se muito, multiplicando-se as construções perifrásticas (nomeadamente, o futuro simples AMARE HABEO > *amar hei* > *amarei* acaba por suplantando o futuro sintético AMABO). Do demonstrativo ILLE deriva o artigo definido, a partir das quatro formas do acusativo: ILLUM > *lo* > *o*, ILLAM > *la* > *a*, ILLOS > *los* > *os*, ILLAS > *las* > *as*, devido à aférese causada pelo uso proclítico e, também, devido ao facto de muitas palavras terminarem em vogal, colocando o <L> etimológico do artigo em contexto intervocálico (*veja lo cavalo*, *vende la casa*). Na verdade, a queda deste <L> intervocálico é uma das inovações peculiares do galego-português. Ainda respeitante ao subsistema morfo-sintático há uma outra idiosincrasia destes dois idiomas do Noroeste peninsular ibérico que, entre as demais línguas

românicas e até indo-europeias, só está documentado para dialectos napolitanos do séc. XV, e para o leonês medieval, o infinito com flexões pessoais.”

Diéguez (2018 - 131) afirma que nesse período perde-se a união linguística mais ou menos existente no período visigótico, que passa a apresentar duas tendências que se consolidaram, que o autor chama de proto-romance-galaico-português e proto-romance-castelhano. Esses romances mantêm até o século XII similaridade que aos poucos irá se desvanecendo.

A palatização observada nos séculos anteriores e já tratadas neste trabalho incide neste período sobre o *g + e/i*: o latim *gelare* [dʒe'lare] deu-nos *gear* em português. O iode que iniciava sílabas em latim também passou pelo mesmo processo: o latim *iacere* [dʒa'tjere] deu-nos *jazer* em português. Importante ter em mente que nesse período a similaridade até então existente entre o galego-português e o castelhano começa a enfraquecer e demarcar as diferenças que ainda hoje percebemos na língua. Dos exemplos citados acima, temos *gear* em português e *helar* em espanhol; *jazer* em português e *yacer* em espanhol.

É desse período a sonorização das oclusivas surdas intervocálicas, que Diéguez (2018 - 132) assevera ser lenição celta por excelência, que afeta as consoantes *p, t e k* seguidas ou não de *r*, que passam a soar *b, d e g*, respectivamente. Cita-nos o autor os seguintes exemplos: *sapere* > *saber*; *amatu* > *amado*; *macru* > *magro*. As consoantes *s* e *f* também sofreram evoluções nesse período, passando de *s* de *ş* para *z*, conforme observamos no latim *causa* ['kawşa > 'kawza] *cousa*, *coisa* e *f* passando a *β* em *defensa* > *devesa*.

É possível observar que nesse período, relativamente curto comparativamente aos anteriores, muitas mudanças linguísticas ocorrem para a consolidação do galego-português, mostrando claramente que o processo evolutivo passa a ser mais célere, isolando o latim cada vez mais dos romances peninsulares e distanciando os romances ibéricos entre si.

Os acontecimentos históricos marcantes desse período, a Reconquista e a fundação do Reino de Portugal, bem como a consolidação de suas fronteiras com Espanha tiveram impacto na evolução da língua e foram fundamentais na consolidação do galego-português e, mais tarde, como veremos no decorrer deste trabalho, da separação do galego e do português, formando de uma língua derivada do latim, duas línguas irmãs distintas.

## 1.8 O Português Medieval

Esse período inicia-se em 1214 e termina em no século XVI com o fim da Idade Média em Portugal. O marco inicial desse período é data do primeiro documento escrito em português que hoje tem-se conhecimento, o *Testamento de D. Afonso II*; já seu término é marcado pelo fim do teatro de Gil Vicente e pela publicação da primeira gramática em língua portuguesa, que se deu em 1536.

Apesar de o período de trezentos anos não ser tão extenso em termos de História da Língua, Silva & Osório (2008-59) consideram-no período com profundas mudanças linguísticas dignas de nota, pelo que o dividem em dois subperíodos: o subperíodo do *português arcaico*, *antigo* ou *galego-português* e o do *português médio* ou *pré-clássico*.

### 1.8.1 Português Arcaico ou Antigo

Esse subperíodo, que vai de 1214 até fins do século XIV e inícios do século XV, inicia-se com o Reino de Portugal, fundado em 1139, paulatinamente já se consolidando política e geograficamente. Urgia ter-se uma língua que bem representasse o falar e escrever do régio poder que se alevantava e prometia ser grande e poderoso.

Os documentos oficiais, que eram redigidos até então somente em latim, passaram a ser escritos preferencialmente em português, conferindo-lhe prestígio e elevando-o à condição língua oficial na redação de documentos e, conseqüentemente à língua oficial do nascente Reino de Portugal. Essa substituição do latim pelo português na escrita deu-se nos reinados de D. Afonso III (1248-1279) e de D. Dinis (1279-1325), conforme nos apontam Silva & Osório (2008-63).

Nesse período aproximado de duzentos anos registra-se um fator extralinguístico relevante: a Reconquista lograra êxito em expulsar os árabes de Faro, no Reino do Algarve, e anexá-lo ao Reino de Portugal em 1249, consolidando seu território continental, que praticamente não mudou nesses quase oitocentos anos. Conseqüentemente delimitou-se, também, o território no qual o Português Europeu é falado.

Ainda nesse período os falares galegos do Norte começam a fundir-se com os lusitanos falares da região moçárabe no eixo Coimbra-Lisboa, originando o português. Com a migração corte de Coimbra para Lisboa em 1255 o português foi se afastando cada vez mais dos falares galegos do Norte e tornando-se a língua falada em todo o Reino de Portugal.

Diéguez (2018 - 136) aponta alguns aspectos linguísticos de afastamento entre o galego e o português começam a ser observados por volta do século XIII, v.g., a desafricação de [ts] e [dz] no galego [ˈtʃeɔ > ˈsew - faˈdʒer > faˈzer], que chegaram à região sul do Minho somente no século XIV. É desse período o ensurdecimento de [z] e [ʒ] em galego, que passa a usar [faˈser - ˈkowʒa], enquanto no português mantém-se [faˈzer - kowʒa].

O português que começou a ser desenvolvido nessa região tornou-se a forma padrão da língua impulsionado pelo falar da corte, pelo falar universitário e clerical dos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra.

Interessante observar que a Reconquista iniciou-se no Norte, região em que se falava galego-português, cujo centro principal era Guimarães, sede do condado, e foi se deslocando para a região meridional peninsular, submetendo e expulsando os mouros das lusitanas terras, devolvendo-as ao domínio cristão dos portugueses.

Enquanto essa trajetória da Reconquista em terras lusitanas ajudou a forjar a língua portuguesa, além das suas finalidades precípua de reconquistar as áreas aos muçulmanos e novamente cristianizar a região, os castelhanos do Norte da Península não conseguiram o mesmo feito linguístico, pois os falantes do castelhano mantiveram a língua falada em seus termos nortenhos e a impuseram quando se estabeleceram nas terras tomadas aos mouros.

Em suma, os dois povos tinham objetivos e inimigos comuns, lograram êxito em sua empreitada, conquanto de forma assíncrona, mas as línguas de ambos tomaram caminhos distintos: os castelhanos impuseram sua língua nas terras dos mouros,

enquanto os portugueses abandonaram seu falar galego-português e adotaram uma nova língua na região tomada aos muçulmanos.

Vejamos o que dizem Silva & Osório (2008 - 61,62):

“Como afirma Teyssier, foi este «*andaluz lusitano*» que acabaria por se tornar a norma padrão do português, ao contrário do castelhano, que permaneceu fundamentalmente burgalês, ou seja, a língua de Burgos, no Norte, em Castela-Velha, mesmo quando transplantado para Toledo, não obstante a cidade toledana, tal como Lisboa, estar localizada na margem do Tejo. É este prestígio da norma linguística situada no eixo de Lisboa-Coimbra que explica o desaparecimento do [ʃ] e do [ʒ] de articulação áptico-alveolar, típica do português do Norte (e do castelhano), em favor do sесеio (ou seja, da articulação predorsodental destas sibilantes, como [s], [z]), típico do Sul. Com efeito, desde 1128, o afastamento político entre a Galiza e o Condado Portucalense (constituído, em 1096, pela fusão de dois condados, o de Portucale - entre os rios Minho e Douro, portanto abrangendo o Sul da Galiza e Trás-os-Montes - e de Coimbra, entre o Douro e o Mondego) é um facto motivador de consequências linguísticas. Este processo acelerou-se com a independência de Portugal, em 1139 (quando Afonso Henriques terá sido aclamado rei pelos seus soldados) ou em 1143 (com o reconhecimento deste facto por seu primo Afonso VII, imperador de Leão e Castela) e com a transferência gradual do centro do novo reino, do Norte (de Guimarães, no Minho) para o Sul, primeiro para Coimbra, já no tempo deste monarca, depois para Lisboa, ambas em plena zona lusitano-moçárabe.”

Observamos que o português surgiu a partir de um fator histórico relevante, a Reconquista, que contribuiu para em terras lusitanas assistirmos ao nascimento de uma nova língua que se consolidaria como língua natural de mais de duzentas e sessenta milhões de pessoas em todo o mundo.

Notadamente esse fator histórico foi parte de um consórcio de outros tantos fatores responsáveis pela formação do português, já que a formação e evolução não podem jamais ser consideradas advindas desse ou daquele fator isoladamente, mas da confluência e concorrência de fatores linguísticos e extralinguísticos que agem diretamente na língua, como exaustivamente vimos buscando mostrar neste trabalho.

No âmbito linguístico, esse período foi marcado por importantes fatores que nortearam a evolução do idioma português. Silva & Osório (2008 - 63) pontuam a estabilidade das vogais tônicas, que continuam idênticas aos do Latim Imperial, das átonas finais e não finais e das vogais orais, conforme bem asseveram os citados autores:

“No domínio do sistema linguístico e, fonologicamente, poder-se-á afirmar, com rigor, que o sistema de fonemas vocálicos, em posição tónica, continua a ser idêntico aos sete do latim imperial, já mencionados anteriormente. Em posição átona final, reduzem-se a três: /e/ (alternando com /i/), /a/ e /o/. Em posição átona não final, sobre tudo pretónica, temos cinco fonemas, uma vez que desapareciam as oposições entre /e/ e /ɛ/ e entre /o/ e /ɔ/, ou seja, /i/, /e/, /a/, /o/, /u/. As vogais orais /i/, /e/, /a/, /o/, /u/ são nasalizadas por uma consoante nasal implósiva (*pinto, sente, campo, longo, mundo*)..”

Outro fator linguístico de relevância também já observado desde esse período é a Metafonia ou Alternância Vocálica, conforme a designa Bechara (2009 - 199). Ainda hoje a temática traz muita indecisão quando do uso de plurais de algumas palavras cuja pronúncia no singular é de vogal fechada e no plural a vogal é aberta - v.g. *ovo* e *ovos*. Esse é um plural cuja pronúncia está consolidada e nenhuma ou pouquíssima confusão traz aos falantes da língua.

Já Silva & Osório (2008 - 64/69) trazem-nos os plurais de *piolho* - *pioelhos*, *ferrolho* - *ferrolhos* e *coxo* - *coxos* cujas duas formas pronunciam-se com a vogal tônica fechada /o/, e os plurais de *horto* - *hortos*, *torto* - *tortos* cujas palavras no singular tem a pronúncia da vogal tônica fechada /o/ e no plural a vogal tônica aberta /ɔ/, trazem ainda muita indecisão, mormente entre falantes brasileiros, inclusivamente este aluno que muito vem aprendendo nesta mestrandia dissertação.

Almeida (2011 - 121)<sup>41</sup> observa que há Metafonia entre palavras que no gênero masculino têm a vogal o com som o fechado /o/ e o som aberto /ɔ/ quando no feminino. Essas palavras de gênero masculino quando flexionadas no plural também têm som aberto /ɔ/. O grupo de palavras declinadas pelo gramático passam para o plural masculino com a vogal aberta /ɔ/: *pôrco* - *pôrca* - *pôrcos*; *fôssa* - *fôssa* - *fôssos* etc.

Muito poderíamos dizer acerca da Metafonia apenas comentando a didática e profunda explicação de Silva Neto citada por Silva e Osório à qual já nos referimos acima, dado ao grande interesse proporcionado pelo conhecimento do tema, porém cremos mais proveitoso citar a fonte para que futuros consulentes possam buscar nessa referência material valiosíssimo para melhor entendimento da Metafonia ou Alternância Vocálica.

Também nesse período observava-se que o sistema de fonemas consonânticos contava com alguns fonemas que já não são usados atualmente no português, que Silva e Osório (2008 - 64) bem esclarecem, conforme segue:

“O sistema dos fonemas consonânticos incluía, além dos actuais, ainda as africadas /ts/, /dz/, /tʃ/ e /dʒ/. As sibilantes /s/ e /z/, provenientes do <S> latino, eram pronunciadas como [ʃ] e [ʒ], ou seja, tinham uma articulação áptico-alveolar, semelhante à do <s> castelhano (pelo menos no Norte de Portugal).”

Nesse período ainda os gêneros gramaticais não estavam consolidados como hoje os conhecemos, nem mantiveram as características latinas. Sabemos que essa questão não evoluiu uniformemente para os romances, e.g. o vocábulo *sangue* ser em português palavra gênero masculino e em espanhol *la sangre* de gênero feminino.

Quanto ao plural de palavras terminadas em L, Teyssier (1982 - 27) informa-nos que se flexionaram para o plural da seguinte maneira: terminadas em *al* e *el* perdiam o L final e recebem *es*: *senal* > *sinaes*; *cruel* > *cruées*. Esses ditongos evoluíram para troca do *e* por *i*: *senais*, *cruéis*. Por analogia, temos no português moderno as palavras terminadas em *ol* e *ul* seguindo a mesma regra: *paiol* > *paióis* e *paul* > *pauis*.

Almeida (2011 - 110) chama-nos atenção para a flexão numérica dos vocábulos terminados em *il*: quando tônicos, flexionam-se em *is*, v.g. *fuzil* > *fuzis*; quando átonos em *eis*: *fácil* > *fáceis*.

Quanto aos substantivos e adjetivos que em galego-português terminavam em *ão*, *an* e *on*, vejamos a explicação de Silva & Osório (2008 - 71):

“... por sua vez, a queda do <-N-> intervocálico vai afectar o plural dos nomes termina dos, em galego-português, em <-ão>, <-an> e <-on>, por exemplo: MANU > *mano* > *mão*; \*MANOS > *mãos*; CANE > *can(e)* > *can*; CANES > *cães*; LEONE > *leon(e)* > *leon*; LEONES > *leões*.”

---

<sup>41</sup> Napoleão Mendes de Almeida - Gramática Metódica da Língua Portuguesa - página 121 - § 234 1ª Observação.

Teyssier (1982- 27) faz interessante observação a respeito de *cane* e *leone*:

“Advirta-se que, no singular, *cane* e *leone* perderam cedo o -e final. Quando os *n* intervocálicos caíram, havia muito tempo que se dizia *can* e *leon*: o *n* não era mais intervocálico, mas final, razão por que não caiu. No singular *mano* e nos três plurais, ao contrário, o *n* era intervocálico: caiu, então, depois de ter nasalizado a vogal anterior. Em galego-português os grupos *ão*, *õe* e *õe* que daí resultaram foram primeiro dissilábicos. Dizia-se, pois, *mã-o*, *ma-os*, *ca-es*, *leo-es*.”

Como vimos nesses excertos, esse período foi marcado por muitas evoluções de cariz linguístico que foram caracterizando profundamente o galego-português e afastando-o do latim e das demais línguas românicas peninsulares, colocando-o no caminho sem volta da consolidação linguística.

### 1.8.1.1 Galego-português

Vamos tratar neste item da formação e evolução do galego-português, uma vez que ele surge nesse período e sua evolução permeia todos os demais períodos futuros doravante tratados, até sua divisão em galego e português.

O período do galego-português teve duração de 800 até 1350 - considerando o período da língua falada - até que chegue à sua fase escrita datada de 1200 a 1350, período em que presumivelmente surgem os poemas da lírica portuguesa. Essa asserção de Gärtner, trazida a colação por Silva & Osório (2008 - 32),<sup>42</sup> considera o período da oralidade da língua, enquanto Teyssier (1982 - 20) considera que a duração do galego-português foi de 1200 a aproximadamente 1350, ano que a lírica galego-portuguesa deu lugar à literatura escrita em português. Os dois documentos mais antigos escritos em galego-português são *A Notícia do Torto* (1214 - 1216) e o *Testamento de D. Afonso II*, este seguramente datado de 1214. Observamos que Teyssier desconsiderou em sua análise o período da oralidade do galego-português, priorizando a fase escrita da língua, que pode ser atestada por documentos da época escritos já na mais ocidental das línguas românicas da Península Ibérica.

Quanto aos documentos mais antigos escritos em galego-português, Teyssier (192 - 81)<sup>43</sup> assevera já haver sido aventado que os textos mais antigos eram dois

---

<sup>42</sup> Silva & Osório (2008- 32) trazem citação de Noll (2005 - 119) na qual refere-se a Gärtner (1999): *Quanto à língua portuguesa, a síntese de Gärtner [1999] distingue o período do galego-português (800-1350), dividido entre uma fase maiormente oral e a formação da tradição escrita (1200-1350), o português pré-clássico (1350-1550) e o português moderno (desde 1550). O português moderno se subdivide no português clássico (1550-1750), numa segunda fase transitória (1750-1850) (como a pré-clássica, mas sem denominação da parte de Gärtner) que leva à contemporânea, e no português contemporâneo (desde o séc. XIX). Nesta periodização, os critérios linguísticos são evidentes. Salientam a reestruturação românica até aproximadamente 800 e as duas fases transitórias que refletem as mudanças fonéticas/fonológicas e morfossintáticas entre o galego-português, o português clássico e o português moderno.*

<sup>43</sup> Vejamos este esclarecedor excerto de Teyssier: Acreditou-se muito tempo que dois documentos provenientes do Mosteiro de Vairão – o *Auto de Partilhas* e o *Testamento de Elvira Sanchez*, datados respectivamente de 1192 e 1193 – constituíssem os mais antigos textos escritos em galego-português. Mas, a partir de 1957, começaram a surgir dúvidas a esse respeito, emitidas primeiramente pelo P.e Avelino de Jesus da Costa e, a seguir, pelo Prof. Luís Filipe Limdley Cintra numa comunicação apresentada ao *Colloque International sur Les Anciens Textes Romains non Litteraires*, realizado na Universidade de Strasbourg em 1961, sob o título “*Les anciens textes portugais non litteraires*” (ver *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, 1963, pp. 40-77). A questão foi recentemente reexaminada pelo P.e Avelino de Jesus da Costa no artigo “Os mais antigos documentos escritos em português; revisão de um problema histórico linguístico”, in *Revista de Historia*, XVII, 1979, pp. 263-340. Segundo o autor, o texto primitivo destes dois documentos, redigidos respectivamente em 1192 e 1193, era em latim e as versões galego-portuguesas que nos chegaram são traduções efetuadas uma centena de anos mais tarde, no fim do século XIII.

documentos provenientes do Mosteiro de Vairão, o *Auto de Partilhas*, datado de 1192, e o *Testamento de Elvira Sánchez*, datado de 1193. Porém estudos mais aprofundados atestam tratar-se de tradução de documentos escritos em latim cuja tradução para o galego-português foi feita uma centena de anos mais tarde. Com essa descoberta, ficou consolidado, até a data do estudo de Teyssier, que *Notícia do Torto* e o *Testamento de D. Afonso II* são os documentos mais antigos escritos em galaico-português, ambos da segunda década do século XIII.

Os textos disponíveis em galego-português são do gênero lírico, documentos não literários oficiais e particulares e início da prosa literária, sendo essa a língua da primitiva lírica peninsular. Do material preservado, somente o *Cancioneiro da Ajuda* foi compilado ainda no tempo dos trovadores, já que o *Cancioneiro da Vaticana* e o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* (antigo *Colocci-Branccuti*) foram copiados na Itália no início do século XVI, provavelmente. Esses cancionários contêm *cantigas d'amigo*, *cantigas d'amor* e *cantigas d'escarnho e maldizer*. Os textos mais antigos nessa literatura são do século XIII, porém suas origens remontam os séculos XI e XII das canções dos trovadores provençais e dos poemas em hebraico e árabe, nos quais aparecem versos no romance moçarábico conforme informa-nos Teyssier (1982 - 21). Podemos acrescentar a essas obras as *Cantigas de Santa Maria*, de D. Afonso X, o Sábio, incluindo-o no rol de trovadores. Um dos últimos trovadores, D. Pedro de Barcelos, também escreveu o *Livro de Linhagens*, que juntamente com a *Crônica Geral de Espanha* de 1344, esta em grande parte é a versão portuguesa da *Primeira Crônica General de España*, redigida por ordem de D. Afonso X, o Sábio, fazem parte das primeiras obras em prosa literária escritas em galego-português, já no término do período que estamos estudando.<sup>44</sup>

Quanto aos documentos oficiais e particulares, redigidos por escribas e notários, Teyssier (1982 - 21) informa-nos que eles surgem no início do século XIII escritos em *língua vulgar*, v.g. o *Testamento de D. Afonso II* de 1214, além de testamentos, foros, títulos de vendas etc. O grande impulsionador do uso dessa língua foi D. Dinis ao torná-la língua obrigatória nos documentos oficiais, permitindo que fosse produzida grande quantidade de documentos escritos em galego-português, não só no território onde se falava essa língua, mas na região do Reino de Leão, nomeadamente em Castelo Rodrigo, cujos documentos forais datados do século XIII, escritos em uma língua que mesclou galego-português com leonês, foram analisados por Lindley Cintra.<sup>45</sup>

---

Eliminados, assim, estes dois documentos, os mais antigos textos escritos em galego-português passam a ser, dentro do estado atual dos nossos conhecimentos, a *Notícia do Torto* (1214-1216), proveniente do mesmo Mosteiro de Vairão, e o *Testamento de D. Afonso II*, datado com segurança de 1214.

<sup>44</sup> Teyssier (1982 - 21) traz-nos as seguintes informações: “Estas compilações, as quais se devem acrescentar as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, o Sábio (1221-1284), rei de Castela e de Leão a partir de 1252, são escritas numa língua complexa, que tem por base os falares da Galícia e do Norte de Portugal. Nela se documentam arcaísmos notáveis, a atestarem que, para o seu público, esta literatura tinha um passado. Os autores são tanto galegos como portugueses. Entre eles encontram-se até leoneses e castelhanos. O galego-português, em suma, aparece nessa época como a língua exclusiva da poesia lírica, e quem quer que a quisesse praticar deveria, obrigatoriamente, adotá-la. A assinatura de Afonso X, rei de Castela e de Leão de 1252 a 1284, junta-se assim, nos Cancioneiros, a de D. Dinis de Portugal, rei de 1279 a 1325. Toda essa explosão lírica termina, porém, em meados do século XIV, tendo sido D. Pedro, conde de Barcelos (1289-1354), filho bastardo de D. Dinis, um dos últimos trovadores.”

<sup>45</sup> Vejamos este excerto de Teyssier (1982 - 22): “A língua desses textos, principalmente daqueles anteriores a 1350, é mais espontânea e diversificada que a dos Cancioneiros. L. E. Lindley Cintra analisou os foros de Castelo Rodrigo, localidade situada a nordeste da Guarda, que pertencia, na época, ao reino de Leão. Esses foros datam da segunda metade do século XIII e estão escritos numa língua em que o galego se mescla com o leonês. Tal circunstância explica-se pelo fato de que os reis de Leão, Fernando II (1157-

A dificuldade de se estudar mais profundamente o galego-português é a limitação de *corpus* para estudo, já que a maioria dos estudos foi feita com base na literatura trovadoresca que, nas palavras de Maia (2017 - 2)<sup>46</sup> é insuficiente e pouco real. A escrita desse período era de uso exclusivo de pessoas letradas pertencentes à elite cultural da época, que não se dispunha jamais a reproduzir o falar dos rústicos, ou do povo, mas lançava mão de linguagem artística literária resultante de estilização, um português ilustre totalmente distante da língua viva. Isso não impedia que a linguagem fosse coerente e obedecesse a certa unidade na escrita, ligada ao arcaísmo e produzida com coerência. Em suma, não reproduzia o falar do povo nem suas variações regionais, apresentando certa unidade e quase homogeneidade linguística, que não representava nem de longe a língua realmente falada nesse período. Destarte, propor-se estudar galego-português baseando-se apenas na produção literária da época não proporcionará ao pesquisador conhecimento suficientemente seguro da língua, já que a escrita era carregada de idiossincrasias que não refletiam a língua falada.

Essa carência foi suprida, pelo menos parcialmente, por um vasto trabalho de análise de textos não literários empreendido por Maia (2017 - 5), para o qual valeu-se de documentos de caráter jurídico e notariais. Muitos outros autores, e.g. Lindley Cintra, entre outros citados por Maia (2017 - 7), aprofundaram-se em documentos desses gêneros em diversas localidades e atestaram, unânimes, seu alto valor linguístico, pontuando, porém, que nem sempre a linguagem local era a mesma do copista, prejudicando, muitas vezes, o afirmar-se categoricamente que a escrita encontrada em tal documento refletia fielmente a língua falada na localidade. Os documentos escritos em quaisquer circunstâncias jamais serão a expressão da língua falada, mormente nestes escritos disponíveis do galego-português, tratados por Maia (2017 - 15).

Saramago<sup>47</sup>, admirador confesso do Padre António Vieira, fala dessa relação entre a língua falada e a escrita nos séculos XVI e XVII, afirmando que não sabemos como era a língua falada, mas sabemos como se escrevia. Esse pensamento corrobora

---

1188) e Afonso IX (1188-1230), que haviam encontrado a região deserta quando da Reconquista, a repovoaram com colonos vindos da Galícia. Fenômenos análogos devem ter-se produzido em várias outras regiões. Podemos, pois, facilmente imaginar por que processos as misturas de populações, ocasionadas pela Reconquista, levaram para o Sul os falares galego-portugueses do Norte.”

<sup>46</sup> O conhecimento que até ao momento se possui sobre a língua falada na referida região durante o período galego-português é insuficiente e talvez pouco real: ele baseia-se essencialmente no estudo da linguagem das poesias dos cancioneiros trovadorescos; só o trabalho de Rudolf Rübencamp, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sabio*, além da comparação da linguagem do cancionero mariano com a dos cancioneros profanos, procede também a um confronto da linguagem daquele cancionero com a de alguns documentos galegos anteriormente publicados (2). Contudo, no que se refere a este último aspecto, o estudo foi elaborado com base em textos de natureza diferente, ou seja, textos de carácter poético e documentos linguísticos. Convém, por outro lado, observar que as composições poéticas dos cancioneros não são os textos ideais para o conhecimento do galego-português: trata-se de uma linguagem literária, de feição artística, que resulta de uma estilização e não de uma reprodução da linguagem falada na Galiza e na zona de Entre-Douro-e-Minho. Muito bem caracterizou esse tipo de linguagem Carolina Michaëlis quando, na introdução ao Cancioneiro da Ajuda, afirmou: «A linguagem dos trovadores é um *portugues ilustre*, selecto, convencionalmente unitário e arcaico, mas perfeitamente orgânico e coerente (...)». Não surpreende, portanto, que dos textos literários, quer poéticos quer mesmo em prosa, se depreenda uma imagem de relativa unidade, de quase completa homogeneidade linguística. É, contudo, altamente provável que nas regiões situadas nas duas margens do Minho — do Minho até ao Cantábrico e do mesmo rio até ao Douro — existissem variações regionais quer de uma zona relativamente à outra, quer no interior de cada uma delas.

<sup>47</sup> José Saramago, referindo-se à influência que recebera do estilo do Padre Vieira, afirma-nos: *Isto a que chamam o meu estilo assenta grande admiração e respeito que tenho pela língua que foi falada em Portugal nos séculos XVI e XVII. (...) Nós não sabemos ao certo como se falava na época, mas sabemos como se escrevia.* (Outros Cadernos de Saramago - Padre António Vieira). Disponível em <http://caderno.josesaramago.org>. Acessado em 24 de agosto de 2021.

a questão levantada sobre a língua viva de determinada época, porque realmente Vieira é um dos grandes escritores seiscentistas da língua portuguesa, e sua obra continua sendo referência tanto para pesquisadores de literatura quanto de estilo linguístico. Essa dicotomia língua escrita e língua falada, concernentemente aos estudos de fases pretéritas da língua, sempre haverá, sendo no caso do galego-português assaz acentuada pela distância entre a escrita dos trovadores e a língua viva no período, e a dificuldade de cravar-se a fidedignidade dos textos não literários aos idiomas correntes nas regiões onde foram escritos tais textos.

Essa escrita dos textos notários não reproduzia muito de perto da língua falada na região, dificultando sobremaneira o trabalho de pesquisa científica. Maia (2017 - X) fala dessa dificuldade em interpretar documentos notários galegos selecionados para estudo pertencentes ao período compreendido entre os séculos XIII e XVI sobre a escrita galega:

“Se é certo que a transcrição de textos medievais é sempre uma operação sobremaneira delicada, neste caso concreto o facto de os documentos selecionados corresponderem a uma zona muito vasta e a um período muito amplo – entre 1255 e 1516 – e, ainda, o facto de terem sido escritos por diferentes notários ou escribas acentuaram as dificuldades de interpretação e apresentação. Impôs-se, além disso, a prévia identificação dos topônimos referidos nesses documentos, a fim de poder não só apresentar uma transcrição digna de confiança e de poder aproveitar com segurança essas formas no estudo de carácter linguístico, mas também de localizar o mais rigorosamente possível cada um dos documentos inseridos na referida coleção.”

Outra particularidade levada em conta pelos linguistas nos textos não literários é a importância do papel do escriba, pois a escrita vem carregada de sua personalidade e de seu nível cultural. Consideram que o local da lavratura do documento tem menor importância que a naturalidade do notário, pois era ele quem tinha a pena, o *calamum dominus*, e certamente prevaleceriam sua vontade e seu estilo na redação dos documentos. Para corroborar esse raciocínio, Maia (2017 - 34) recorre à seguinte expressão de Jacques Monfrin:<sup>48</sup>

“Em effet, le personnage important, en toute cette affaire, est *celui qui a tenu la plume.*”

Outro fator a ser considerado concernentemente ao estilo dos escribas vem de Maia (2017 - 303) que, citando Gossen,<sup>49</sup> assevera-nos o seguinte:

“Convém ainda ter presente que a língua escrita de documentos notariais só de certo modo e em certo grau reflecte a língua do copista e o falar local ou regional, pois em muitos casos aquele ‘obedecia a tradições gráficas que se encontravam em todo o caso acima da realidade fonética local e, por vezes, mesmo regional’.”

Maia (2017 - 527) observa em seu trabalho que outro fator determinante na escrita é o grande número de escribas originários d’além Pirineus que traziam consigo sua língua acabaram por inserir na escrita termos galo-românicos, dos quais Maia aponta-nos o exemplo de substituição de *o* por *e*: *come* em lugar de *como*, *dite* por *dito* entre outros. Acrescente-se a isso que mesmo os notários autóctones viviam cercados de clérigos e de outros notários *francos* tiveram sua redação influenciada por

<sup>48</sup> J. Monfrin, *Le mode de tradition des actes écrits et les études de dialectologie*. In: *Revue de Linguistique Romane*, vol. XXXII, 1968, p. 33. Apud Maia (2017 - 34), que grifou a citação.

<sup>49</sup> Charles Theodore Gossen, *Grapheme et phoneme: le probleme central der etude des langues écrites du moyen age*. In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXXII, 1968, p. 15-16.

sua língua. A Gália-Romana era densamente povoada e desfrutavam de prestígio eclesiástico e senhorial, fazendo com que exercessem grande influência sobre os notários locais, que manifestavam na escrita o influxo dos forasteiros.

Silva & Osório (2008 - 12) afirmam, como já vimos anteriormente, que a *causa* de uma variação linguística está diretamente ligada à liberdade criadora do homem que, em seus atos ilocutórios, cria formas linguísticas novas na língua falada. *Mutatis mutandis*, o escriba também gozava dessa prerrogativa na escrita de seus documentos, pois usufruía da liberdade criadora na redação de seus textos e era livre para aplicar sapiência aos seus escritos.

Maia (2017 - 299)<sup>50</sup> traz ao lume a dificuldade em avaliarmos a língua falada em determinada fase pretérita de uma língua analisando apenas textos, haja vista a grande disparidade entre os grafemas e os fonemas, pois a escrita fonológica se estabelece e acaba por fixar-se, não acompanhando a evolução fonológica. Estabelece-se, então, o carácter conservador da língua escrita, cuja dinâmica evolutiva fica extremamente aquém da evolução língua falada, esta tendo bem mais celeridade e suscetibilidade evolutiva que aquela, criando imensa distância entre os dois sistemas. Faz-se mister nova avaliação dos signos gráficos e sua relação com os fonemas, a fim de que a escrita volte a representar graficamente a língua falada.

O galego-português não ficou incólume a esse processo, sendo agravado pela falta de informações de gramáticos dessa época que poderiam dar-nos mais informações sobre a relação entre os grafemas e fonemas, sendo esse o *nó górdio* do estudo dessa fase pretérita da língua. Cabe salientar que a extensão do período do *corpus* analisado por Maia - meados do século XIII até o início do século XVI - acabou por tornar a tarefa mais árdua e complexa.

Retomando a questão da relação fonemas - grafemas, vejamos como se deu esse complexo processo no galego-português, segundo Maia (2017 - 301):

“Em relação aos textos do século XIII, convém ter presente que, nessa época, se estava exactamente no início da fixação gráfica em galego-português, dado que até então os textos se escreviam habitualmente em latim. Para essa língua, falada desde há muito, ensaiavam então os copistas uma fixação por escrito, mas tendo apenas à sua disposição – salvo algumas inovações em pequeno número – as letras do alfabeto latino. Daí resultou que os sons da nova língua, em muitos casos já diferentes dos da língua latina donde tinham provindo, continuaram durante algum tempo a ser representados sensivelmente do

---

<sup>50</sup> Vejamos esta citação de Maia (2017 - 299): “Nos sistemas de escrita alfabética a situação ideal é que cada grafema represente um fonema, isto é, que todos os grafemas sejam monovalentes. Contudo, conforme adiante será referido, nem sempre existe essa perfeita adequação entre o sistema gráfico e o sistema fonológico. Com frequência, o número de fonemas nem sempre coincide com o número de grafemas, podendo um único signo gráfico representar dois ou mais fonemas ou, pelo contrário, o mesmo fonema ser representado por dois ou mais símbolos gráficos. Enumerando as causas dessa inadequação entre o sistema gráfico e o sistema fonológico, entre grafia e pronúncia, podemos apontar, em primeiro lugar, a falta de rigor na representação gráfica da língua falada, mesmo nos períodos em que se tentou a primeira fixação gráfica dessa língua através do estabelecimento de uma escrita de tipo fonológico em estado mais ou menos puro. Mas o desajuste mais profundo entre os dois sistemas apontados resulta essencialmente da evolução do sistema fonológico e da realização fonética da língua ao longo da sua história: depois de estabelecido o sistema de escrita fonológica nos inícios da fixação gráfica de uma língua, este consolida-se nessa primitiva forma, não acompanhando, em geral, a evolução da língua falada. Daí resulta o carácter conservador da forma escrita da língua, uma vez que a mudança da grafia tem um ritmo muitíssimo mais lento que a mudança da língua. A grafia deixa de estar em relação directa com a sequência fonológica; para que essa relação volte a estabelecer-se é necessária uma nova análise dos signos gráficos nas suas relações com a sequência fonológica, o que conduz de novo à correspondência da grafia com a língua falada.”

mesmo modo ou de modo aproximado. A confirmar o embaraço dos copistas surgem frequentes incongruências e hesitações ortográficas em textos escritos pelo mesmo copista e, por vezes, até no interior do mesmo texto. Para além de outras particularidades, os textos desta época revelam frequentes situações de polivalência e de poligrafia, o que, evidentemente, dificulta uma rigorosa interpretação dos materiais grafemáticos neles contidos. Conforme teremos oportunidade de referir, são também frequentes neste período as grafias de tipo etimológico, latinizante que, de modo nenhum, correspondem à realidade linguística da época.”

Como vimos, o período de fixação gráfica do galego-português foi o século XIII e nele não havia outro alfabeto à disposição dos escribas que não o latino. Como a língua falada já evoluíra e se distanciara sensivelmente do latim, muitos fonemas formados na nova língua começaram a ser representados graficamente de acordo com a percepção, vontade e consoante ao conhecimento literário do escriba, pois falava-se claramente outra língua que não a latina, porém o alfabeto conhecido era o latino com suas limitações de representação fonológica que era apto a reproduzir a fala dos latinos. Esse *imbróglío* obrigava os muitas vezes hesitantes escribas a aproximarem a escrita do que se ouvia na língua falada, lançando mão de grafias latinizantes que nem de longe conseguiam representar, que diremos reproduzir a língua viva corrente!

Saliente-se, ainda, que o grande período que o *corpus* selecionado abrangia, a escrita ficou cristalizada e, por não acompanhar a evolução da língua falada, começaram a surgir muitas dificuldades para os linguistas analisarem o material concernentemente à variação linguística no período, pois o sistema fonológico mudava e surgiam novos fonemas, a escrita insistia em manter-se fiel à língua falada no início da fixação do galego-português, obrigando, v.g., os escribas a usarem um mesmo grafema para fonemas distintos, mormente os novos surgidos na esteira da transformação linguística, conforme lemos em Maia (2017 - 302). A escrita sempre segue os rastros da fala buscando reproduzir graficamente aquilo que se fala, e quando um fenômeno oral é registrado pela escrita, certamente está há tempos consolidado, conforme Diéguez (2018 -128).

Acrescente-se que essa assincronia evolutiva entre os sistemas fonológico e gráfico em tão vasto período - quase três séculos - proporcionou muita inadequação e disparidade entre os fonemas e os grafemas, já que a os grafemas *postos em sossego* eram cada vez menos capazes de refletir fielmente, ou pelo menos, proximalmente, os fonemas que evoluíram e os novos que foram incorporados à língua. Infalivelmente esse processo acaba por dificultar a devida correspondência entre os grafemas e os fonemas que se quer representar, prejudicando sobremaneira o trabalho dos linguistas que buscam aprofundamento no galego-português.

Nesse período fatores linguísticos de relevante contributo para a evolução da língua começam a ser mais claramente observados. Começam surgir fronteiras linguísticas que acabarão por definir os falares ocidentais da Península - galego e português atuais - e diferenciá-los dos falares que viriam a consolidar-se no Centro peninsular - ásturo-leonês e castelhano.

A língua falada na Península Ibérica evoluiu do Latim Clássico para o Imperial, sofrendo alterações fonéticas em diversos aspectos. Concernentemente ao número de vogais e ditongos existentes no Latim Clássico que totalizavam dez vogais e dois ditongos, reduziram-se a sete vogais no Latim Imperial, chegando ao galego-português já com essa configuração, conforme aponta Teyssier (1982 - 11):

“As vogais: perda das oposições de quantidade – O latim clássico possuía cinco timbres vocálicos, havendo uma vogal breve e uma longa para cada timbre, ou seja, um total de dez fonemas. As breves eram sempre mais abertas que as longas correspondentes. O latim imperial perdeu as oposições de quantidade, mas conservou as oposições de timbre resultantes dos variados graus de abertura. (...) Acrescenta-se que os ditongos *ae* e *oe* do latim clássico passaram, em latim imperial, a vogais simples de timbres distintos. (...) Assim, as dez vogais e dois dos ditongos do latim clássico foram substituídos por sete vogais no latim imperial.”

Essas vogais - *i, e, ε, a, o, u* - passaram a fazer parte do galego-português e usamo-las até hoje no português em posição tônica, como asseveram Silva & Osório (2008 - 47). Importantíssimo lembrar que essa redução do número de vogais deu-se pela perda das oposições de quantidade das vogais - breves e longas - que ocorreu nessa passagem do Latim Clássico para o Imperial. Maia (2017 - 311), no entanto, citando Fernão de Oliveira, considera que o galego-português tinha oito vogais, diferenciando o *a grande* de ‘Almada’ do *a pequeno* de ‘Alemanha’, conquanto o próprio autor considere que o fonema /a/ seja um só para as duas variantes, *grande* e *pequeno*. Teyssier (1982 - 23) aventa a possibilidade de desde essa época o fonema *a* já não se realizaria fechado diante, ou *pequeno* diante de consoantes nasais: *ama, ano, banho*. Maia (2017 - 312) traz a colação a opinião de outros dois gramáticos coevos de Fernão de Oliveira, João de Barros e Duarte Nunes de Leão para corroborar a tese de que o fonema /a/ tem duas realizações diferentes, *a aberto* e *a fechado*. Ao fim e ao cabo, concorda-se, pelo parecer unânime dos três gramáticos, que houve consolidação de sete vogais no galego-português.

A manutenção pelo português das vogais como foram recebidas do Latim Imperial mostra-nos quão conservadora é a *Última Flor do Lácio*. Teyssier, tratando desse vocalismo conservador, considera-o tendência geral da língua. Já as vogais átonas tendem a desaparecer na pronúncia corrente no romance falado na parte ocidental da Península, nomeadamente nas penúltimas sílabas das palavras proparoxítonas: *ocūlum* > *oc’lu* > *olho*.

O *i* átono final é encontrado em imperativos *vendi, parti, estivi* e *pudi* nas primeira pessoas do singular do pretérito perfeito (Teyssier chama-os fortes), e nas segundas pessoas do singular de todos os perfeitos, e.g. *cantasti, partisti*. No início do século XIV essas palavras já aparecem escritas com *e*: *vende, parte, estive, pude, cantaste* e *partiste*. Esse uso também era observado em certas palavras: *longi, viinti* e *eiri* (ontem), conforme aponta-nos Teyssier (1982 - 23). O *u* átono final também era usado em lugar de *o*, e.g. *avemus, canpu*, em lugar de *havemos* e *campo*, cujo uso divide historiadores da língua entre os que concordam ser corrente o uso na língua, como ocorreu com o *i* átono final, porém outros veem como latinismos ou como representação gráfica de um *o* átono final fechado. O sistema reduz-se a três fonemas átonos finais: *a, e* e *o*. Na língua falada ainda hoje essas palavras muitas vezes aparecem com a vogal átona final *reduzida*, v.g. *saudadis* e *Paulu* para representar foneticamente *saudade* e *Paulo*, conforme vemos em Almeida (2011 - 26).

Com referência à síncope do *l* e *n* intervocálicos, Maia (2017 - 593) afirmar tratar-se de fenômeno característico do galego-português, tendo iniciado na Galícia e se expandido para o Centro e Sul devido à Reconquista. Teyssier (1982 - 16) dá-nos os seguintes exemplos dessa síncope: *calente* > *caente* (hoje *quente*), *periculu* > *perigoo* entre outros muitos exemplos. Ainda segundo o autor, esse fenômeno data do século X, provavelmente, como ocorrido nos seguintes casos: *felice* > *Fiiz* e *Fáfila* > *Fafia*, encontrados em um documento em latim bárbaro datado de 995. Nas palavras de

origem árabe o *l* intervocálico permaneceu em diversos casos, v.g. *azêmola* e *javali*. Já a queda o *n* intervocálico ocorreu após a queda do *l*, provavelmente no século XI, podendo estar em uso no século XII nas vésperas do aparecimento dos primeiros textos escritos. Seu processo de síncope foi um pouco diferente do processo do *l*, pois passou por uma nasalização até sua completa exclusão, e.g. *panatariu* > *pãadeiro* > *padeiro*.

As constrictivas dentais-alveolares, as sibilantes, e as palatais, conhecidas como chiantes, constitui o ponto mais distante do galego-português mais se afastava do que usamos hoje no português: um par de africadas surda e sonora - /ts/ e /dz/ muito diferentes de /s/ e /z/, que permita clara distinção entre *cen* /ts/ e *sen* /s/, e entre *cozer* /dz/ e *coser* /z/. Ainda segundo Teyssier (1982 - 25), na segunda metade do século XIII estabeleceram-se algumas tradições gráficas, e.g. o uso de *ch* em substituição à africada *tš* em *Sancho* e *chus*, consoante distinta de *š* para a qual aplica-se a consoante *x*. Como podemos observar, *x* e *ch* representavam sons distintos, diferentemente do português atual. A correspondente sonora dessas duas surdas era representada por / (d)ž /, encontrada em *trager* e *já*, que perdeu seu elemento oclusivo inicial e passou a /ž/.

Nesse período, para a nasalização das vogais também era usado o til ou uma consoante nasal - *razō*, *razom* ou *razon*. A sílaba tônica podia ser na última - *aqui* - na penúltima - *boca* - ou na antepenúltima - *alvissaras* - sendo esta última mais rara. Os fonemas vocálicos tônicos totalizavam sete: *a*, *i*, *ę*, *e*, *u*, *o*, *o* e reduziam-se a quatro quando átonos em posição final - *a*, *e*, *i* e *o*, conforme Teyssier (1982 - 22 e 23).

Os possessivos *meu*, *teu* e *seu* apresentavam forma átona feminina: *meu* > *minha*, *mīa*, *minha* (formas tônicas) > *mia*, *mha* e *ma* (formas átonas); *teu* > *tua* > *ta*; *seu* > *sua* > *sa*. Os dêiticos, demonstrativos e advérbios de lugar, dividiam-se da seguinte maneira: Demonstrativos: *este*, *esse* *aqueste* e *aquel(e)*; Advérbios de lugar: *aqui*, *ali*, *acá*, *alá*, *acó* e *aló*. Os demonstrativos já traziam o sistema ternário do português atual - *este*, *esse* e *aquele* - com a forma *aqueste* ‘reforçada’ de *este*, nas palavras de Teyssier (1982 - 28), enquanto os advérbios de lugar apresentavam oposições binárias - *aqui* e *ali*. As formas *acó* e *aló* eram mais raramente empregadas. Outra característica desse período o uso somente do tuteamento familiar e do voseamento deferente, *tu* e *vós* respectivamente, desconhecendo-se nesse período o uso de tratamento que remetam à terceira pessoa.

A grande influência francesa e provençal no enriquecimento do léxico galego-português foi motivada por diversos fatores extralinguísticos, dentre os quais destacam-se a presença da dinastia de Borgonha e das Ordens de Cluny e Cister, forte imigração de franceses e a força da literatura provençal. Vários vocábulos franceses e provençais foram incorporados ao léxico por essas influências e, digamos, confluências de fatores em um mesmo período. A esse respeito, vejamos o que nos diz Teyssier (1982 - 29) neste excerto:

“Empréstimos do francês e do provençal – A influência da língua d’oil e da língua d’oc é muito forte durante o período do galego-português, e explica-se por uma série de causas convergentes: presença da dinastia de Borgonha, implantação das Ordens de Cluny e de Cister, chegada a Portugal de numerosos franceses do Norte e do Sul, influência direta da literatura provençal etc. Daí os numerosos empréstimos vocabulares, de que damos alguns exemplos: a) Empréstimos do francês – *Dama* > *dame*, *daian* > francês antigo *deiiēn*, hoje “*doyen*”), *preste* > francês antigo *prestre*, *sage*, *maison* etc. b) Empréstimos do provençal – *Assaz* > (*assatz*), *greu*, “difícil”, *alegre*, *manjar*, *rouxinol* >

*rossinhol*, talan, “vontade, desejo”, freire > *fraire*, cobra, “copla, estrofe” (< *cobla*), trobar, trobador etc.”

A influência do provençal também é atestada por Maia (2017 - 500) na adoção do uso do grafema composto *lh* em substituição ao grafema *ll*, que tornou-se uma característica dos textos portugueses, diferenciando-os dos textos produzidos nas demais áreas peninsulares, nas quais havia muita hesitação em adotar a nova forma advinda do provençal. Teyssier (1982 -22) traz os grafemas compostos *nh* e *ch* como originários do francês. Maia (2017 - 527)<sup>51</sup> traz-nos informações de imigrantes vindos dalém Pirineus entre os séculos XI e XIII que certamente não se limitaram às plagas orientais da Península Ibérica, mas chegaram à região onde influenciaram o galego-português, nomeadamente a língua escrita, já que muitos imigrantes ocuparam cargos de escribas e redigiram os documentos com fortes características de sua língua natal, valendo-se, quiçá, de termos provençais quando desconheciam os vocábulos em uso pelos galego-portugueses.

O léxico também foi enriquecido por palavras eruditas e semi-eruditas advindas do latim, prática comum em períodos muito anteriores à formação da língua galego-portuguesa e que continuou com frequência nos períodos subsequentes, como ainda veremos neste trabalho. Como exemplo de palavras semi-eruditas, ou de entrada mais antiga na língua, Teyssier (1982 -30) dá-nos os seguintes exemplos: *mundo*, *virgem*, *clérigo* e a variante *crérigo*, *escola* e *pensar*, cuja variante popular é *pesar*. As palavras eruditas, ou as mais recentemente incluídas ao vocabulário, são abundantes: *alegoria* no sentido de “arte”, *animalha* no sentido de “animal irracional”, *ciênça* > ciência, *bautiçar* > batizar, *eiceïçon* > exceção, *estrelomia* > astronomia, para ficarmos em alguns exemplos citados pelo autor.

A separação entre o português e o galego foi consequência de ocorrências históricas e políticas, como esclarecem-nos Silva & Osório (2008 - 64):

“Durante os reinados de D. Afonso III (1248-1279) e, sobretudo, de D. Dinis (1279-1325), alcançaram-se momentos fundamentais para a fixação da língua portuguesa e para a substituição do latim, que deixou de ser a língua dos documentos oficiais, sendo que a partir do séc. XIV se acentuam, simultaneamente, a separação e o afastamento entre o galego e o português, que já vinham, aliás, da primeira metade do séc. XII, e para o que muito contribuiu, agora, também o facto de a lírica galego-portuguesa chegar ao seu termo, por volta de 1350.”

Como vemos, a Reconquista foi determinante para a cisão do galego-português, pois com o deslocamento da corte para o Sul combatendo os mouros, aprovou ao Rei Afonso Henriques fixar-se em Coimbra e posteriormente em Lisboa. Nessas novas plagas, a adoção do português como língua oficial escrita em substituição ao latim em

---

<sup>51</sup> Acerca da imigração de francos para a Península Ibérica, vejamos este excerto de Maia (2017 - 527): “Como é sabido, a imigração ultra-pirenaica foi, na Península Ibérica, muito acentuada, tendo atingido o seu apogeu entre o século XI e o século XIII. Nalgumas regiões peninsulares essa influência foi particularmente intensa, tendo tido alguns documentos redactores ou escribas com essa procedência. Conforme salienta Rafael Lapesa, ‘en Navarra y Jaca, las dos principales entradas de la inmigración, hay muchas escrituras y algunos fueros en gascón o provenzal. En otras regiones se encuentran documentos aislados como el *Fuero de Avilés* (hacia 1155) o el de *Valfermoso de las Monjas* (1189), escritos en un lenguaje extraño que mezcla dialectismos asturianos o alcarreños con rasgos pro venzales: sus redactores o copistas eran sin duda ultramontanos que intentaban acomodarse al romance de su nueva residencia, sin lograrlo aún completamente. También el *Auto de los Reyes Magos*, compuesto en la misma época, muestra en sus rimas ser obra de un gascón que pretendía escribir en castellano’.”

documentos oficiais e na própria literatura produzida em Portugal, relegou ao galego manter-se somente na área territorial correspondente à Galiza.

Teyssier (1982 - 20)<sup>52</sup> aponta que a cisão entre Portugal e Galícia consolidara-se nesse período nos âmbitos territorial, político e linguístico, como ainda hoje o é. Portugal separara-se de Leão e da Galícia e estabelece suas fronteiras territoriais isolando-se de ambos ao norte e ao leste, anexando os territórios reconquistados aos mouros ao sul e fixando, paulatinamente, o centro do Reino de Portugal em Coimbra e posteriormente em Lisboa. Com a influência do moçárabe, a língua consolidou-se e separou-se definitivamente do galego.

Após essa cisão, a escrita do galego ficou restrita aos textos não literários, nomeadamente textos notariais, nos quais os mais diversos notários ou escribas escreviam de maneira *sui generis*, muitas vezes com restrições de conhecimentos mais aprofundados de escrita, que reproduziam os falares regionais, muito diversos de per si.

Segundo Mattos e Silva (ND - 9) a lírica galega só ressurgiu na escrita por movimentos literários, culturais e políticos no século XIX, praticamente meio milênio após as últimas obras literárias galegas escritas serem escritas. Nesse período dispomos somente dos textos não literários para estudo da língua escrita.

O isolamento geográfico do galego-português, falado a Norte do Douro, mais especificamente na região Noroeste da Península, deu-lhe características próprias e diferenciou-o do leonês e do castelhano, falados a leste, e dos falares lusitano-moçárabes falados ao sul, como bem demonstraram Silva & Osório (2008-53):

“No que concerne ao galego-português, surgido entre os séculos IX a XII, foram factores decisivos da sua especificidade, entre outros, o isolamento dos falares do Noroeste da Península, tanto em relação ao leste (as zonas do leonês e do castelhano), como ao sul, onde se usavam dialectos lusitano-moçárabes, falados para além de uma fronteira, difícil de delimitar, situada algures entre o Douro e o Mondego, talvez definida pelo vale do Vouga. As diferenças entre o Norte galego, pobre e atrasado, e o Sul moçárabe, rico e de civilização requintada, eram notáveis, neste período.”

Faz-se oportuna a inserção deste excerto de Mattos e Silva (ND - 7) para corroborarmos a assertiva de Silva & Osório supracitada:

“Todo o passado do noroeste da Península Ibérica, do oeste cantábrico ao sul do Douro, acima de Aveiro, e pelo leste por terras depois leonesas, levaria a uma situação propícia a formação de um espaço linguístico com certa unidade, quando comparado as outras áreas hispânicas. Em rápido esboço, sinalizo que por lá estiveram os mesmos substratos pré-romanos. No período romano, a Gallaecia, uma das províncias hispano-romanas, cobria aproximadamente essa área geográfica. Dentre os germânicos, os Suevos só ali se localizaram, depois dominados pelos Visigodos na sua expansão. Os muçulmanos não alcançaram essa área ibérica. Tudo isso abrange um passado plurissecular e configura uma certa unidade original linguístico-cultural da área galaica.”

---

<sup>52</sup> É de Teyssier a seguinte asserção: “Separando-se de Leão para se tornar reino independente, Portugal separava-se também da Galícia, que não mais deixaria de ficar anexada ao país vizinho – reino de Leão, reino de Castela e, finalmente, reino de Espanha. A fronteira, que no século XII isolou a Galícia de Portugal, estava destinada a ser definitiva. Ao mesmo tempo que se separava ao norte da Galícia, o novo reino independente de Portugal estendia-se para o sul, anexando as regiões reconquistadas aos ‘mouros’.”

Depreendemos desses dois excertos que o isolamento geográfico do Noroeste Hispânico favoreceu para que a área galaico-portuguesa apresentasse certa unidade linguístico-cultural comparativamente às outras áreas peninsulares. Entendemos ser isso determinante na formação do galego-português. Havemos, ainda, que considerar que o isolamento geográfico acabou por permitir que alguns conquistadores não chegassem a essa região, v.g. os muçulmanos, alanos e vândalos, fazendo com que a língua não recebesse influência desses povos, diferentemente da região Sudoeste da Península onde o moçárabe mostrou-se determinante na formação do que viria ser o português, conforme ainda discutiremos oportunamente neste trabalho.

### 1.8.2 Português Médio ou Pré-Clássico

Ainda seguindo o raciocínio desenvolvido na obra de Silva e Osório (2008 - 74-75), valemo-nos de sua citação para iniciarmos esse período evolutivo da Língua Portuguesa em nosso trabalho, destacando dois importantes fatores linguísticos:

“Cronologicamente, este subperíodo vai do século XV (Lindley Cintra propôs, para seu início, o ano de 1420) até meados do século XVI, como se tem assumido até agora. Osório (2002 e 2004), porém, vem trazer dois importantes critérios, de carácter linguístico, para se rever o problema da delimitação do português arcaico médio: a substituição de HABÈRE por TENÈRE e o uso do pretérito imperfeito do indicativo em vez do condicional (Grifo nosso). Segundo o Autor, estes dois fenómenos ocorrem entre 1420 e 1450, adiantando, assim, que o português medieval termina em meados do século XV, começando o português clássico (ou moderno, segundo outras terminologias) mais cedo do que, geralmente, se tem vindo a afirmar. A designação aqui utilizada, favorecida por Lindley Cintra («português médio»), sugere precisamente que se trata de uma fase de transição entre as origens e um período tido por «clássico», designação, aliás, tão enraizada na periodologia da história da própria cultura portuguesa. Vázquez Cuesta, por sua vez, prefere usar o termo de «português pré-clássico». Relativamente à periodização de línguas como o inglês, o alemão e o francês, em que o conceito de «fase média», também é, habitualmente, usado, torna-se premente salientarmos, novamente, as diferenças entre as fases «antiga» e «moderna» por ela delimitadas. No caso da evolução do português são muito menores do que nessas línguas, motivo por que usamos o termo «médio» neste contexto.”

Nesse período Osório pontua esses dois fatores linguísticos que marcaram esse período: a consolidação do verbo *ter* como verbo de posse em lugar de *haver*, e o uso do pretérito imperfeito em vez do condicional. Enquanto este tornou-se de uso corrente somente no português europeu, aquele consolidou-se tanto no português europeu quanto no português brasileiro.

Para Osório<sup>53</sup>, concernentemente ao termo *ad quem* do português arcaico médio desenha-se quando *haver* é substituído por *ter* e o *condicional* pelo *imperfeito*, ou seja, a delimitação dos períodos fica mais claramente estabelecida por esses relevantes fatores linguísticos.

Vários fatores extralinguísticos ocorridos nesse período marcaram a evolução da língua e trouxeram relevantes contributos ao léxico, pois as Grandes Navegações empreendidas pela gente lusitana proporcionaram a colonização de terras africanas, asiáticas e sul-americanas, tomando emprestadas das línguas africanas, asiáticas e ameríndias, muitas palavras que incorporaram o léxico português.

---

<sup>53</sup> Osório *apud* Silva e Osório - pág. 84.

A Batalha de Aljubarrota, ocorrida em 14 de agosto de 1385 marcou o ápice de um conflito entre o Reino de Portugal e o Reino de Leão e Castela, cuja vitória definitiva dos portugueses consolidou o Reino e abriu caminho para a Dinastia de Avis realizar um dos grandes feitos portugueses: as Grandes Navegações.

Diretamente associada a essa vitória portuguesa, celebrou-se a lendária heroína Brites de Almeida, a Padeira de Aljubarrota que teria matado com sua pá sete castelhanos que estavam escondidos em seu forno.

A inegável habilidade marítima portuguesa marcou indelevelmente a história de Portugal e tornou-se indissociável da sua história e da história de seu povo, passando a fazer parte da alma lusitana. Portanto, era esperado que a língua também recebesse influência desse importante fator extralinguístico.

Nesse sentido, queremos chamar a atenção para a interessante formação do verbo *chegar* na Língua Portuguesa. Para discorrermos a contento sobre a evolução do verbo, faz-se mister conhecer a citação de Teyssier (1982 - 15) sobre três importantes inovações do galego-português: os grupos iniciais *pl*, *cl* e *fl*.

“Esses grupos iniciais sofreram, num primeiro momento, uma palatalização do *l*, fenômeno que se produziu numa vasta zona que compreendia o galego-português, o leonês e o castelhano, e ainda um pequeno território situado entre a Catalunha e Aragão. Em castelhano, a consoante inicial caiu posteriormente, tendo restado o *l* palatal, transcrito *ll*; ex.: *plaga* > cast. *llaga*, *clave* > cast. *llave*, *flamma* > cast. *llama*. O mesmo aconteceu na parte oriental do leonês. Tod em galego-português e em leonês ocidental a evolução foi mais profunda: a consoante inicial seguida de *l* palatal deu origem a africada [tʃ], que foi transcrita em galego-português por *ch*, donde, para os três mesmos exemplos, *chaga* ([tʃaga]), *chave* ([tʃave]) e *chama* ([tʃama]). Esta evolução – e é o ponto mais importante – não se produziu na zona mozarabe. O galego-português e o leonês ocidental isolam-se, por isso, não apenas dos vizinhos do Leste, mas também dos vizinhos do Sul. Esta evolução diz respeito as palavras que constituem o fundo mais popular da língua.”

Na sequência, e em conformidade com a citada evolução, Teyssier dá-nos o exemplo do verbo *chegar*, com a seguinte evolução:

*Latim plicare* > *galego-português chegar* > *castelhano llegar*.

Com referência ao étimo do verbo *chegar*, chamamos atenção para a seguinte asserção de Almeida (1994 - 92):

“É curioso observar que o verbo *chegar* indica, etimologicamente, lugar onde, e não lugar para onde; ao contrário de movimento, a origem desse verbo implica a ideia de quietação; *chegar* vem de *plicare*, que significa *dobrar*. ‘Plicava’ as velas quem aportasse, quem... chegasse.”

Observamos que essa evolução está diretamente ligada ao mister nauta lusitano e castelhano, já que não podemos dizê-lo ibérico, haja vista em catalão manter-se *arribar*, palavra que também em português deriva do latim *arripere*, chegar à margem, conforme encontramos em Nascentes (1955 - 45).

A conotação dada em galego-português e castelhano remete diretamente ao dobrar das infladas velas quando do triunfal retorno ao solo português com novas de terras recém-conquistadas. A questão colonialista transcendeu o romantismo propagado pelos reis portugueses ao ufano povo português, haja vista ter efeitos devastadores para as colônias e até para Portugal, questão essa que sempre deve ser pontuada, mas que não cabe o devido tratamento neste trabalho.

A pelo me acode o pensamento de Saramago, *Para conhecer as coisas, há que dar-lhes a volta. Dar-lhe a volta toda*. Dando a volta de Saramago, encontramos a música de Belchior (1993) *comemorando* os quinhentos anos da descoberta da América:

“Eram três as caravelas/ Que chegaram d'além mar/ E a terra chamou-se América/ Por ventura? Por azar?// Não sabia o que fazia, não/ D. Cristóvão, capitão/ Trazia, em vão, Cristo no nome/ E, em nome dele, o canhão.”

Concernentemente aos fatores extralinguísticos que tiveram impacto na evolução da Língua Portuguesa temos a questão do Tratado de Tordesilhas, fruto ainda do expansionismo lusitano, que elevou a língua portuguesa à condição de língua europeia dominante nas regiões litorâneas de África, Ásia e Brasil.

O Tratado assinado em 7 de junho de 1494 entre os reinos de Portugal e Castela-Aragão determinava que as terras descobertas fossem divididas entre os dois reinos da seguinte maneira: as terras a leste seriam portuguesas e a oeste espanholas. O Tratado de Tordesilhas foi determinante para que o português seja a língua oficial do Brasil - costa oriental da América do Sul - e o espanhol nos demais países sul-americanos e da América Central.

A colonização portuguesa do Ceilão, atual Sri Lanka, Cabo Verde, Malaca, Java, São Tomé e Príncipe e da Guiné permitiu formarem-se nesses locais crioulos portugueses de suma importância e grande contributo para a história da língua portuguesa.

A Língua Portuguesa foi, ainda, influenciada pelo bilinguismo luso-castelhano desse período, marcada indelevelmente por motivos políticos que levaram ao afastamento entre as coroas portuguesa e castelhana, elevando as novas elites lusitanas ao poder e causando grande desconforto nas relações com Castela.

Coube a Fernão Lopes, o cronista-mor do reino, legitimar a ascensão dessa nova classe ao poder em sua obra *Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória - capítulo 163 “Da sétima idade que se começou no tempo do Meestre”*.

Já em meados do século XV dá-se início a uma nova fase marcante na História de Portugal: os famigerados casamentos entre membros das coroas de Portugal e de Leão e Castela, cuja finalidade era restabelecer a unidade da antiga Hispânia visigótico-romana. Entre 1580 e 1640 esse plano foi levado a efeito com a União Pessoal de Castela-Aragão e Portugal. Com isso, enquanto a corte portuguesa passa a ser *invadida* por infantas, princesas e rainhas castelhanas, a língua é *invadida* por hispanismos, tais como: *castelhano*, *façanha* e *mantilha*, além de outras questões linguísticas de relevância, conforme destacam Silva & Osório (2008 - 76):

“Esta política, que fez com que viessem para Lisboa rainhas, princesas e infantas castelhanas, manifesta-se, por exemplo, no teatro de Gil Vicente, representado perante a Corte, entre 1502 e 1536. O trabalho de Teyssier (1959) sobre a linguagem vicentina dá-nos uma ideia precisa do castelhano usado por este dramaturgo português. É um castelhano *sui generis*, inçado de lusismos, por exemplo, *agradeço* em vez de *agradezco*, *ir buscar* por *ir a buscar*, *farelos* e não *salvado* ou *afrecho*. A nível lexical, o mais curioso é talvez a tradução do lexema *saudade*, sentimento considerado, desde D. Duarte (primeira metade do século XV), de exclusiva propriedade lusitana. Apesar da existência da palavra castelhana *soledad* (cuja etimologia, provavelmente, é idêntica à da portuguesa *saudade*), o castelhano vicentino cunhou o neologismo *saludad* e, a nível morfo-sintático, o criador do teatro português parece não ter sentido quaisquer inibições em introduzir, no castelhano, o infinitivo flexionado, típico do português e do galego: «Penitencia será harta / *pensares* en mi tormento»;

«Teneis gran razon de *llorades* vuestro mal». No sentido inverso, ou seja, pelo que diz respeito à entrada de hispanismos no português, avulta logo, a nível lexical, o próprio termo *castelhano* (por influência de *castellano*) que, ainda cem anos antes, em Fernão Lopes, contemporâneo de D. Duarte, tem a forma *castelão*, resultante da evolução normal da palavra portuguesa. Outros dois, também desta fase, são *façanha* (de *hazaña*) e *mantilha* (de *mantilla*), segundo Vázquez Cuesta (1971: 207). A nível morfo-sintático, observa-se o uso do complemento directo com a preposição *a*, típico do espanhol (por exemplo, «ver a um homem»).<sup>54</sup>

Como podemos notar, Gil Vicente (1465/1536) foi o grande nome literário dessa época cuja obra refletiu fielmente o bilinguismo dominante em Portugal, além de criticar ferrenhamente a sociedade, claro! A obra do precursor do teatro em Portugal é rica fonte de estudo do bilinguismo que marcou indelevelmente a evolução da língua portuguesa.

Chamamos atenção para a palavra *saudade*, que Gil Vicente castelhanizou para *saludad*, mesmo havendo *soledad* que provém do mesmo radical. Interessante observar que ainda hoje entre brasileiros é corrente a falsa ideia de que a palavra *saudade* não tem tradução para outras línguas, como bem canta Belchior (2018):

“Minha rede branca/ Meu cachorro ligeiro/ Sertão, olha o Concorde/ Que vem vindo do estrangeiro/ O fim do termo saudade/ Como o charme brasileiro/ De alguém sozinho a cismar.” (Grifo nosso)

Além de Gil Vicente, vários outros escritores portugueses também escreviam em espanhol, dentre os quais destacamos Camões e Sá de Miranda. Já o humanista António Ferreira (1528-1569) negava-se a escrever em espanhol, no que muito diferiu de Jorge Montemor, autor da obra *Diana*, que hispanizou seu nome para *Montemayor* em completo abandono de sua língua natal.

A União Ibérica, fato extralinguístico relevante na história de Portugal e Espanha, foi determinante para a existência desse bilinguismo que marcou e trouxe importante contributo para a língua portuguesa, apesar de criar animosidade entre os castelhanos e portugueses até os dias de hoje. É comum ouvirmos ainda correntemente entre portugueses que *de Espanha não vêm bons ventos nem bons casamentos*.

Teysier (1992-32) aponta que falar espanhol como segunda língua era comum entre os portugueses mais cultos, dada o grande número de castelhanos na corte motivado pelos casamentos entre portugueses e espanhóis:

“Entre meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Os casamentos de soberanos portugueses com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa ‘castelhanização’ da corte.”

Ainda nesse período podemos destacar a eliminação dos encontros vocálicos que permearam o galego-português medieval, encontros esses advindos da eliminação das consoantes *D*, *L* e *N* intervocálicos. Essa eliminação deu-se pelas mais diversas vias linguísticas, conforme propõem Silva & Osório (2008 - 76):

Palatização de uma consoante entre duas vogais através da nasalização:  
*vinu* > *vī-o* > *vinho*;

---

<sup>54</sup> Os devidos créditos, referências e remissões às obras citadas por Silva e Osório encontram-se registrados pelos autores em sua obra.

Contração de duas vogais em uma vogal única: *lana* > *lã-a* > *lã*, *tenes* > *tẽ-es* > *tens*, *triginta* > *tri-inta* > *trinta*, *bonu* > *bõ-o* > *bõ* (hoje escrito *bom*) e *palumbu* > *po-ombo* > *pombo*.

Lembramos que dessas contrações resultaram as cinco vogais nasais hoje existentes na língua. Já as vogais orais em contração trouxeram as mais variadas situações - embora todas resultem em uma vogal tônica - cuja explicação detalhada e clara pode ser obtida na citada obra de Silva & Osório (2008 - 78 a 80).

Concernentemente à evolução da Morfologia na língua, em 1500, aproximadamente, observava-se já a unificação do singular dos substantivos terminados em *ã-o*, *an* e *on*, em *ão* - *mão*, *cão* e *leão* - com a manutenção dos plurais etimológicos *anus*, *anes* e *ones*, derivados das terminações do acusativo plural latino, donde temos *mãos*, *cães* e *leões*. Os adjetivos terminados em *ão* têm o feminino *ã* consolidado, v.g. *são* e *sã*.

A unificação dessas terminações não foi seguida pelos falantes do Norte, conforme esclarecem Silva e Osório (2008 - 81):

“Esta unificação das terminações <-an> / <-am> e <-on> / <-om> em <-ão> abrange todas as palavras da língua, incluindo as formas verbais tônicas (*dan* > *dão*, *cantarán* (futuro) > *cantarão*, *son* > *são*) e átonas (*cantáran* > *cantárão* - mais-que-perfeito, hoje escrito <cantaram> e *cantáron* (perfeito simples), forma que viria a identificar-se com a do mais-que-perfeito sintético, na grafia e na pronúncia. Assim, também os advérbios *entón* e *non* passam a *então* e *não*, respectivamente. Esta evolução deu-se no português do Sul e do Centro, não tendo sido seguida no Norte, onde ainda hoje, no Porto, por exemplo, as antigas palavras em <-on> não passam a <-ão>, mas sim a [õw̃] (por exemplo, *trovão* [tru'vẽw̃], que no Porto se pronuncia [tru:õw̃]). É um primeiro exemplo da maneira como, a partir de agora, os falares do Centro-Sul começam a marginalizar os falares do Norte, donde saía, anteriormente, a norma.”

Nesse período já pode ser observada em alguns plurais de substantivos e adjetivos terminados em *L* a escrita nos moldes modernos, como *sol* > *sóis*, *cruel* > *cruéis*, passando antes, naturalmente, pela evolução da escrita.

Silva e Osório (2008-82) detectam que já nessa época algumas formas caíram em desuso pela própria dinâmica evolutiva de língua de tornar o novo velho e seguir selecionando quem ou qual forma permanecerá e qual ficará legada ao grande rol de arcaísmos:

“As formas átonas dos determinativos possessivos *ma*, *ta*, *as* desaparecem. Os anafóricos *em* e *(h)i* (correspondentes aos francês *en* e *y*, respectivamente) deixam, igualmente, de ser usados. Na segunda pessoa do plural dos verbos, o <-d-> intervocálico desapareceu já no século XV, dando origem às terminações <-ais>, <-eis> e <-is>, por exemplo: *amais*, escrito por vezes <amaes>, *dizeis*, com a variante gráfica <dizees>, *partis*.”

Dentre outros fatores linguísticos relevantes observados nessa época destacamos o uso do *que* por *quem* e a alteração paulatina da colocação dos clíticos, cuja preferência medieval pela ênclise vai perdendo força enquanto a próclise passa a ter a preferência na escrita e entre os falantes.

O léxico foi enriquecido com inserções de palavras e expressões latinas de cunho erudito e semierudito, além de influências na sintaxe, que se estendeu para o século XVI com o Renascimento, período que os Clássicos davam o tom nas artes plásticas, na literatura e, conseqüentemente, na Língua Portuguesa, como veremos no

próximo Capítulo deste nosso trabalho, no qual incluímos a fase do Português Clássico e nele trataremos dos marcantes acontecimentos linguísticos e extralinguísticos que permearam a evolução da língua, bem como chegaremos ao âmago do nosso trabalho, a influência da obra camoniana na língua lusitana.

Concernentemente a esta fase da História da Língua que estamos a encerrar neste Capítulo, a língua foi ricamente marcada nesse período por fatores linguísticos e extralinguísticos, como vimos acima, cuja sedimentação de algumas questões sintáticas, morfológicas e fonéticas permanecem até nossos dias. É o amadurecer da língua. Naveguemos!

# Capítulo II A Influência da Dicção Poética Camoniana na Viragem da Língua Portuguesa do Século XVI

## 2.1 O Português Clássico

Este período inicia-se em meados do século XVI, ou fins do século XV, e estende-se até o século XVIII, mas pode ser contado a partir de 1572, ano da publicação d’*Os Lusíadas* até a fuga da corte portuguesa para o Brasil devido às invasões napoleônicas em Portugal, ocorrida em 1807, conforme aponta Silva & Osório (2008-87).

A segunda proposta de periodização parece-nos mais sólida, haja vista determinar duas datas, ou dois acontecimentos: a publicação d’*Os Lusíadas* como marco inicial, e a fuga da corte para o Rio de Janeiro, este um fato histórico relevante na história de Portugal e do Brasil e aquele um marco literário representado pela publicação da maior epopeia da língua portuguesa e, quiçá, uma das maiores do mundo!

Podemos pontuar nesse período diversos fatos históricos de relevante importância para Portugal e demais países europeus, tais como a União Ibérica, a Guerra dos Trinta Anos, o aprofundamento do colonialismo português e a Batalha de Alcácer-Quibir, entre outros acontecimentos marcantes na História Mundial.

Nem todos esses fatos tiveram influência direta na evolução da língua, mas marcaram indelevelmente a nação portuguesa, seja pelo ufanismo conquistador ou pelo Sebastianismo indelével e idiossincrático que permeia os desvãos da alma lusitana.

Vejamos um importantíssimo fator trazido por Mattos e Silva (2002-33):

“Sem dúvida, a implementação da imprensa em Portugal, a partir da penúltima década do século XV e o uso do papel, em substituição ao pergaminho, tornaram a produção escrita menos rara e menos cara, diferente do que ocorre nos séculos anteriores.”

Esse avanço tecnológico foi um divisor de águas para a língua, pois ampliou o texto escrito e colocou-o mais acessível para um maior número de pessoas. Com isso o panorama cultural predominantemente marcado pela oralidade começa a alterar-se e desenha-se uma nova fase na língua portuguesa, a fase da língua vernácula escrita e com maior poder de capilaridade junto ao povo.

Certamente isso facilitou o ensino da língua e a alfabetização, já que um número maior de pessoas falantes de português teria acesso aos textos escritos em sua língua. Até então falava-se português, e.g., mas o material manuscrito era raro, já que os textos eram escritos ainda predominantemente em latim.

A imprensa em Portugal possibilitou a impressão das primeiras gramáticas publicadas em línguas vernáculas, conforme Mattos e Silva (2002-36):

“A partir de finais do século XV, as chamadas *línguas vulgares*, por oposição ao latim, ou seja, os vernáculos da Europa ocidental, não só românica, começam a ser gramatizados. No caso dos *vulgares* da Península Ibérica, o texto mais

famoso é o de António de Nebrija, a sua gramática do castelhano, publicado em 1492, não por coincidência, ano da unificação imperial da Espanha e da descoberta da América, sob a égide dos reis católicos Isabel de Castela e Fernando de Leão. A *língua companheira do Império* motivou o surgimento dessa gramática que veio a ser, senão modelo, no sentido estrito, das duas primeiras gramáticas sobre o português, a de Fernão de Oliveira de 1536 e a de João de Barros de 1540, pelo menos foi móvel e inspiração dos inícios dos estudos metalinguísticos sistemáticos sobre o *vulgar*, língua portuguesa.”

A publicação da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, editada em Lisboa em 27 de janeiro de 1536, e a *Grammatica da Língua Portuguesa* de João de Barros publicada em 1540, impulsionadas pela chegada da imprensa em Portugal, são grandes marcos desse período.

Além da socialização da leitura e do melhor acesso a materiais de alfabetização, se podemos assim dizer, a imprensa permitiu que trabalhos de orientação da boa escrita e língua fossem produzidos em maior escala, já que essas obras de cariz normativo da língua chegaram a um maior número de pessoas, balizando a linguagem falada e escrita.

Cabe aqui uma observação concernentemente à periodização: as gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros pertencerão a este período se considerarmos seu início em fins do século XV ou meados de XVI, pois a outra proposta de marco inicial, a publicação d’*Os Lusíadas*, inicia-se em 1572, alguns anos, portanto, após a publicação das gramáticas.

Consideremos, ainda, que a edição das gramáticas vernáculas possibilitou que a escrita começasse a apresentar certo padrão que deu unidade à língua, diferentemente do que ocorria até então, quando o português falado sofria com as mais variadas formas de uso que sequer podiam ser documentadas.

A popularização dos livros impulsionada pela imprensa começou a mudar o panorama cultural e educacional em Portugal, aumentando significativamente o número de pessoas alfabetizadas em vários níveis sociais, diferentemente do que ocorria até então. Portugal começou a apresentar um novo perfil sociocultural, conforme assevera Mattos e Silva (2002-35):

“Com essas novas reconfigurações socioculturais, o texto escrito se distanciara da voz, ou seja, da variabilidade do uso falado e fixará escolhas, que a autoridade dos gramáticos respaldará, o que não ocorria, explicitamente até 1536. Esse fato terá efeitos evidentes sobre os estudos histórico-linguísticos sobre a documentação, a partir de quinhentos, em relação aos séculos anteriores.”

Ainda no século XVI publicam-se os dicionários português-latim e latim-português de Jerônimo Cardoso, abrindo caminho para que novos trabalhos fossem apresentados, ainda que mais tardiamente, como o primeiro dicionário português monolíngue de António Morais e Silva publicado em 1789.

*Regras da língua portuguesa, Espelho da latina*, de D. Jerônimo Contador de Argote, publicada em Lisboa no ano de 1725 também tem lugar de destaque neste profícuo período de obras que nos permitem hoje estudar mais profundamente a língua falada e escrita nessa fase pretérita do português.

A imprensa trouxe consigo para Portugal significativas e profundas mudanças socioculturais e de caráter linguístico, fazendo-nos refletir sobre quão importante papel a língua desempenha na evolução dos povos. Dentro da linha de pensamento que

vimos defendendo neste trabalho, poderemos considerar o advento da imprensa em Portugal como uma *Circunstância* ou fator extralinguístico de grande impacto na língua, cujos resultados foram determinantes para a evolução do português, ou até uma *revolução* na língua.

Um recorte nesse episódio quinhentista na história de Portugal é assaz esclarecedor e rico em argumentos que fundamentam a importância social da língua que, nesse caso especificamente, revolucionou a sociedade lusitana quinhentista e elevou seu patamar cultural em todas as camadas sociais, proporcionando que os falantes pudessem ler em sua língua, bem como aprender seu funcionamento, oportunidades que os textos em língua vernácula e em língua latina, quando ainda manuscritos, limitavam sobremaneira o acesso do povo. Foi como sair das trevas e vir para a luz.

No âmbito fonético consolidou-se a distinção entre *b* e *v* no português padrão, no francês e italiano, enquanto o galego, o castelhano e o português falado no Norte de Portugal não apresentam essa distinção.

Concernentemente à simplificação do sistema de sibilantes, dão-nos elucidadora explicação Silva e Osório (2008 - 96):

“De notar, também, a simplificação do sistema das sibilantes: nas suas fases iniciais, o português tinha um sistema de quatro fonemas sibilantes, tal como o castelhano, até ao fim da Idade Média: /ts/ (*cen*), /s/ (*sen*), /dz/ (*cozer*) e /z/ (*coser*), mas por volta de 1500, as duas africadas tinham perdido a oclusiva inicial e evoluído para as predorsodentais /s/ e /z/, continuando, porém, a opor-se às duas restantes sibilantes, de articulação ápico-alveolar, /ś/ e /ź/, pelo menos no Norte. Assim, na primeira metade do século XVI, há uma oposição, que se manifesta na ortografia, entre *paço* e *passo*, ou seja, entre os fonemas /s/ (grafado com <ç>, ou <c> antes de <e>, <i>), e /ś/ (grafado intervocalicamente <-ss->, ou só com um <s->, em posição inicial) e entre *cozer* e *coser* (isto é, entre /z/, escrito com o grafema <z>, e /ź/, a que corresponde o grafema <-s->). No fim deste século, o português do Centro e do Sul reduziu este sistema de quatro fonemas para dois, eliminando os ápico-alveolares (admitindo que eles tenham de facto existido, no Sul), que se fundiram com os predorsodentais que, igualmente, ocorrem no francês: assim, *paço* / *passo*, por um lado, e *cozer* / *coser*, pelo outro, passaram a ter o mesmo fonema não vozeado /s/, ou vozeado /z/, respectivamente. No entanto, na Beira Alta, por exemplo, esta simplificação processou-se em favor dos fonemas ápico-alveolares, razão por que, ainda hoje, as palavras *passo* e *casa* têm, nessa região, uma pronúncia semelhante à das palavras espanholas *passo* e *casa*. A pronúncia do chamado “s reverso” ou “s beirão” é considerada, em Lisboa ou Coimbra, tão provinciana como, por exemplo, o sotaque saxónico ou bávaro, na Alemanha, por causa do enorme atraso das regiões do interior de Portugal, que persiste e, em algumas zonas de Trás-os-Montes (por exemplo, no distrito de Bragança) e no Alto Minho, por outro lado, ainda hoje se conserva o sistema dos quatro fonemas sibilantes do século XVI. É aqui que reside a origem do “sesseio” do português padrão, mais um fenómeno derivado do Portugal moçárabe, que distingue Lisboa de Toledo, embora ambas sejam cidades cistaganas.”

Depreende-se da explicação acima que nesse período consolidou-se a simplificação das sibilantes, tornando-as como hoje as conhecemos no português contemporâneo, esclarecendo a discente dificuldade de entender o motivo da diferença na escrita entre palavras homófonas com grafias diferentes: e.g. *coser* e *cozer*, para ficarmos nos exemplos citados. Para que os alunos brasileiros tenham melhor entendimento dessas questões linguísticas ligadas à etimologia, entendemos ideal que História da Língua seja uma cadeira obrigatória nas faculdades brasileiras.

Com referência à monotongação de <ou> em [o], e a passagem da africada [tʃ] para a palatal [ʃ], vejamos o que dizem Silva & Osório (2008 - 97):

“Importante, linguisticamente, é a monotongação de <ou> em [o]. Os começos deste fenómeno datam, provavelmente, do século XVII. Invadiu todo o Sul e o Centro, até Aveiro, ficando, mais uma vez, no Norte, um arcaísmo ainda hoje vivo. Assim, palavras como *pouco*, *amou*, *doutor* pronunciavam-se, no português padrão, com [o], mas a norte de Aveiro com o antigo ditongo [ow] (cf. Teyssier (1993: 52-53)). Também, a africada [tʃ] passa à palatal [ʃ], por exemplo em *chamar*, sendo um fenómeno que data do século XVII. Até esta altura, o português possuía uma africada palatal [tʃ], inovação românica para que foi criado o grafema <ch>, no grupo ocidental das línguas desta família. Deste modo, uma palavra como *chamar* não se confundia, nem na grafia nem na pronúncia, com uma palavra como *deixar*, já que ao grafema <x> correspondia a fricativa [ʃ]. Com o desaparecimento da oclusiva inicial da africada (outro fenómeno originário do português meridional), os grafemas <ch> e <x> passam a confundir-se, o que ainda hoje constitui um grande problema, nas escolas portuguesas, uma vez que, para os alunos, é uma das principais fontes de erros ortográficos.”

O português afastara-se nessa época do latim, tanto no plano fônico, no qual passa do acento quantitativo-musical para o acento de intensidade, quanto no fonológico quantitativo latino para o qualitativo no português, reduzindo o número de entidades fônicas distintivas. No plano morfológico a concisão latina assume a forma perifrástica analítica comum às línguas romances, que por muitos séculos serviram à comunicação oral enquanto o latim predominava na língua escrita.<sup>55</sup>

O crescente avanço da língua, seu afastamento do latim e sua busca por autonomia e consolidação obrigaram-na a buscar na fonte latina elementos que a auxiliassem e suprissem suas carências linguísticas, conforme Silva & Osório (2008-96)<sup>56</sup> asseveram. O latim também inspirou as grandes realizações estético-literárias do “século de ouro” em Portugal. Esse movimento não foi um abrupto retorno completo ao latim, mas visitas conscientes buscando soluções linguísticas que suprissem as carências do ainda incipiente português.

Maia (1999-88) traz a colação a influência latina na ortografia, v.g., ocasionada por acentuada pressão erudita, sendo corrente a busca incessante em dar às palavras sobrecarregada roupagem etimológica que, não raro, beiravam o exagero e acabavam por induzir a erros de pseudo-etimologia, nas palavras de Maia, e acabaram por criar falsas etimologias e falsas analogias que encontram feraz terreno entre incautos leitores para se desenvolverem.

Essa necessária reaproximação havida entre o português e o latim foi impulsionada pelos mais diversos motivos, tanto linguísticos quanto estilísticos literários, que depreenderemos mais detalhadamente no próximo Capítulo deste trabalho.

---

<sup>55</sup> V. Maia (1999 - 86,87).

<sup>56</sup> Segundo Silva & Osório (2008 - 96) “No século XVI, consolidam-se as estruturas morfo-sintáticas da língua portuguesa, sob a influência do latim, das tentativas de codificação gramatical e, ainda, através das grandes realizações estético-literárias do chamado “século de ouro” de Portugal.”

## 2.2 O Renascimento das Letras e das Artes e seu contributo para a reaproximação do português com o latim

*“Y con estos latinicos y otros tales os tendrán siquiera por gramático, que el serlo no es de poca honra y provecho el día de hoy.”<sup>57</sup>*

Ou,

*“E tambem, qualquer cousa pera ter preço antre nós, á de ser dita en grego ou latim: ca esta magestade tem o antigo e estrangeiro<sup>58</sup>.”*

Claro está, pelos excertos de Cervantes e João de Barros, que o uso do latim era sinônimo de erudição e magnificava toda e qualquer obra literária que quisesse ter aceitação entre a elite cultural e econômica da época, e proporcionar bom trânsito na corte para os literatos artistas, tanto em Portugal quanto em Espanha. Tornara-se nessa época a *Delenda Carthago* dos escritores e da elite cultural. Essa predileção pelo Latim mostrava-se tendente desde os tempos da língua falada e escrita pela Casa de Avis, estendendo-se e intensificando-se entre a realeza lusitana e fazendo com que os escritores retomassem seu uso em suas obras. Seu ápice deu-se no Renascimento, movimento que na Literatura propunha a volta aos Clássicos tanto no estilo quanto na linguagem.

A fim de contextualizarmos essa retomada do latim e dos Clássicos, cabe lembrarmos como era a situação das línguas faladas e escritas na Península Ibérica antes do século XVI. Os romances peninsulares autônomos surgiram por volta do início do século VIII e serviram por séculos exclusivamente à comunicação oral sendo os séculos IX e XII marcados pela grande tensão entre o romance oral e o latim escrito. Após esse tenso período, o romance do Ocidente peninsular, nessa época o galego-português, passa a ser usado na escrita e começa a deparar-se com inúmeras carências linguísticas que acabam por obrigá-lo a reaproximar-se do latim para suprir essas suas necessidades de comunicação.<sup>59</sup>

Detendo-nos um pouco mais sobre a questão da influência do estilo latino na escrita, inferiremos que o uso dos cultismos na escrita, além de elegante era extremamente necessário para melhorar as possibilidades expressivas de nosso idioma.<sup>60</sup> O incipiente português não dispunha de vocabulário suficiente para atender às necessidades, sua fonética era titubeante entre outras carências, como as sintáticas, v.g., sendo essa aproximação entre as línguas constante e perene.

O Renascimento prementemente impeliu os literatos a buscarem formas latinas no estilo e na escrita que dessem erudição aos textos, salientando que erudição era,

---

<sup>57</sup> Prólogo - *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha* - Miguel de Cervantes.

<sup>58</sup> João de Barros in *Diálogo da Viciosa Vergonha*, extraído de Raízes Greco-Latinas da Cultura

<sup>59</sup> A esse respeito, vejamos esta nota de rodapé de Maia (1999 -87) acerca da adoção da escrita pelos romances ibéricos: “Iniciado nos séculos VIII e IX, esse processo só tizará concluído quando, no século XVI, as línguas românicas triunfam definitivamente sobre o latim. Um momento decisivo nesse processo, embora variável em cada zona da România, é o que corresponde à inovação que significa a adopção da escrita pelas línguas vernáculas. No espaço galego-português essa emancipação só se verifica em finais do século XII e primeiros anos do século XIII.”

<sup>60</sup> V. Maia (1999 - 85).

na época, mirar-se nos Clássicos. Essa pressão sobre a nascente língua lusitana acelerou sobremaneira sua necessária reaproximação da língua que lhe dera origem. Como já vimos, no extenso Império Romano no Ocidente o latim coloquial sobrepujou as línguas autóctones e consolidou-se como língua oficial das terras conquistadas. O latim coloquial sofreu mutação ao longo dos séculos e transformou-se nos romances falados nas diversas regiões do Império, que se afastaram muito da língua falada aquando da conquista da Península Ibérica. Nesse sentido, vejamos o que nos diz Maia (1999-85):

“Constitui objectivo da presente comunicação pôr em evidência como o latim foi o principal manancial e fonte permanente do nosso enriquecimento linguístico. Depois de ter dado origem ao português e às demais línguas irmãs, o latim, *lingua mater*, foi o idioma que mais generosamente cooperou na ampliação e renovação do português: pelo facto de ter sido - e, em parte, continuar ainda a ser - o superstrato cultural mais importante da civilização ocidental, a língua latina contribuiu, de forma ininterrupta, ao longo de toda a nossa história linguística, para melhorar as possibilidades expressivas do nosso idioma. Ao longo de todo o seu percurso temporal, o português reaproxima-se constantemente da língua que lhe dera origem para aumentar o seu caudal léxico - quer se trate de pura necessidade nominalizadora, quer de carências sentidas em função de intenções estéticas - ou para obter efeitos de matização conceptual, de sonoridade fonética ou de maleabilidade sintáctica. A herança latina não foi, pois, uma herança estática, mas uma herança em permanente enriquecimento e renovação. Foi esse legado, constantemente revitalizado e revigorado, que tornou o português um dos grandes veículos culturais do Homem.”

Como vemos, esse movimento de reaproximação do português com o latim está ainda em evolução, e pode ser explicado pelas necessidades que o português vem sentindo em seu desenvolvimento de expressar o mais fielmente possível a ideia de seus falantes, ou seja, a necessidade da comunicação mais perfeita e inteligível faz com que se busque termos ou palavras que melhor expressem os sentimentos e suas necessidades. Maia (1999 -87,88) chamou *relatinização da língua*<sup>61</sup> a esse processo de reaproximação do português com o latim.

Além da questão da pretensa exibição de erudição e requinte que o uso do latim demonstrava terem aqueles que costumeiramente o usavam na escrita e na fala, o afastamento da língua latina que o português naturalmente desenvolveu quando seguiu sua *carreira solo* para consolidar-se como língua independente, acabou por torná-lo uma língua neolatina com muitas carências de vocábulos que pudessem melhor expressar as ideias dos falantes e escritores. Essa grande carência de vocabulário da língua portuguesa dominante até o século XV impeliu a busca de termos latinos para suprir esse vazio existente na língua, com bem pontua Maia (1999-89):

“A dificuldade de encontrar correspondência em português para alguns termos latinos revela a carência em que se encontrava a língua portuguesa no século

---

<sup>61</sup> Segundo Maia (1999 – 87,88), “Iniciou-se, então, um processo - ininterrupto e plural – de (re)latinização da língua portuguesa que, ao longo de todo o seu percurso temporal, será constantemente revigorada por uma consciente e voluntária reaproximação da língua latina. Esta influirá, a partir de então, no desenvolvimento histórico do português como, aliás, de outras línguas românicas, mediante empréstimos lexicais, decalques semânticos e sintácticos e, ainda, mediante a transmissão dos seus numerosos elementos de formação e das regras que presidem à construção de compostos. Na própria história da ortografia é constante a influência do código gráfico latino. Na realidade, quando o romance do Ocidente hispânico passou à escrita, verificou-se a transposição, com algumas inevitáveis incoerências, do sistema gráfico latino e de cada um dos seus grafemas para representar as unidades fónicas do novo sistema fonológico, algumas das quais não existentes na língua de Roma.”

XV, na transição da Idade Média para o Renascimento, sobretudo no domínio do vocabulário abstrato.” (Grifo nosso)

A reaproximação do português com o latim deu-se, pelo que entendemos, não só pelo desejo de uso de cultismos, mas porque o português era uma língua em formação que não dispunha em seu léxico de tudo aquilo que seus falantes necessitavam. Grifamos abstrato na citação de Maia porque as coisas concretas, ainda que com variações em seus nomes por muitos motivos, são relativamente simples de serem nominadas e os empréstimos de línguas estrangeiras podem suprir facilmente essas lacunas.

Se tomarmos por exemplo o vocábulo *sertã*, largamente usado na Guarda e em partes das Beiras para designar *frigideira*, veremos quão estranho soará aos visitantes lisboetas que se surpreendem com o termo, mas logo absorvem e usam-no para exemplificar a diferenças de Lisboa e da Guarda, e.g. O vocábulo *propina* na acepção das escolas portuguesas causa cômica surpresa aos desavisados estudantes brasileiros acostumados com o perverso desvio de caráter associado ao vocábulo no Brasil. É a lógica platônica do *Crátilo* aplicada às palavras e seu sentido, como já vimos neste trabalho. Já os substantivos abstratos são mais complexos de exprimir, e deles o português foi prover-se no latim, como bem pontuou Maia.

Consideramos que as ideias Renascentistas de retomada da herança cultural greco-romana que povoavam a Europa do Século XVI, desvencilhando-se dos ideais medievais que impregnavam a cultura e a sociedade, impulsionaram essa busca pelos cultismos latinos e influenciaram grandemente a língua. Vejamos neste excerto de Maia (1999-92) como o retorno aos Clássicos influenciou a língua no século XVI:

“Como resultado dessa admiração pelo mundo greco-latino surgiu a tentativa de transferir para as línguas românicas usos sintáticos latinos e palavras cultas que atingem cada vez com mais intensidade o vocabulário. Os cultismos passaram a ser usados de modo consciente e intencional como um elemento enriquecedor da língua, como manifestação de elegância culta e como marca de prestígio. A reflexão empreendida pelos gramáticos e ortografistas do século XVI repercutiu-se no «estabelecimento de modelos de prestígio e ( ... ) de referência normativa». Com efeito, a latinização da língua, a reaproximação da língua-mãe, toma-se uma importante componente do padrão linguístico, da variedade prestigiosa da época.” (Grifo nosso)

Observamos que o cultismo do latim, além de enriquecer sobremaneira o léxico e a sintaxe do português, torna-se também o padrão linguístico da época a ser seguido. Quanto mais a língua neolatina se aproximasse da língua-mãe, mais valor ela tinha perante os gramáticos e a intelectualidade da época. Nesse sentido, Maia (1999 - 92) apresenta-nos o seguinte panorama:

“Num ambiente cultural com estas características é natural que tenha sido intensíssimo o influxo latino na linguagem literária e poética. São frequentíssimos os elementos vocabulares não tradicionais importados directamente do latim. Em nenhuma época da nossa história linguística e literária foi tão intensa a latinização do vocabulário como no período quinhentista em que a familiaridade dos escritores com os grandes textos da cultura romana conduziu não só à adopção de palavras latinas como ao alatinamento formal de formas lexicais hereditárias ou, ainda, ao decalque semântico. Se unirmos à frequente alusão a mitos e episódios históricos da Grécia e de Roma os abundantíssimos cultismos léxicos, faremos uma ideia do alarde de eruditismo que caracteriza a linguagem dos escritores deste período.”

Da reaproximação entre o português e o latim tratada neste capítulo cremos haver esclarecido o *quantum sufficit* quais motivos levaram as línguas a se reconciliarem: a consolidação do português como língua falada e escrita exigia soluções para lacunas linguísticas, tanto de carência do léxico quanto de questões morfológicas e sintáticas que somente a língua latina poderia fornecer, pois o português originara-se dela e dela se afastara na sua natural evolução. Quando percebeu suas carências linguísticas foi para ela que se voltou para suprir essas constantes carências linguísticas, movimento ainda perene devir.<sup>62</sup>

O português, como suas irmãs neolatinas, desvencilhou-se do latim primeiramente na oralidade e posteriormente sentiu a imperiosa necessidade de expressar-se por escrito. Como já se diferenciara sobremaneira do latim,<sup>63</sup> a nova língua tinha gritantes carências linguísticas que a tornavam, digamos, uma língua *bárbara*, se a considerarmos sob o aspecto dado pelos gregos aos povos que não falavam grego que, segundo Coelho (1868-12), eram chamados *αλλοσσοον*, os que não têm língua, ou mudos, pois a língua era insuficiente para expressar os sentimentos e ainda pobre para representar o florescente Reino de Portugal, que carecia de uma língua que atendesse plenamente suas necessidades de comunicação.

A descoberta de um novo caminho para as Índias contornando o continente africano e a fundação do império português no Oriente, dada magnitude de ambos, elevava Portugal à condição de potência marítima e legara-lhe destaque permanente na História Mundial por tais feitos que deram ao mundo não apenas um novo caminho para as Índias, mas um novo caminho para o futuro. Tais feitos clamavam por um Virgílio lusitano ou por um Homero pervigil cuja pena bem discorresse sobre os ainda inefáveis feitos. *Fizeram-se os deuses semelhantes aos homens e desceram até nós*<sup>64</sup> a fim de servir-nos nesse engenhoso e artístico mister, cabendo à figura ímpar de Luiz Vaz de Camões, o *Homero das línguas vivas*, nas palavras de Alexandre de Humboldt muito bem referido por Braga (ND-4) essa árdua e magnífica tarefa. Esse novo panorama mundial dos séculos XV e XVI, bem como os anseios lusitanos predominantes à época, foram bem discorridos por Epifânio Dias (1916 - XI) no prefácio de sua obra.<sup>65</sup>

### 2.3 *Ecce homo!*<sup>66</sup>

Luís Vaz de Camões nasceu em Lisboa provavelmente no ano de 1524, e foi *posto em sossego* de sua turbulenta vida no dia 10 de junho de 1579 ou 1580. Sabe-se que frequentou a corte de D. João III e que recebeu, por ordem de D. Sebastião, pensão pelos relevantes serviços prestados à Coroa Portuguesa. *Nemo sua sorte contentus!* Queixava-se que sua obra não recebia a merecida aceitação pelo público, aventando-se de que tenha passado seus últimos dias em sérias dificuldades financeiras,

---

<sup>62</sup> V. Maia (1999 – 85).

<sup>63</sup> V. Maia (1999 – 86,87), conforme tratamos na parte final do Capítulo anterior.

<sup>64</sup> Referência à passagem bíblica reportada em Atos dos Apóstolos, 14,11, quando Paulo, o Apóstolo, juntamente com Barnabé pregavam o Evangelho em Listra, na Licaônia, e fizeram andar miraculosamente um homem coxo de nascença. Os gentios presentes clamaram que os deuses tomaram forma humana e desceram entre eles, e começaram a chamar Barnabé de Júpiter e Paulo de Mercúrio, porque este era quem falava. (Almeida – 1969)

<sup>65</sup> “O descobrimento do caminho marítimo para as Índias pelo Cabo da Boa Esperança, seguido da fundação do império português no Oriente, foi tão estrondoso feito, que desde logo, pela voz de poetas e prosadores, começou a ser manifestado o vivo desejo de que surgisse quem pudesse celebrá-lo condignamente em um poema heroico.”

<sup>66</sup> Palavras de Pôncio Pilatos aos judeus quando lhes apresentou Jesus de Nazaré já coroado de espinhos.

informação confirmada por Epifânio Dias (1916 - XVI)<sup>67</sup>, citando testemunho de Diogo do Couto<sup>68</sup>, historiador português e amigo íntimo do poeta que o ajudou a regressar de Moçambique a Lisboa para apresentar sua obra-prima à corte portuguesa. *Um profeta só é desonrado na sua pátria e na sua casa*, disse Jesus no Evangelho reportado por Mateus<sup>69</sup> na tradução de Lourenço (2017 - 105). Infelizmente pouco ou quase nada se sabe de sua biografia, porém sua arte legou-lhe o poder de figurar entre *aqueles que por obras valerosas se vão da morte libertando*.

*Camões era um poeta dos sentidos*, respondeu Rodrigues (2010 - LIV) a Afonso Lopes Vieira quando questionado sobre a influência petrarquista nos versos camonianos. Os petrarquistas eram concebidos, segundo relata Rodrigues, como meros fabricantes de versos que não conseguiam expressar nenhum sentimento vivido. Camões não, conseguia transmitir com singularidade em seus versos a poesia que povoava sua sensível alma literária, mormente pelos muitos amores das mulheres que passaram por sua vida, e.g. Dinamene, Isabel Tavares e pela Infanta D. Maria.

Há especulações quanto à paixão que alimentara pela Infanta Dona Maria<sup>70</sup>, razão de seus sucessivos desterros e infortúnios, conforme bem assevera Aníbal Pinto de Castro<sup>71</sup> in Rodrigues (2010 - XLI):

“Felizes os homens e os tempos em que os Reis ouvem os Sábios para com eles humildemente aprenderem! Neles o saber se aliou à incessante procura da verdade e da beleza, pois a sensibilidade estética era parte integrante da perspectiva em que viam os textos. Sob o manto austero da erudição ondeavam as pregas da mais diáfana fantasia! Em José Maria Rodrigues essa aura de fantasia está bem patente na interpretação poética, ainda que desfocante, da interpretação dos pretensos amores de Camões pela Infanta D. Maria.”

Observemos que, ao citar a obra de Rodrigues, Castro escreve sobre *pretensos amores de Camões*, pois pouco ou quase nada se sabe sobre a vida amorosa do *Homero das Línguas Vivas*, especulando-se, porém, haver sido o amor por essa infanta a mulher que povoara seus pensamentos e guiara seu errante coração. Não podemos, no entanto, afirmar com segurança sobre quem seria sua musa, além das Tágides que o inspiraram a escrever *Os Lusíadas*<sup>72</sup>, obra à qual nos referiremos nesse Capítulo.

---

<sup>67</sup> Segundo Epifânio Dias, o testemunho de Diogo do Couto corrobora tanto a data do poema quanto a situação paupérrima do poeta: “‘Em Moçambique achamos aquele Príncipe dos Poetas de seu tempo... Luís de Camões, tão pobre que comia de amigos... e aquele inverno esteve em Moçambique, acabou de aperfeiçoar as suas *Lusíadas* pera as imprimir’. No inverno de 1569 para 1570 estava Camões em Moçambique limando seu poema, segundo testemunho de Diogo Couto na oitava década.”

<sup>68</sup> Diogo do Couto (1542 - 1616) historiador com a função de guarda-mor na Torre do Tombo de Goa. Viajou para o Estado Índia em 1559, regressando dez anos depois. Atribuem-lhe a célebre frase: *se o oceano, em vez de água, fosse uma estrada, estaria toda calçada de ossos de portugueses, perdidos em tão perigosa viagem*.

<sup>69</sup> A citação encontra-se no Evangelho Segundo São Mateus 13-57.

<sup>70</sup> É de Maria do Céu Fraga in Rodrigues (2010 - LIII) a seguinte citação em nota de rodapé: “Afonso Lopes Vieira corroborará esta perspectiva, que o fará assegurar na carta referida na nota anterior: ‘a tese da Infanta permanecerá inexpugnável enquanto as duas interpretações da Lírica de Camões forem estas e só estas: - ou Camões amou, celebrou e sofreu desterros por influência de uma mulher de qualidade social muito superior à dele próprio, ou os seus versos foram feitos no ar, e Camões passará a ser, entre todos os poetas de todas as idades, o único em cuja obra lírica se não pode entrever qualquer significado autobiográfico’”.

<sup>71</sup> O excerto citado foi escrito por Aníbal Pinto de Castro nos *Estudos Introdutórios* da obra, juntamente com Evanildo Bechara e Maria do Céu Fraga.

<sup>72</sup> Quanto ao étimo do título da epopeia, vejamos o que nos diz Epifânio Dias (1916): “*Lusíadas* equivale a ‘Lusitanos’, isto é ‘Portugueses’. Os nossos literatos da Renascença iniciaram o emprego de ‘lusitano’ como sinônimo de ‘português’, e segundo Alexandre Herculano (na Introdução da *História de Portugal*), o Bispo D. Garcia de Meneses foi o primeiro que, em uma oração em latim proferida perante Sixto IV em

Rodrigues (2010 LIII) atribui à influência de Petrarca<sup>73</sup> o haver Camões idealizado diversas mulheres a quem dedica apaixonados versos, questionando se a finalidade era dar forma literária em sua obra a amores que não sentia, ou se seria um amante por temperamento à antiga portuguesa.<sup>74</sup> Limitar-nos-emos a aventar apenas alguns aspectos da vida amorosa do poeta, já que o assunto requer estudo mais acurado e aprofundado para que possamos conjeturar sobre seus amores e a influência porventura exercida sobre sua obra. Fernando Pessoa<sup>75</sup> complica-nos ainda mais essa questão ao afirmar séculos mais tarde que *o poeta é um fingidor que finge tão completamente que chega a fingir que é dor...*

Retomando as assertivas de Cervantes e João de Barros, dentre outras inúmeras encomiásticas citações, estamos seguros de que o copiar os Clássicos era, certamente, a maneira de chegar-se às cortes ibéricas e lograr êxito na carreira artística usada pelos artistas da época. Para isso, era necessário ter domínio das ditas Línguas Clássicas e conhecer a Literatura e História Clássicas. Esse conhecimento era um passaporte para a corte e para a fama, como o foi para muitos artistas em toda a Europa Renascentista.

Todos esses requisitos eram fundamentais, como vimos, para se ter aceitação na elite de então, porém seriam insuficientes sem a verve poética de quem houvesse bebido das *águas do Parnasso*. Camões superou as expectativas dos líricos, prosadores e dos nobres portugueses e legou-nos n’*Os Lusíadas* não um amontoado de informações cronologicamente dispostas, legou-nos muito mais que uma epopeia em versos decassílabos, legou-nos História, Mitologia e revolucionou a língua, enriquecendo-a com latinismos incorporados ao léxico que lhe mudaram a feição e suprimiram lacunas existentes no pobre vocabulário do incipiente português. Fê-lo, contudo, artística, erudita e poeticamente, como todos bem sabemos ao deleitarmo-nos em seus difíceis, sensíveis e eruditos versos.

O próprio poeta defendeu sua autoridade intelectual, fruto de laborioso estudo<sup>76</sup>, além da singular experiência que os constantes desterramentos lhe proporcionaram. Como bem asseverou Epifânio Dias (1916 - XI)<sup>77</sup>, Camões concebeu um plano bem mais vasto que abrangeu feitos bélicos e marítimos e promoveu a dilatação do império português e do Cristianismo. Sobre a já inferida erudição do poeta, Epifânio Dias (1916 - XVIII) traz-nos ao lume as seguintes informações de Luís de Camões:

---

1481, designou os portugueses pelo vocábulo *Lusitani*. (...)Uma lenda de que o poeta dá relção em III - 21 e VIII 2 - 3, dizia que Luso dera o nome à Lusitânia.”

<sup>73</sup> Francesco Petrarca (1304 - 1374), considerado o Pai do Humanismo, foi poeta, romancista e intelectual e um dos aperfeiçoadores do soneto e grande influenciador dos poetas Renascentistas.

<sup>74</sup> Vejamos este questionamento do camonista acerca dos reais motivos de Camões cantar suas musas, se era amor verdadeiro ou apenas obedecia às formas literárias: “Pertenceu [Camões], como autor [lírico], à chamada escola petrarquista, isto é, idealizou uma ou mais criaturas femininas, fazendo-lhes versos como se morresse de paixão por elas, cantando-as como se fossem senhoras do seu coração, mas só com a mira em dar forma literária a impressões que não sentia ou foi um amoroso por temperamento, um amoroso, digamos assim, à antiga portuguesa?”

<sup>75</sup> Fernando Pessoa, poeta português (1888 – 1935) in *Autopsicografia*.

<sup>76</sup> “Nem me falta na vida honesto estudo, / Com longa experiência misturado, / Nem engenho, que aqui vereis presente, / Cousas que juntas se acham raramente.” *Os Lusíadas* (X - 154).

<sup>77</sup> “Tomando sobre si satisfazer a esses votos, Luís de Camões concebeu plano bem mais vasto: propôs cantar não só o feito que assegurou aos portugueses lugar proeminente na História Universal, senão também glórias bélicas e marítimas que se aureolaram no assombroso engrandecimento de tão exíguo Estado primordial, e conseqüentemente, na dilatação do Cristianismo. Camões não quis deixar-nos uma série cronológica de quadros históricos, qual é o poema de Sílio Itálico\*, senão uma epopeia, moldada na *Eneida*, em que houvesse unidade de ação.” O poema *Púnicas* é a única obra desse poeta romano.

“Camões, da mesma maneira que os espíritos mais cultos da Renascença, possuía vastíssima instrução humanística. Era muito versado na litteratura latina antiga, nos seus diferentes períodos, e da lingua de Vergilio assenhoreou-se a tal ponto, que às vezes a phrase portuguesa nos *Lusíadas*, por nimiamente conforme ao typo latino, perde um tanto a limpidez<sup>78</sup>. Da litteratura grega naturalmente há-de entender-se que fosse bom conhecedor, pelo menos por meio de traducções; mas neste particular não há indícios claros, senão quanto a Homero e porventura Plutarcho. Bastantes passos das suas obras dão testemunho de que também o cativava a leitura da Bíblia; attente-se particularmente na formosíssima paraphrase do psalmo *Super flumina Babylonis*, as redondilhas *Sobolos rios*... Das litteraturas modernas eram-lhe familiaríssimas a castelhana e a italiana, e d'esta última conhecia não só os representantes mais illustres, mas até poetas de ordem inferior, taes como Antonio Minturno. As leituras latinas do nosso Poeta abrangiam também escriptores modernos, nomeadamente, d'entre os portugueses André de Resende, d'entre os italianos Sannazzaro.”

Creemos que esse excerto corrobora a já famigerada erudição do poeta citada neste trabalho e atesta sua genialidade ao parafrasear o Salmo 137<sup>79</sup> esbanjando conhecimento bíblico e arte para deleitar seus leitores com a mesma e antiga história vertida em versos de singular qualidade e beleza. O caráter religioso d'*Os Lusíadas* também deve ser levado em conta, haja vista ser um dos arautos do Cristianismo lusitano junto aos pagãos, cujo proselitismo elevava os portugueses à condição de fiéis aliados da Igreja Católica, uma das grandes interessadas na expansão portuguesa. A erudição do poeta e sua genialidade poética foram também atestadas pelo censor do Santo Ofício, Frei Bertholameu Ferreira,<sup>80</sup> cuja benevolência para com o poema ainda é fruto de discussões acadêmicas sobre supostas lendas em torno do frei e seu parecer sobre *Os Lusíadas*, a quem coube a incumbência de analisar se tratava-se ou não de obra com cariz herege. Anastácio (2017) detém-se sobre a veracidade ou não do parecer do clérigo, analisando algumas correntes que defendem tratar-se de lenda e outras que sustentam a veracidade do texto, bem como a controversa erudição do frei.

Ao analisarmos as adversas condições em que Camões viveu e escreveu suas obras, nossa admiração pelo poeta aumenta exponencialmente. Se analisarmos a obra de Camões sob o aspecto do *par conditio*, e considerarmos que, hipoteticamente, todos os literatos da época teriam acesso às mesmas fontes acessíveis ao poeta, há clara desvantagem para Camões,<sup>81</sup> que não gozava de abastada condição financeira que lhe

---

<sup>78</sup> O autor cita como exemplo o Canto II, estrofe 54 d'*Os Lusíadas*.

<sup>79</sup> Na versão Almeida 1969, essa é a numeração do citado Salmo.

<sup>80</sup> “Vi por mandado da santa & geral inquisição estes dez Cantos dos Lusíadas de Luis de Camões, dos valerosos feitos em armas que os Portugueses fizerão em Asia & Europa, e não achei nelles cousa algũa escandalosa nem contrária â fe & bõs costumes, somente me pareceo que era necessario aduertir os Lectores que o Autor pera encarecer a difficuldade da nauegação & entrada dos Portugueses na India, usa de húa fição dos Deoses dos Gentios. E ainda que sancto Augustinho nas sas Retractações se retracte de ter chamado nos liuros que compos de Ordine, aas Musas Deosas. Toda via como isto he Poesia & fingimento, & o Autor como poeta, não pretende mais que ornar o estilo Poetico não tiemos por inconueniente yr esta fabula dos Deoses na obra, conhecendoa por tal, & ficando sempre salua a verdade de nossa sancta fe, que todos os Deoses dos Gentios sam Demonios. E por isso me pareceo o liuro digno de se imprimir, & o Autor mostra nelle muito engenho & muita erudição nas sciencias humanas. Em fe do qual assiney aqui.” Frei Bertholameu Ferreira, conforme cita Epifânio Dias (1916 - 304).

<sup>81</sup> Correa da Silva cita comentário de Sousa Viterbo sobre a obra de Manuel de Faria e Sousa, na qual exaltava a erudição de Camões, mormente por sua difícil condição financeira e agitada vida: “Por muito grande que fosse a erudição do cantor d'*Os Lusíadas*, custaria ainda assim admitir que ele tivesse tido tempo e paciência para ler tantos autores. Não foram longos os anos de seu trânsito em terra, esses mesmos ocupados e agitados, e mal se lhe compreende que a sorte lhe reservasse tão apetecidos e apetitosos ócios literários. Isso era bom para um Sá de Miranda, a quem o mimo de duas rendosas comendas, além de outros bens de fortuna, permitiam filosofar no remanso de riozinhos pitorescos, que lhe serpenteavam a solarenga propriedade minhota.”

permitisse desfrutar do ócio criativo, como desfrutara Sá de Miranda. Quanto mais aprofundamo-nos na vida e obra de Camões, mais admiramos seu talento e inteligência, seus grandes diferenciais cantados na epopeia: *engenho, arte e honesto estudo, cousas que juntas se acham raramente*. Em suma, mesmo em gritante desvantagem devido suas agruras financeiras e a inquietação daí recorrentes, o portentoso Camões mostrou erudição e conhecimento em várias áreas - quase um polímata! - com a estrondosa vantagem de ter sido agraciado com singular verve poética que não se adquire nas academias, é talento nato próprio das pessoas agraciadas por Deus. *Nascuntur poetae, fiunt oratores*.

Redundante afirmar que além de conhecer profundamente as línguas e a História Clássica, obras literárias clássicas e até algumas de menor expressão, Camões também era profundo conhecedor e apaixonado pela História da Lusitânia, como bem aponta Epifânio Dias (1916-XVI):

“Camões afirma nos *Lusíadas* com insistência que para assombrar o mundo com as glórias dos Portugueses só há mister recorrer à verdade da história. E de facto em todo o Poema, Camões, no que é essencial, segue fielmente a história – é bem de ver, como ella era compreendida no seu tempo e no seu país, passando ás vezes por factos authenticos o que eram puras lendas –.”

Epifânio Dias critica alguns dos relatos camonianos de feitos portugueses e da História Lusitana tomando-os por pura ficção, ao passo que o poeta narra-os como fatos e feitos históricos. O autor não aponta nenhum trecho d’*Os Lusíadas* nem de outra obra de Camões que corrobore essa assertiva, apenas versos nos quais o poeta defende a autenticidade dos fatos narrados<sup>82</sup>. Já Braga (ND - 6) discorre sobre as lendas existentes na Lusitânia desde épocas pré-românicas, e assevera que a memória lusitana dos coevos de Camões estava ainda ciente do elo que mantinham com os valentes povos pré-românicos da Península Ibérica, cuja história sofrera inúmeras tentativas de banalização e associação ao imaginário lendário, com vistas ao envilecimento da gente lusitana e sua história, conforme veremos neste excerto:

“No tempo do grande épico ainda se não tinha perdido o conhecimento da relação de continuidade histórica entre Portugal e a antiga Lusitânia, mais vasta e por isso mais violentamente retalhada pela administração imperial romana. Esse conhecimento, embora confundido com as lendas sincréticas dos falsos Cronicões, influiu na consciência do nosso individualismo étnico e nacional. O esforço de desnacionalização de Portugal pela política da unificação ibérica, veio até refletir-se nos próprios historiadores pátrios, levando-os a considerar Portugal uma formação recente, adventícia, sem individualidade, e a Lusitânia quase como uma ficção banal dos eruditos da Renascença! Mas o caráter persistente do tipo português, a resistência tenaz contra todos os conflitos da natureza e pressões da vida, que tanto o distingue entre os povos modernos, é a prova manifesta da raça lusitana como a descreveram os geógrafos gregos e romanos.”

Comparando essas duas asserções inferimos que o poeta tinha conhecimentos históricos da antiga Lusitânia e de suas lendas, pois em seu tempo, como afirma Braga, a relação histórica entre Portugal e a Lusitânia ainda era conhecida dos portugueses. Destarte, entendemos que Camões sabia o que era real e o que era ficção na história de Portugal e da Lusitânia. O usar lendas lusitanas comparando-as muitas vezes no poema com as lendas Clássicas faria, no nosso entender, parte do estilo poético de

<sup>82</sup> Epifânio Dias cita o Canto V, estrofe 89 d’*Os Lusíadas*: *Ventos soltos lhe finjam, e imaginem/ Dos odres e Calipsos namoradas;/ Harpias que o manjar lhe contaminem;/ Descer às sombras nuas já passadas:/ Que por muito e por muito que se afinem/ Nestas fábulas vãs, tão bem sonhadas,/ A verdade que eu conto nua e pura/ Vence toda grandiloqua escritura*.

Camões. Se tomarmos como exemplo a figura mítica de Viriato, cuja existência é também atestada na *Crónica Geral de Espanha de 1344*,<sup>83</sup> inferiremos referir-se o poeta a um herói que, se não protagonizara todos os heroicos feitos que se lhe atribuem, há que se admitir haver existido, ainda que com mais feitos lendários que históricos. Situações afins são comuns a muitas outras civilizações e culturas. Outrossim, havemos que considerar que os relatos camonianos da História da Lusitânia eram interpretados pelo público coevo à luz do conhecimento que se tinha à época dessa questão, podendo soar estranho e lendário para os lentes em séculos futuros que não viveram sob essa influência dominante aquando da publicação da obra. A pelo me acodem Ulisses e Eneias, apenas para citarmos dois heróis protagonistas de obras clássicas que citam a mítica Troia, cujos achados arqueológicos atestam sua existência, porém pouco sabemos com segurança sobre fatos históricos para diferenciarmos-os das lendas. Em suma, o próprio Camões homem é hoje um mito das Letras cujos feitos e a brumosa existência causarão controversa admiração *ad vitam aeternam*.

Havemos que considerar que a realidade social e cultural do poeta era outra que não a de Epifânio Dias, ou seja, a memória da Lusitânia era muito mais forte e presente no imaginário popular português do século XVI do que na época de Epifânio Dias, e a epopeia foi escrita sob influência dessa verdade então absoluta, ou pelo menos com essa visão da História da Lusitânia. Destarte, apesar de Epifânio Dias ter tido acesso a fontes coevas e outras ligeiramente posteriores a Camões que provavelmente insinuavam que o poeta tomara lendas por fatos, afirmar peremptoriamente ser uma coisa ou outra é temerário.

Sua genialidade é, merecidamente, cultuada por grandes nomes lusitanos que veem nele muito mais que um poeta, veem um intérprete da alma lusitana, como bem descreve, apaixonadamente, Braga (ND-5):

“O cantor das grandes Navegações foi quem teve a mais alta compreensão do génio nacional; a alma Portuguesa achou no seu Poema a encarnação completa. Quando Camões descreve nos *Lusiadas*, geográfica e historicamente Portugal, referindo-se à tradição da antiga Lusitânia, relembra o vulto que simboliza a sua vitalidade resistente, diante da incorporação romana da península hispânica.”

Quanto assertiva que *a alma Portuguesa achou no seu Poema a encarnação completa*, cabe a seguinte ressalva em nota de rodapé feita por Epifânio Dias (1916-XII):

“Negar que Vasco da Gama, ‘aquelle.. que para si de Eneas toma a fama’ (I 12), á o heroe dos *Lusiadas*, e fallar de um « heroe colectivo», é fingir desconhecer o valor tecnico do termo ‘heroe e cerrar os olhos á evidencia.”

Soares Barbosa (1859-9) apresenta a seguinte opinião sobre quem realmente é o herói da epopeia e qual título ficaria melhor n’*Os Lusiadas*:

“O título deve mostrar d’algum modo o sujeito do poema, e assim se pode tomar, ou do nome do heroe ou da acção, ou do logar em que esta se passou. A *Eneida* de Virgilio, a *Iliada* de Homero, servem de exemplo pelo que peccou nesta parte Camões intitulado o seu poema *Lusiadas*. É este um termo vago,

---

<sup>83</sup> De Silva & Osório (2008 - 44) destacamos o seguinte excerto: “Na *Crónica geral de Espanha de 1344* (CGE tomo II: 102 e de acordo com o texto do CIPM, capítulo 68) relata-se, do seguinte modo, o fim do cabo de guerra lusitano: *Vyaraço, aquel ladrom que desuso ouvystes, guerreou con os Roma-a-os quatorze annos80 e desbaratoulhes muytas hostes e matou delles muytos homeens honrrados. E em cabo mataro-no os seus a grande traiçon, aquelles em que se elle mais fiava. E cuydaron a aver dos Roma-a-os galardón mas elles no- lho quiserom dar, polla grande traiçom que fezerom em matarem assy a seu senhor Viaraço.*

que, sendo commum a todos os portugueses, não particularisa, como devia ser nem o nome do heroe D Vasco da Gama nem o genero da acção do descobrimento da India, nem finalmente o do logar. O mais proprio e acertado seria, á imitação da *Odyssea* de Homero, tomar o titulo do mesmo heroe, intitulado-o a *Vasqueida* ou o *Gama*.”

Epifânio Dias (1916-XXXVI) refere-se ironicamente a Soares Barbosa como *jubilado na Cadeira de Eloquencia e Poezia da Universidade de Coimbra, na sua pedantíssima Analyse dos Lusíadas*, e notamos não haver apreço de Epifânio Dias pelo trabalho nem pela pessoa de Soares Barbosa. Tirante essas rusgas, ambos defendem que Vasco da Gama é o herói da epopeia e não a lusitana gente, como defende Braga. Compactuamos da opinião de Braga por interpretarmos ser a nação portuguesa, cantada incansavelmente por Camões no poema inteiro, a grande heroína d’*Os Lusíadas*, personificada em Vasco da Gama, um dos grandes navegadores portugueses que levou a efeito uma grande façanha portuguesa, que foi a descoberta do novo caminho marítimo para o Oriente.

Outrossim, entendemos ser intenção do poeta não só cantar o feito de Gama porém o de toda gente lusitana, pois para se abrir o caminho marítimo vários capítulos foram escritos com muito sangue e lágrimas. Poder-se-ia escolher outro nauta lusitano, v.g. Bartolomeu Dias, o célebre navegador que renomeou o infausto Cabo das Tormentas. A opção pelo feito de Vasco não exclui absolutamente os demais intemoratos exploradores portugueses, pois certamente todos estão representados na epopeia na pessoa de Gama. Quanto à proposta de Soares Barbosa que o título da obra deveria ser *A Vasqueida* ou *O Gama*, com todo o devido respeito à memória do ilustre filólogo lusitano, *no words!*

## 2.4 *Os Lusíadas* - a obra

A epopeia camoniana, cujo título, a despeito da opinião de Soares Barbosa, remete à designação dada aos portugueses já no Renascimento, conforme Epifânio Dias (1916), foi publicada em 1572, e narra a viagem de Vasco da Gama para as Índias na qual descobriu-se o caminho marítimo contornando o continente africano. Composto de dez Cantos todos em versos decassílabos, o poema foi escolhido para ser analisado neste trabalho sob o aspecto dos latinismos que o poeta usou e o contributo deles na formação e evolução da Língua Portuguesa.

Analisando *Os Lusíadas* ao lume das asserções de vários autores já apresentados neste trabalho, podemos concluir que o poeta o concebeu com atenção voltada ao Classicismo, aplicando sua genialidade criadora com requinte e erudição de um profundo conhecedor da História Clássica, da História de Portugal, bem como de autores Clássicos consagrados, e.g., Virgílio, seu autor preferido e, claro, vasto conhecimento linguístico de latim e grego. Correa da Silva (1931 - 10) cita, ainda, Ovídio, de onde sustenta haver o poeta haurido grande parte do mecanismo mitológico de sua epopeia, Lucano, o poeta da Farsália, e Horácio, ainda que com menor destaque na epopeia. Dentre os prosadores Correa da Silva (1931 - 13) vê a influência de Cícero, v.g., na citação camoniana das *qualidades fundamentais do orador*, a saber *engenho, estudo e experiência*.

Além desses conhecimentos, Luís de Camões teve singular percepção para buscar no latim vocábulos que poderiam ajudar a expressão dos sentimentos humanos que são manifestados pela linguagem, ou seja, Camões deu voz e fala aos afetos e

angústias lusitanas, tolhidos pelo ainda exíguo vocabulário português, ampliando sobremaneira nossos horizontes linguísticos. Nessa epopeia na qual entendemos ser o grande herói a destemida e engenhosa gente lusitana, Camões esbanja talento e erudição a fim de legar-nos sua obra-prima, fonte inesgotável de análises históricas, literárias e linguísticas, como já ficou claro neste trabalho.

Cabe atentar, no aspecto do contributo camoniano para o enriquecimento vernáculo, a observação de Correa da Silva (1931 - 3)<sup>84</sup> sobre o risco de atribuímos exclusivamente a Camões esse evidente enriquecimento sem possuímos aprofundado conhecimento de como estava a língua no período imediatamente anterior à publicação do poema, ou ainda sem analisarmos trabalhos linguísticos que tratem de obras de poetas que escreveram nessa época ligeiramente anterior ao período camoniano, já que o Renascimento instalara-se em Portugal pelo menos um século antes da publicação do poema, influenciando indubitavelmente a literatura portuguesa anterior a Camões. Outra dificuldade proposta por Correa da Silva é a tênue linha fronteiriça entre a *língua popular e a literária*, fator de extrema importância para a Linguística e para a História da Língua, temas discutidos neste trabalho.

Concernentemente a essas assertivas, entendemos que realmente é mister conhecer qual era o estágio da língua portuguesa nos anos que antecederam Camões e as obras escritas nesse período, a fim de termos base científica para afirmarmos com segurança os contributos camonianos para a língua, carência que poderá ser suprida por futuros trabalhos científicos sobre tais autores que tiveram obras publicadas. Já a questão da falta de conhecimento da língua falada nessa época sempre será um hiato linguístico, pois infelizmente não há elementos científicos para resolver esse *nó górdio*, já que dispomos de metodologias que analisam apenas fontes escritas, conforme atestam Silva & Osório (2008 - 28),<sup>85</sup> não havendo possibilidade de se desenvolver nenhum trabalho científico por outras vias. *Verba volant, scripta manent!*

Quanto à influência Clássica n'Os *Lusíadas*, recordamo-nos das aulas ministradas neste Mestrado de Estudos Lusófonos, nomeadamente na cadeira *Raízes Latinas da Cultura Portuguesa*,<sup>86</sup> na qual o brilhante professor José Henrique Manso fazia menção da influência de Virgílio sobre a obra camoniana, mostrando claramente o paralelismo entre a *Eneida* e *Os Lusíadas*, dando como exemplo os primeiros versos das duas obras:

*“As armas e os Barões assinalados/ Que da Ocidental praia Lusitana/ Por mares  
nunca de antes navegados/ Passaram ainda além da Taprobana.”<sup>87</sup>*

---

<sup>84</sup> Observemos neste excerto de Correa da Silva sobre a dificuldade de sabermos o grau de enriquecimento da língua por latinismos antes de Camões, devido não se ter à época do autor estudos aprofundados sobre o tema: “Como é que se pode escrever um trabalho definitivo sobre os latinismos d'Os *Lusíadas*, isto é, sobre a contribuição que Camões trouxe ao enriquecimento da nossa língua literária, se nós não sabemos com exatidão qual era o grau de enriquecimento dessa língua na fase imediatamente anterior à publicação do poema!? Um trabalho desse gênero pressupõe a publicação de monografias sobre a língua de Zurara, de Garcia de Resende, de Damião de Goes, de Sá de Miranda, de António Ferreira, de João de Barros etc.

<sup>85</sup> Segundo Silva & Osório “O estudo dos estados passados de uma língua não pode contar com a experiência e a observação directa do linguista, mas apenas com os dois clássicos métodos conjecturais da **reconstrução** desses estados, baseada na comparação entre as variedades contemporâneas deles geneticamente decorrentes, e da exploração das **fontes escritas** produzidas na época que é objecto de atenção.” (Grifos dos autores).

<sup>86</sup> Retomo aqui e desenvolvo o assunto tratado no trabalho “Influências da Cultura Clássica Romana n'Os *Lusíadas* - Raízes latinas no Camões Épico: como a influência Clássica Latina moldou a obra camoniana e legou-nos a *Última Flor do Lácio*” apresentado na cadeira Raízes Latinas da Cultura Portuguesa em janeiro de 2020 no Curso de Mestrado em Estudos Lusófonos, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

<sup>87</sup> Luís Vaz de Camões: *Os Lusíadas* - *Canto I v l*.

Comparemo-los com os primeiros versos da Eneida de Virgílio:<sup>88</sup>

“As armas canto, e o varão que, lá de Troia/ Prófugo, à Itália e de Lavino às  
praias/ Trouxe-o o primeiro o fado. Em mar e em terra/ Muito o agitou violenta  
mão suprema.”

Certamente a bem fadada intenção de Camões de chamar a atenção de eruditos e nobres da época foi exitosa, já que nesse início de obra é possível identificar que seu estilo Clássico é indelevelmente marcado por fortes traços do poeta Mantuano, claramente observada pela repetição de termos marcantes das estrofes: *armas, mar, Barão - varão e praia*.

Analisemos, ainda, este excerto de Buescu (1992-54/55) sobre a similaridade entre *Os Lusíadas* e a *Odisseia* de Homero:

“Não consideraremos neste caso - porque outros o fizeram e pode considerar-se que exaustivamente - os sistemas de concordâncias entre o poema camoniano e a epopeia de Virgílio. Não nos demoraremos também no inventário necessariamente longo das alusões mitológicas que, constituindo em muitos casos recriações conceituais, se multiplicam ao longo d’*Os Lusíadas*. Interessamos, sim, identificar o modelo a nível de funções e destas a nível de paradigma que o poeta português subsumiu. Assim consideramos, em simultaneidade, os poemas respectivamente de Homero e Camões:

- Fim: Ponto de chegada: *Odisseia*: Ítaca; *Os Lusíadas*: Índia;

- Processo: trânsito marítimo (*Os Lusíadas* e *Odisseia*);

- Engano, trapaça ou rebelião do homem em relação aos deuses: *Odisseia*: Ulisses engana Poseidon; *Os Lusíadas*: Vasco da Gama ultrapassa os limites do Adamastor.

- Catâbase: *Odisseia*: Ulisses visita o País dos Cimérios; *Os Lusíadas*: Baco visita o fundo do mar.”

Ainda neste excerto de Correa da Silva (1931-36), no qual trata da importância quase nula dos *latinismos morfológicos* n’*Os Lusíadas*, é possível extrairmos exemplo do paralelismo entre a epopeia camoniana e a *Eneida*:

“Um caso dubitativo: no domínio da flexão verbal, supus de começo encontrar um latinismo mórfico no imperativo *fuge*, insólito em relação à língua de hoje e que aparece no poema: ‘Quando Mercurio em sonhos lhe aparece, Dizendo, *fuge, fuge*, Lusitano, ... *Fuge* que o Vento & o Ceo te favorece’.<sup>89</sup> O que mais favorece a hipótese dum latinismo mórfico é a semelhança entre este passou e estoutro de Virgilio, o poeta querido de Luiz Vaz: ‘Heu! *Fuge*, nate dea, tēque his, a it, eripe flammis’.<sup>90</sup> Para mais o momento psicológico é semelhante nos dois poemas: Heitor *aparece em sonhos* a Eneias a dizer-lhe que fuja da morte que o espera, a ele e a todos os Troianos, no *Trojae supremus labor*; Mercúrio *aparece em sonhos* a Vasco da Gama a dizer-lhe que fuja ‘da cilada que o rei malvado tece’ em Mombaça para deitar a perder os Portugueses. Não estaria Camões a lembrar-se deste passo do Mantuano?”

Camões não se furtou a usar os modelos Clássicos greco-romanos em sua obra deixando claro de quais fontes bebeu a fartar-se para legar-nos sua obra-prima. Poderíamos buscar mais paralelismos entre *Os Lusíadas* e outras obras Clássicas, porém cremos serem bastantes os exemplos citados para corroborar nossa assertiva. O poeta cultuou, como vimos, o estilo e a forma clássica em seus versos, retratando personagens mitológicas e reais, tanto da Antiguidade Clássica quanto da lusitana gente heroica, a grande personagem retratada em sua epopeia, deleitando-nos com seus engenhosos e brilhantes versos. Se o copiar modelos da Antiguidade Clássica

<sup>88</sup> Públio Virgílio Maronis: *Eneida* - Livro I v. 5-9

<sup>89</sup> *Os Lusíadas*: Canto II - estância 61.

<sup>90</sup> *Eneida* - Canto II - estrofe 289.

quanto ao estilo e usar figuras míticas e reais greco-latinas para enriquecer a obra comparando-as com figuras lusitanas foi extremamente enriquecedor para sua obra e deleitou os leitores, era de se esperar que a língua também fosse enriquecida pelos latinismos incorporados no vocabulário e aceitos pelos falantes, tornando-a não só mais bela como também mais funcional e eficaz ferramenta da comunicação. Nesse aspecto, vejamos a ufanista relevância que a língua lusitana tinha para Camões nestes seus imortais versos d'*Os Lusíadas*:<sup>91</sup>

*“Sustentava contra ela Vénus bela,/ Afeiçoada à gente Lusitana/ Por quantas qualidades via nela/ Da antiga, tão amada, sua Romana:/ Nos fortes corações, na grande estrela/ Que mostraram na terra Tingitana,/ E na língua, na qual quando imagina,/ Com pouca corrupção crê que é a Latina.”* (Grifo nosso)

Observamos que o poeta faz questão de enfatizar que a própria deusa crê estar ouvindo diálogos na língua latina, ou em uma variante sua *com pouca corrupção*. Faz-se mister que o falar seja próximo ao latim, ou mais conforme o latim, segundo Barros (1917-12):

*“Filho: Qual destas á por melhor, e mais elegante? Pai. A que se mais confôrma com a latina, assi em uocábulos como na orthografia.”*

Os dois excertos citados acima exemplificam a forçosa obrigação das línguas românicas de parecerem-se com a latina, sob pena de seu afastamento da língua mãe ser visto como *corrupção*. Observemos a condição predominante à época quinhentista, segundo Maia (1999-91):

*“Paralelamente, as línguas românicas eram tanto mais valorizadas e dignas de apreço quanto mais se parecessem com o latim: o distanciamento (estrutural) sofrido na mutação histórica do latim e na sua transformação em novas línguas era considerado mesmo um desvio, uma ‘corrupção’.”*

Como vimos, o pensamento predominantemente classicista da época foi crucial para que o português se reaproximasse do latim, tanto pelas carências léxicas que aquele tinha, quanto pela necessidade premente de se acompanhar os bons ventos Renascentistas que começavam a afugentar os milenares fantasmas medievais. Chamamos atenção para o grifo de Maia em *corrupção* feito propositadamente, pois no tempo de Camões o conceito de *evolução da língua* ainda não era usado, sendo considerada *corrupção da língua* toda e qualquer evolução que houvesse na língua, como pontua Correa da Silva (1931 - 2). Uma maneira lógica de fazer com que o português se parecesse mais com o latim, a ponto de a bela Vénus reconhecer nele pouca corrupção com relação ao latim, era buscar no rico léxico da língua-mãe aquilo que faltava ao ainda insuficiente vocabulário português para poder ser forte, farto, fausto, formoso e famoso, no melhor estilo beirão reinante na fria e fiel Guarda.

Douto conhecedor do latim, Camões recorria à *Última Flor do Lácio* para exprimir os diversos afetos, anseios e necessidades lexicais que o incipiente português escrito tanto carecia para poder expressar o pensamento de seus filhos. O papel de Camões na evolução da língua é incontestado e seus contributos foram e ainda são importantes, conforme afirma-nos Maia (1999-92):

*“Entre os agentes da Renascimento Camões desempenha um papel relevante pela acentuada frequência numérica de cultismos léxicos que usou em toda a sua obra, mas, de forma particular, n'*Os Lusíadas*.”*

---

<sup>91</sup> *Os Lusíadas*: Canto I - 33.

Camões lançou mão de cultismos que certamente não faziam parte do vocabulário popular, mas foram por ele incorporados à língua para preencher lacunas existentes que exigiam *engenho e arte* na escolha de vocábulos latinos que atendessem às aspirações do português. Era mister que o étimo do vocábulo e o próprio uso no latim correspondessem exatamente ao sentido que o poeta queria ou precisava inserir no léxico. Parece-nos não se tratar de mera tradução, pois era preciso sentir em português e perceber que não havia como expressar o sentimento, para depois também sentir latim, encontrar o vocábulo correspondente e então verter para o português.

A habilidade camoniana na escolha desses cultismos latinos que foram incorporados de maneira tão sólida à língua faz com que hoje soem-nos totalmente naturais a ponto de ignorarmos sua origem latina. Maia (1999-92) dá-nos um rol desses cultismos:

“Alguns desses abundantíssimos cultismos não nos soam hoje a estranhos porque acabaram por arrear, quer no léxico literário, quer na linguagem culta, quer na própria linguagem corrente (cf. *inimigo, água, abundar*<sup>92</sup>, *acumular, admirar, astuto, áureo, artifice, molestar* etc.).”

Camões também incluiu no vocabulário português cultismos de cunho erudito e proparoxítonos de grande musicalidade, conforme bem assevera Maia (1999-93):

“Outros, pela sua raridade, consideramo-los cultismos léxicos flagrantes ou ‘insólitos’. Entre estes se incluem numerosos proparoxítonos de grande musicalidade (*túmido, cômsona, crástina*, na expressão ‘luz crástina’ que parece ser um decalque da expressão virgiliana “crastina lux”, com o sentido de ‘o dia seguinte’, *emático, argênteo, rábido* etc.), muitos dos quais são compostos ornamentais (*altissono, horrissona, mortífero, armígero, aurífero, estelífero, belígero, salutífero* etc.).”

Pensando nos *proparoxítonos de grande musicalidade* citados acima, vem-nos à mente a música *Construção* de Chico Buarque de Holanda<sup>93</sup> que, fora parte o grande conteúdo poético de qualidade inegável, o uso dos *tijolos mágicos camonianos* - termo forjado *currente calamo* - formados pelas palavras proparoxítonas no fim de cada verso, dão-lhe não só musicalidade, mas identidade.

“Amou daquela vez como se fosse a última/  
Beijou sua mulher como se fosse a última/  
E cada filho seu como se fosse o único/  
E atravessou a rua com seu passo tímido//  
Subiu a construção como se fosse máquina/  
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas/  
Tijolo com tijolo num desenho mágico/  
Seus olhos embotados de cimento e lágrima/  
Sentou pra descansar como se fosse sábado/  
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe/  
Bebeu e soluçou como se fosse um naufrago/  
Dançou e gargalhou como se ouvisse música//  
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado/  
E flutuou no ar como se fosse um pássaro/  
E se acabou no chão feito um pacote flácido/  
Agonizou no meio do passeio público/  
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego//  
Amou daquela vez como se fosse o último/  
Beijou sua mulher como se fosse a única/  
E cada filho seu como se fosse o pródigo/  
E atravessou a rua com seu passo bêbado//  
Subiu a construção como se fosse sólido/  
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas/  
Tijolo com tijolo num desenho lógico/  
Seus olhos embotados de cimento e

<sup>92</sup> Vejamos essa consideração de Correa da Silva (1931 - 23): “*Abunda* e seus derivados. A forma popular, evoluída segundo as leis fonéticas, é *avundar* (< abundare). Ocorre, v.g., em Fernão Lopes e até ainda em Gil Vicente. A par do verbo ocorrem os substantivos *avondança*, no ‘Castello perigoso’, *avondamento* no ‘Boosco deleytoso’, e o adjetivo *avondoso* na ‘Corte Imperial’. A proveniência tão diversa desses exemplos mostra como essas formas tiveram vida no português arcaico, chegando mesmo ao século XVI. No Renascimento deu-se a restauração destas formas: *abundar* e *abundância*. E estas tanto prevaleceram na língua viva que acabaram por matar quase por completo as formas populares, sobrevivendo apenas o termo dialetal *bonda*.”

<sup>93</sup> Chico Buarque de Holanda: *Construção* (1971).

tráfego// Sentou pra descansar como se fosse um príncipe/ Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo/ Bebeu e soluçou como se fosse máquina/ Dançou e gargalhou como se fosse o próximo// E tropeçou no céu como se ouvisse música/ E flutuou no ar como se fosse sábado/ E se acabou no chão feito um pacote tímido/ Agonizou no meio do passeio naufrago/ Morreu na contramão atrapalhando o público// Amou daquela vez como se fosse máquina/ Beijou sua mulher como se fosse lógico/ Ergueu no patamar quatro paredes flácidas/ Sentou pra descansar como se fosse um pássaro/ E flutuou no ar como se fosse um príncipe/ E se acabou no chão feito um pacote bêbado/ Morreu na contramão atrapalhando o sábado.”

A inegável influência camoniana nessa cinquentenária obra de Chico Buarque certamente contribuiu para que ela seja, de longe, a obra-prima desse cantor brasileiro, cujo repertório fê-lo conhecido em boa parte do planeta. Essa primorosa obra deve muito ao *Homero das línguas vivas* que, no distante século XVI, resgatou proparoxítonos latinos que enriqueceram sobremaneira nossa língua, sendo considerados por Correa da Silva *latinismos morfológicos*.<sup>94</sup>

Esses superlativos enriqueceram sobremaneira a língua, mormente a linguagem culta literária, onde esses superlativos foram abundantemente usados e deram requinte aos textos. Gostamos tanto de proparoxítonas que temos forte tendência para convertermos paroxítonas em proparoxítonas, conforme Correa da Silva<sup>95</sup> observou em seu trabalho no vocábulo *pudico*. Poderíamos citar vários casos de silabadas em nossa língua, tanto as já consolidadas em fases pretéritas do idioma quanto as que estão em curso, porém fugiria do escopo deste trabalho e entendemos que o autor já apresentou exemplo que elucidou essa questão satisfatoriamente.

Maia (1999-93) ainda relaciona outros recursos latinos encontrados na obra de Camões, v.g. latinismos semânticos, devolução da forma etimológica às palavras e latinismos sintáticos, conforme podemos observar neste excerto:

“Outros recursos latinizantes tipicamente camonianos são **a)** os latinismos semânticos (cf., entre outros, *roxo*: *Mar roxo*, II, 49; *a roxa aurora*, IV, 60; *numerosos*: *versos numerosos*, ‘cadenciados, rítmicos, harmoniosos’, acepção que está de acordo com a definição dada por Cícero em vários passos de *De Oratore*; *parte* ‘terra, região’ etc.); **b)** o devolver às palavras a sua forma etimológica (*flama*, *flamas*, *plaga* etc.), embora, neste caso, nem sempre se trate de latinismos em primeira mão; **c)** latinismos sintáticos, entre os quais parece assumir particular destaque a construção de períodos amplos e ramificados, à maneira dos autores latinos. Comparados com essas construções frásicas caracterizadas por complexos esquemas sintáticos, são talvez menos expressivos, embora ocorram com bastante frequência, os latinismos referentes à ordem das palavras, nomeadamente naqueles casos em que se verifica a alteração da ordem das palavras na oração ou das orações no interior do período.”

<sup>94</sup> “O capítulo de *latinismos morfológicos* d’Os *Lusíadas* tem importância quase nula. O sistema mórfico foi o que mais resistência ofereceu à latinização da língua. apenas registei os habitualmente chamados *superlativos eruditos*, que não ascendem evidentemente à língua popular e foneticamente normal e que devem ter surgido no Renascimento. Exemplos: *aspérrimo*, *misérrimo*, *humilimo*, *belacíssimo* e *superbíssimo*.” Segundo Correa da Silva (1931 - 35) estes dois últimos superlativos encontram-se mortos na língua.

<sup>95</sup> Correa da Silva (1931 - 203) dá-nos o seguinte exemplo: “PUDICO: o que há de interessante a notar é que, neste vocábulo literário Camões, como o prova a rima, conserva a acentuação latina (*pudicus*) ao passo que na língua ou semiculta moderna tende a dar-se uma deslocação do acento, semelhante ao que já ocorreu em *envólucro*, (lat > *involūcrum*) por preocupação culta de esdruxulismo”. O autor complementa sua asserção com citações de Morais e Aulete, que dão o vocábulo como paroxítono, e Gonçalves Viana que o cita já como proparoxítono.

Concernentemente aos *latinismos semânticos* citados por Maia, Correa da Silva (1931-115)<sup>96</sup> divide-os em *latinismos semânticos propriamente ditos* e em *latinismos lexicais em que o que interessa é o aspecto semântico*. Como exemplo de *latinismos semânticos propriamente ditos* o autor apresenta-nos o substantivo *conselho*, derivado do latim *consilium*, cujo sentido resgatado por Camões foi o de *resolução, desígnio*. Correa da Silva (1931 - 116) aponta o termo em duas passagens n'*Os Lusíadas* nas quais aparece com dois sentidos distintos: *Assi quis o conselho alto celeste* (III - 73,7) e *Por isso vos ó Rey, que por diuino/ Conselho estais no régio solio posto*, (X - 146, 5 - 6). Na primeira ocorrência o sentido, segundo o autor, é de *resolução, vontade derivada de uma resolução*; já na segunda, o vocábulo tem o mesmo significado, porém restringindo ao sentido de *providência divina*. Como vemos, *conselho* etimologicamente tinha sentido diverso do que hoje conhecemos, e Camões resgatou-lhe esse sentido.

Interessante observar que, ao lermos os versos nos quais o poeta os empregou, conseguimos entender-lhe o sentido sem recorrermos ao dicionário, ou seja, faz sentido para nós, porém não imagináramos usá-la para exprimirmos essa situação semântica. Em outras palavras, há determinada situação que ansiamos expressar, porém falta-nos o essencial, a palavra que possa mais fielmente descrever o sentimento. Em contrapartida, havia no léxico latino um vocábulo que expressava essa situação e o sentimento de expressão que ansiamos, mas faltava quem fizesse essa ligação entre as línguas. Camões proveu muitas dessas lacunas, como já exaustivamente citamos, com *engenho, arte e honesto estudo* portentosamente existentes em uma única alma.

*Luz* com significado de *Dia (lux)* é outro substantivo apontado como *latinismo semântico propriamente dito* por Correa da Silva (1931 - 119), retirado do seguinte trecho: “Porém como a *luz* crástica chegada, / ao mundo for.” (II - 88, 1-2), na famosa imitação de *Crastina lux* (Eneida , X - 244) do poeta mantuano. Essa forma é um evidente resgate do sentido etimológico latino da palavra que, mesmo não incorporada à língua falada nem à literária, serviu tanto para enriquecer o texto camoniano quanto para comprovar que a palavra *luz* poderia ser usada no sentido de *dia*, mesmo que esse sentido não tenha prosperado. *Os Lusíadas* são uma lição de História da Língua e de como as palavras evoluem.

Dentre os adjetivos separados por Correa da Silva (1931 - 124), selecionamos *claro*, do latim *clarus*, cujo sentido latino remetia a *ilustre, célebre*. Tomamo-lo atualmente em sentido totalmente diverso que remete mais a coisas referentes à luz em oposição às trevas ou escuridão (*quarto claro - noite clara*), conforme vimos em Aulete (ND). O adjetivo *Claro* é um dos *latinismos semânticos propriamente ditos* mais frequentes no poema. Esse sentido latino não prosperou no uso, sobrevivendo em *preclaro*, cujo sentido remete imediatamente ao latino *clarus*.

---

<sup>96</sup> “SEMÂNTICA: Ao falar-se em *latinismos semânticos* dos *Lusíadas* uma distinção ocorre logo ao espírito: há no poema por um lado *latinismos semânticos propriamente ditos*, e por outro *latinismos lexicais em que é o aspecto semântico que mais interessa*; por outras palavras, vocábulos populares que no Renascimento readquiriram tal sentido, hoje insólito, que tinham tido outrora em latim clássico (v.g. *idade= vida*, cfr. latim *ætas*, *claro = ilustre*, cfr. latim *clarus*); e vocábulos literários, - porque alheios às leis fonéticas da língua, - portanto *latinismos lexicais*, - embora provavelmente anteriores a Camões, - em que o que mais interessa é tal sentido alatinado que então tiveram e hoje ou já não têm ou só excepcionalmente terão (v.g. *ministro = pessoa que está às ordens de outro*, cfr. latim *minister*; *generoso = nobre*, cfr. latim *generosus*).

O verbo *consentir* é um dos *latinismos semânticos propriamente ditos* usado por Camões com sentido de *estar de acordo*, do latim *consentire*. Correa da Silva (1931 - 130) cita-o no seguinte trecho d'*Os Lusíadas*: “O padre Baco, ali nam *consentia*/ No que Iupiter disse,” (I - 30 - 5,6). Entre o sentido de *estar de acordo* etimológico citado e o sentido de *deixar, permitir* encontrado em Aulete (ND), não vemos diferença nenhuma de sentido. Correa da Silva não cita nenhum autor contemporâneo ou anterior a Camões que tenha usado *consentir* com esse sentido, ficando claro para nós que o poeta resgatou o vocábulo e introduziu-o no vernáculo.

Já quanto aos *latinismos lexicais em que o que interessa é o aspecto semântico*, Correa da Silva (1931 - 132) apresenta-nos o substantivo *cópia*, cujo sentido em latim era *abundância* - “Tudo tem no seu Reino em grande *cópia*.” (VII - 61 - 8) como vemos nesse verso. Tanto em latim quanto em português clássico era esse o sentido que o vocábulo expressava, sem perder sua etimologia. Esse sentido permaneceu apenas no adjetivo *copioso* e no advérbio *copiosamente*.

Curiosamente o substantivo *hospício* tem em seu étimo latino sentido de *hospitalidade* que Correa da Silva (1931 - 133) colhe no seguinte verso: “Não tens aqui se não aparelhado,/ O *hospício* que o cru Diomedes daua.” (II - 69 - 1,2). Impossível ler-se esse verso sem o auxílio de um bom dicionário latino, pois o sentido afastou-se completamente do étimo latino, não remetendo jamais o leitor contemporâneo ao real sentido que o poeta usara no poema.

O substantivo *ministro*, cujo étimo encontra-se no latim *minister* e seu sentido era *subordinado, servidor*. A saga semântica desse substantivo faz com que Correa da Silva (1931 - 135) considere-o o *mais curioso latinismo semântico do poema*. Cita-o nos seguintes trechos: “Isto dizendo, manda os diligentes/ *Ministros* amostrar as armaduras.” (I - 67 - 1,2); “as mãos lhe estava atando,/ Hum dos duros *ministros* rigorosos;” (III - 125 - 3,4). Apesar de o autor citar mais trechos, cremos bastantes esses dois para desenvolvermos nosso raciocínio. *Ministros* nos trechos citados não está empregado no sentido que hoje conhecemos, mas com a acepção etimológica que provinha do latim, pois não o poderiam ter a acepção moderna os assassinos de Inês de Castro nem os comandados de Vasco da Gama que o capitão ordenava exibirem armas ao xeque e Moçambique. Correa da Silva aponta-nos vários exemplos de emprego do termo *ministro* no Novo Testamento com a acepção latina três séculos após a publicação d'*Os Lusíadas*: “Et *ministri* alapis eum caedebant” (Marcos - 14,65).<sup>97</sup>

Houve, no entanto, nas palavras de Correa da Silva, a ocorrência com esse vocábulo da chamada *nobilitação semântica*, designação dada aos vocábulos que, pela via eclesiástica, assumem outro valor semântico totalmente diverso de sua origem. Já Cícero, Lucrecio e Ovídio empregaram-no com sentido de *ministro de uma divindade, sacerdote*, tendo o Cristianismo ampliado seu sentido eclesiástico. Como vemos, a evolução semântica já era observada nos latinos nas acepções que remetiam ao divino ou aos humanos encarregados de liturgias religiosas, sendo Camões um dos responsáveis pela sua aplicação com sentido etimológico.

Quanto à importação do vocábulo e sua evolução no português, Correa da Silva classifica-o como *vocábulo literário*, pois não obedeceu às leis da fonética que regem

---

<sup>97</sup> Interessante observar que nas traduções para o português o vocábulo *ministri* foi traduzido por *servidores* nessa passagem citada. Observamos que em Hebreus 1,7 ocorreu o seguinte: em latim temos “Qui facit angelos suos spirituset *ministros* suos flammam ignis”, e em português temos “Que de seus anjos faz ventos, e de seus *ministros* labareda de fogo” (Almeida 1969). Como vemos nesta última citação, o sentido etimológico de *ministro* prevaleceu.

a evolução dos fonemas do latim para o português. O vocábulo já chegou ao português com a nobilitação semântica, ou seja, totalmente despido de seu sentido original, designando diversos ministérios da liturgia católica - Ministros do Altar, da Igreja, da Religião etc. - cujo sentido hoje é-nos muito familiar. A introdução do vocábulo na política deu-se mais tardiamente<sup>98</sup> - somente em 1826 a Carta Constitucional instituiu oficialmente a palavra *ministro* na linguagem política.

Concluindo o tópico sobre esse vocábulo, Correa da Silva afirma que *ministro*, no sentido usado n'*Os Lusíadas* é *puro fóssil filológico*; na linguagem religiosa está cada vez mais raro, restando-lhe apenas o uso na linguagem política, onde se vulgarizou e foi incorporado à linguagem popular a ponto de se tornar um *monopólio semântico*. Em Portugal a proclamação da República tornou os ministros independentes em relação ao chefe do Estado, rompendo o último vínculo que o vocábulo mantinha com seu étimo.

O adjetivo *lascivo* também sofreu grande alteração semântica que o levou a afastar-se grandemente de seu sentido etimológico, do qual Camões fez uso em sua obra. *Lascivo*, do latim *lascivus* tinha como sentido *amigo de brincar*, sentido totalmente diverso do usado atualmente. Correa da Silva (1931 - 147) afirma que o sentido etimológico era predominante em latim e em português.

Quanto aos *latinismos fonéticos* presentes n'*Os Lusíadas*, Correa da Silva (1931 - 23) opta por assim designar os vocábulos de proveniência latina alotrópicos de vocábulos populares que concorrem com estes no poema. No Renascimento operaram-se muitas restaurações fonéticas na língua através de regressões etimológicas que devolveram às palavras sua grafia e pronúncia original do latim. A grafia restaurada começava circular entre a elite cultural, quiçá *a corte onde se forjam os vocábulos*, que começava a pronunciar as palavras de acordo com a grafia restaurada, consolidando-a no vernáculo como norma. Dentre os exemplos desses *latinismos fonéticos* coligidos por Correa da Silva (1931 - 32) destacamos os seguintes: *abundar*, *contrário*, *defesa*, *fruto*, *inimigo*, *ilha*, *quasi* e *iniquo* suplantaram as formas arcaicas *avondar*, *contrairo*, *defensa*, *fruito*, *imigo*, *insula*, *casi* e *inico*.

O papel de Camões foi deveras importante na consolidação desses *latinismos fonéticos* correntes na época do poeta, pois em alguns casos usou as duas formas com o fito de privilegiar a forma restaurada. Comparamos o número de vezes que os vocábulos *contrário* e *contrairo* aparecem na obra de Camões para termos ideia de como o poeta se comportava nessa importante questão evolutiva da língua. Dos exemplos coligidos por Correa da Silva (1931 - 24,25) contamos a forma literária restaurada *contrário* e suas variações - *contrária* e *contrários* - treze vezes no poema, contra apenas três da forma arcaica *contrairo*. Inferimos que a consolidação da forma restaurada foi fortemente impulsionada por Camões, já que sua obra fora certamente divulgada entre a nobreza da época que leu *Os Lusíadas* e aderiu a forma restaurada, difundiu o uso. Deparamo-nos com o processo de *inovação* e *coletivização* proposto por Silva Neto (1970 - 17) que esclarece bem as fases do fato linguístico. Camões resgatou e usou a forma restaurada em sua obra e a elite cultural encarregou-se de acatar e promover a *coletivização* do vocábulo. Poderíamos repetir o processo com outros

---

<sup>98</sup> Segundo Correa da Silva (1931 - 139) "Morais já regista como primeiro sentido 'O que exerce emprego e ofício de Justiça, ou Político, ou de Fazenda ou Evangélico;' e acrescenta (o que é um vago vestígio do sentido etimológico): 'debaixo da *subordinação* aos Soberanos e prelados'."

vocábulos acima citados, porém Correa da Silva já os disponibiliza em sua obra para consulta e pesquisa.

Correa da Silva (1931 - 33) traz, ainda, os *latinismos de grafia* que, contrariamente ao processo ocorrido com os *latinismos fonéticos*, não prosperaram no léxico por não terem nenhuma correspondência com a língua viva, haja vista serem formas artificiais eruditas que morreram tão logo arrefeceu latinização provocada pelo Renascimento. Dentre esses cultismos, destacamos: *doctrina, facultade, preceptos e octavo*. Interessante observarmos que Camões pouco usou esses *latinismos fonéticos* n’*Os Lusíadas*, parecendo não crer que tivessem êxito na língua.

Dos muitos *latinismos sintáticos* apontados por Correa da Silva n’*Os Lusíadas*, selecionamos *qual* e *tal* para tratarmos neste trabalho, e pegaremos como exemplo os seguintes trechos d’*Os Lusíadas*: “Qual contra a Linda Policena, (...) Tais contra Inês os brutos matadores” (III - 131,132). Em latim era comum a correlação expressa por *qualis - talis* enquanto em português popular tende-se a repetir o pronome, e.g., *tal pai, tal filho*. Correa da Silva (1931 - 86)<sup>99</sup> afirma que o poeta novamente foi buscar inspiração em Virgílio para inserir esse cultismo sintático em nosso idioma. A expressão portuguesa *tal pai, tal filho*, seria escrita em latim *qualis pater, talis filius*, ficando nítido que o poeta inseriu esse latinismo sintático para enriquecer o vernáculo.

O uso de *já* e *quando*, oriundos do latim *jam* e *cum* foram usados pelo poeta para ligar um acontecimento a um momento e estado anteriormente indicados, conforme Correa da Silva (131 - 97). “Porém *já* cinco Soes erão passados/ Que dali nos partiramos (...) *Quando* hua noite...” (V - 37).

O poeta lançou mão de inúmeros outros vocábulos em sua acepção etimológica, que hoje soam-nos totalmente estranhos. Relacionamos uns poucos que mais chamaram-nos a atenção: *aspirar* = favorecer (*adspirare*); *curioso* = *cuidadoso* (*curiosus*); *especular* = contemplar, observar (*speculari*)<sup>100</sup>; *exquisito* = requintado (*exquisitus*); *ferver* = trabalhar com afã (*fervere*); *generoso* = nobre de estirpe e nobre de sentimentos (*generosus, genus*); *gostar* = provar (*gustare*); *humano* = civilizado, polido (*humanus*); *idade* = *vida*, cfr. latim (*ætas*); *ilustrar* = iluminar (*illustrare*); *instituir* = educar (*instituire*); *levar* = *levantar* (*levare*); *moderar* = conduzir (*moderari*); *recrear-se* = refazer-se (*recreare*); *mundo* = puro (*Mundus*); *numeroso* = cadenciado (*numerus e numerosus*); *repugnante* = que lutam uns contra os outros (*repugnare*); *seguro*: descuidoso (*securus*); *seio* = golfo, sinuosidade (*sinus*)<sup>101</sup>; *sublime* e *sublimar-se* no sentido material = *que anda pelos ares, levantado* (*sublimis*); *urgente* = opressor (*urgere*).

Desses exemplos, podemos inferir que Camões realmente contribuiu relevantemente para a formação e evolução da língua. Correa da Silva cita-nos muitos *latinismos de segunda mão* por já serem usados por escritores anteriores ou contemporâneos de Camões, e vemos nisso honestidade e seriedade científica, atribuindo os devidos créditos e méritos que cada um tem e merece receber. A questão que queremos aventar é nossa impressão que, subliminarmente, isso é usado para

---

<sup>99</sup> “Qualis in Eurotæ ripis aut per juga Cynthi/ Excercet Diana chorus (...) Talis erat Dido, talem se læta ferebat.” (Eneida - I - 498,504).

<sup>100</sup> Correa da Silva cita que podemos considerar que o termo *ciência especulativa* ainda usado pela linguagem filosófica demonstra bem o étimo usado por Camões.

<sup>101</sup> Os latinos chamavam *Sinus Arabicus* ao Mar Vermelho e *Sinus Persicus* ao Golfo Pérsico. (Correa da Silva 1931 - 122).

diminuir a genialidade de Camões, como se o mérito pelo uso de um latinismo não fosse dele, mas de quem o usou primeiro. Ora, com todo respeito aos autores anteriores e contemporâneos de Camões, mas a grande maioria é formada por ilustres desconhecidos, cuja fama só é corrente entre estudiosos da língua nas academias. Já Camões não, é conhecido mundialmente e a beleza de sua obra é inquestionável.

Certamente muitos latinismos e outros tantos cultismos latinos só foram incorporados ao léxico português devido ao trabalho de Camões, doutra sorte continuariam totalmente esquecidos e fadados a pertencerem unicamente aos estudos meramente etimológicos da língua.

## 2.5 *Sic itur ad astra*<sup>102</sup>

Não basta ter o conhecimento dos fatos históricos e mitológicos, é mister saber contá-los! Tomemos como exemplo seu Soneto *Sete anos de pastor Jacob servia*: no soneto ele retrata uma passagem bíblica do Velho Testamento, no Livro do Gênesis, na qual o pastor Jacob e Raquel amavam-se e ele combinou com Labão, pai de Raquel, trabalhar sete anos para casar-se com ela. No término dos sete anos ajustados, Labão, astuciosamente fê-lo casar-se com Lia, sua filha mais velha, conforme o costume da terra. Jacob, enganado pelo sogro, dispôs-se a trabalhar mais sete anos por Raquel, e fê-lo com paixão tal que os sete anos *lhe pareceram como poucos dias, pelo muito que a amava*.<sup>103</sup> Essa milenar história da literatura hebraica atravessou os séculos e encontrou no *Homero das línguas vivas* aquele que a imortalizaria em versos:

“Sete anos de pastor Jacob servia/ Labão, pai de Raquel, serrana bela;/ mas não servia ao pai, servia a ela/ e a ela só por prêmio pretendia.// Os dias, na esperança de um só dia,/ passava contentando-se com vê-la;/ porém o pai, usando de cautela,/ em lugar de Raquel lhe dava Lia.// Vendo o triste pastor que com enganos/ Lhe fora a si negada a sua pastora/ como se a não tivera merecida;// começa de servir outros sete anos,/ dizendo: - Mais servira, se não fora/ pera tão longo amor tão curta a vida.”<sup>104</sup>

Camões conseguiu, com sua singular percepção e visão poética, sentir naquela que seria apenas mais uma bela passagem bíblica, a essência de um amor tal que nós, meros mortais, jamais enxergaríamos. A farta genialidade camoniana de conseguir verbalizar o fugidio pensamento não nos foi facultada, obrigando-nos a valermo-nos de outros grandes nomes da literatura para externarmos nossa impressão sobre a obra do poeta português.

Vejamos que nos diz Alighieri (2013 - 255) neste excerto de sua *Divina Commedia*:

“O voi, che avete gl’ intelletti sani,/ Mirate la dottrina, che s’asconde/ Sotto il velame degli versi strani.”<sup>105</sup>

Somente aos de *intelletti sani*, como nosso poeta lusitano, é possível traduzir em versos os gritantes sentimentos que não têm voz e povoam nossas almas em busca de que se lhes deem formas verbais, ou seja, que se verbalizem os sentimentos. Nessa

<sup>102</sup> Citação de Virgílio na *Eneida* (IX - 641). Usamos a citação do poeta mantuano para fazermos alusão à imortalidade da obra camoniana e do mito de Camões e, para isso, usamos seu autor predileto.

<sup>103</sup> Gênesis 29-20.

<sup>104</sup> Soneto *Sete anos de pastor Jacob servia* - Luís Vaz de Camões. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/2510/sete-anos-de-pastor-jacob-servia>

<sup>105</sup> La Divina Commedia - *Cantica Prima - Inferno Canto IX*.

busca, Camões conseguiu trazer dos Clássicos muitas palavras que o incipiente português carecia. Fê-lo, porém, de forma *consciente e intencional* nas palavras de Maia (1999 - 92).

Certamente devemos a Camões muito da língua como hoje a falamos e escrevemos, não há como negar, é incontornável. Devemos-lhe, ainda, o grande legado de estudos etimológicos que, se não fosse por sua obra, os sentidos etimológicos das palavras limitar-se-iam aos dicionários, sem a cor que o poeta deu-lhes em suas obras, fazendo com que as palavras usadas em seus versos passassem a ter sentido prático na língua.

Para corroborar nossa admiração pela genialidade poética camoniana e seu legado para os estudos linguísticos, a pelo nos acode novamente a obra de Chico Buarque, que em seu *Choro Bandido* brinda-nos com o seguinte verso, no qual certamente enquadra-se nosso poeta lusitano:

“Mesmo que você fuja de mim/ Por labirintos e alçapões,/ Saiba que os poetas,  
como os cegos,<sup>106</sup>/ Podem ver na escuridão.”

A poliglota alma de Camões, o poeta, certamente clamava inexprimivelmente desejando expressar-se no ainda claudicante português. Premiado pelas Tágides com *um novo engenho ardente*, desenvolveu *um estilo grandiloco e corrente*<sup>107</sup> cuja profícua produção artística segue a encantar-nos. Certamente mais produzira se não fora para tão grande alma tão curta e turbulenta a vida.

Retomando o soneto camoniano e os versos de Dante, inferimos que somente aos intelectos privilegiados é possível transformar coisas velhas em novas, como fez Camões com o milenar texto bíblico que, certamente, foi lido por inúmeras mentes brilhantes que já povoaram esta terra, mas ninguém conseguiu cantar tão magistralmente em versos o que Moisés fez em prosa. *Mutatis mutandis*, devemos também a Camões grande parte do que é nossa Língua Portuguesa, pois mesmo que o poeta tenha legado *latinismos de segunda mão*, indubitavelmente a língua seria outra sem Camões, como a Artes Plásticas não teriam o mesmo brilho sem o talento de Michelângelo. A grande diferença entre Michelângelo e Camões é que a obra do poeta lusitano literalmente *parla*.

---

<sup>106</sup> Na análise de Almeida (2008 - 4) o cego em questão é o sábio Tirésias, que não era cego de nascença, mas pela fúria de Hera, e, não obstante sua cegueira, foi o maior vidente de toda mitologia grega.

<sup>107</sup> *Os Lusíadas* - Canto I, Estrofe 4.

## Capítulo III E o rio continua seu curso...

### 3.1 A perene renovação da Língua Portuguesa no século XXI

Não há como falarmos em História da Língua Portuguesa desconsiderando que vivemos profundas e imperceptíveis mudanças em nosso idioma contemporâneo tanto na escrita quanto na fala. Já tratamos exaustivamente neste trabalho que as mudanças ocorrem provocadas ou motivadas por fatores linguísticos e extralinguísticos, muitas vezes adremente trazidas a colação, como vimos Camões engenhosa e artisticamente resgatar latinismos e inseri-los no vernáculo, outras provocadas por verdadeiras revoluções da qual a invenção de Gutemberg é grande representante em Portugal, pois permitiu que o português escrito ficasse acessível a um número infinitamente maior de pessoas, e não somente aos frequentadores da corte e a elite econômica lusitana.

Propondo-nos neste trabalho tratarmos da evolução da língua, discorreremos no presente capítulo sobre as muitas mudanças observadas na língua contemporânea. Selecionamos alguns exemplos sobre os quais discorreremos e certamente corroborarão nossa assertiva de que a língua não é estanque mas *flui como um rio* perenemente.

As mudanças são variadas e observamo-las na fonética e na sintaxe, sempre sendo sacramentadas pelo uso, inexorável senhor da razão em questões linguísticas. Sabemos que a evolução e as mudanças não são imediatas, mas levam muitas vezes séculos para se consumarem, havendo um período de coexistência entre as formas antiga e nova até que uma seja adotada e a outra preterida, como bem explicam-nos Silva & Osório (2008 - 14):

“É que para analisarmos um período relativamente amplo de uma língua histórica, teremos de verificar que desde a generalização de um fenômeno linguístico na comunidade até à mudança, há um período de coexistência entre as formas novas e as antigas. Este processo é muito amplo e poderá demorar alguns séculos. Por isso, o processo de introdução de uma forma, coexistência de duas formas e posteriormente a utilização de uma apenas, é de tipo sociolinguístico.”

Atentando para essa assertiva, trataremos a colação<sup>108</sup> algumas questões observadas concernentemente à coexistência de duas formas para algumas situações linguísticas em curso que, em nosso entender, estão a ocorrer contemporaneamente sem que uma das formas tenha já sobrepujado a outra. Como pudemos observar ao longo deste trabalho, a evolução da língua é a razão de ser de sua longevidade, pois enquanto ela muda, ela se revitaliza, renova e serve de instrumento de comunicação.

Estrutturamos o presente Capítulo para podermos fazer analogia entre um caso de variação linguística ocorrida em fases pretéritas da língua estudado com acuro por Barros (2018) em sua obra, cujas análises foram-nos de grande valia neste trabalho. Considerando as análises e ponderações da autora, trataremos das evoluções

---

<sup>108</sup> Retomo aqui e desenvolvo o assunto tratado no trabalho “*VERBA VOLANT* - Análise diacrônica e sincrônica do percurso de conectivos e de pronomes em busca da gênese gramatical e o papel do locutor nesse processo - Conjunções e pronomes que o uso poderá mudar-lhes - ou não - o sentido gramatical. O papel preponderante da Linguística Histórica na análise desses processos” apresentado na cadeira Variação Linguística em maio de 2019 no Curso de Mestrado em Estudos Lusófonos, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

contemporâneas, conforme propomos, sempre contando com o contributo de outros grandes autores que enriqueceram nosso trabalho.

Deparamo-nos com duas situações linguísticas distintas e, concomitantemente, análogas: distintas porque em análises de fases pretéritas da língua só dispomos de textos e não dispomos do testemunho do observador, ou seja, não há como analisar a competência dos falantes, distinguindo-a, portanto, de uma análise linguística contemporânea na qual pode-se registrar e analisar os aspectos da fala diretamente nas diversas fontes disponíveis e vivas; análogas porque os processos evolutivos da língua são sempre provocados pelos mesmos fatores internos ou externos em todo e qualquer tempo, ou seja, mudam-se os tempos mas a relação falantes / língua sempre será dinâmica e buscará melhores formas de comunicação para que a língua continue funcionando e mantenha-se viva.

Tratar de mudanças contemporâneas na língua é assaz desafiador haja vista a complexidade que envolve as mudanças, que podem ser-nos imperceptíveis - a *aparente estabilidade* reportada por Cardeira (2009 - 103) e já tratada neste trabalho - a ponto de sequer percebermos que vivenciamos em um momento de inúmeras mudanças linguísticas. Essa percepção é mais acentuada quando estudamos fases pretéritas da língua, conforme asseveram Silva & Osório (2008 - 15).<sup>109</sup> Se a análise de fases pretéritas da língua nas quais não há a figura do observador é complexa e pode basear-se somente na língua escrita, o estudo da língua pelo pesquisador no ambiente e no tempo em que vive, no local da fala, exige muita acuidade para perceber que as mudanças estão ocorrendo, podendo a *aparente estabilidade* enganá-lo e passarem-lhe despercebidos importantes fatores evolutivos da língua.

Destarte, trataremos neste capítulo sobre o percurso do conectivo *por ende*, que mudou de causal ou conclusivo para contrastivo já em fases pretéritas da língua, e trataremos outros casos que apresentam coexistência de formas ainda em fase de acomodação. Escolhemos o pronome demonstrativo *mesmo* com emprego anafórico, o uso do pronome indefinido *qualquer* em construções negativas nas quais geralmente usa-se o indefinido *nenhum*, o uso da conjunção temporal *enquanto* com sentido de conjunção *conformativa* e o uso da conjunção contrastiva *mas* como advérbio de intensidade.

Como vemos, a irrequieta Língua Portuguesa move-se em contínua evolução, ajustando-se em perene metamorfose para continuar funcionando. As mudanças que a língua entender necessárias, fá-las-á *sponte sua* e porá os linguistas em perpétua e laboriosa busca para explicarem cientificamente sua evolução.

### **3.2 *Verba volant* - O percurso do conectivo *por ende* ou *poren* do etimológico ao uso pragmático**

Antes de tratarmos das mudanças contemporâneas que vivemos na Língua, trataremos a colação a evolução semântica do conectivo *porém*, que de conjunção causal ou conclusiva passou a indicar situação adversativa. Selecionamos esse exemplo por

---

<sup>109</sup> Neste excerto de Silva & Osório (2008 - 15) observamos quão complexa é a análise de mudanças ocorridas na língua quando ela se dá no período contemporâneo do pesquisador: “As línguas são um diassistema altamente complexo, onde imperam movimentos indiciadores de alguma instabilidade (aspecto que tem maior acuidade em fases passadas da língua).”

ser bastante para elucidar nosso pensamento e ajudar-nos com os casos que analisaremos neste trabalho.

No estudo de fases pretéritas da língua os *corpora* disponíveis são exclusivamente textos, não há como valeremo-nos do testemunho dos falantes, já que não há a figura do observador nem material gravado para analisarmos a linguagem falada da época.<sup>110</sup> A ausência do observador no momento da fala obriga os pesquisadores a usarem metodologias específicas para análise da escrita de determinada época que se pretende pesquisar. Lembremo-nos que Diéguez (2018 - 128) afirma que a fala sempre precede a escrita, e quando há registro escrito de um fenômeno oral, este certamente já se consolidou, dificultando sobremaneira cravar-se datas precisas nas quais ocorreram as mudanças.

Valemo-nos do duto trabalho de Barros (2018 - 37)<sup>111</sup> no qual analisa textos medievais das versões portuguesas de textos de Afonso X<sup>112</sup> sob o aspecto da evolução dos conectivos *pero* e *pero que*, *poren*, *toda via* e *com todo (esso)*, dos quais selecionamos *poren* por entendermos atender *quantum satis* a necessidade de corroborar nossa argumentação para este trabalho.

Barros (2018 - 38) traz-nos o seguinte excerto como exemplo:

“Se algũa molher for uiuua que aya senhor auodo ia ou amigo e casar depos morte de seu padre ou de sa madre sem uoontade de seus irmaos nõ seya porẽ desherdada.” (FoR, III, 45-47).

Desse excerto Barros (2018 - 38) apresenta-nos sua análise e a seguinte conclusão:

“A regra seria: se casar (porque casa) ‘sen uoontade de seus irmaos’ então ‘seya por en (por isso) desherdada’; esta é a leitura condicional (ou causal) - conclusiva. Mas na leitura com sentido contrastivo, ‘nõ seya porẽ (apesar disso) desherdada’, vê-se que na sua gênese o valor adversativo é, portanto, de contraconclusão - conclusão contra a expectativa, dada a regra geral.”

Inferimos desse estudo que *poren* evoluiu de conclusivo para contrastivo, mas que Barros entende já estar na sua gênese o valor adversativo, ou seja, apesar de ser usado originariamente para expressar determinada situação linguística, nesse caso condicional conclusiva, o conectivo procurou fugir de seu étimo, ou *pseudoétimo*, para se ajustar ao valor de contraconclusão já existente em sua gênese. Barros (2018 - 37) atribui esse fenômeno à polifuncionalidade dos fonemas que se atualizam nos diferentes contextos e assumem valores diversos no discurso.

Analisando textos do século XV de outro cariz literário e filosófico do *Leal Conselheiro*, Barros (2018 - 40) observa que o *porém* já funciona como adversativa de forma consolidada, mostrando claramente que a tendência contrastiva apresentada nos textos de Afonso X. Como vimos nesse processo de gramaticalização, o étimo do

---

<sup>110</sup> Vejamos esta citação de Barros (2018 - 33): “Na utilização das fontes para o conhecimento do passado linguístico é necessária a crítica do testemunho, dada a impossibilidade de o observador de estados de língua mais ou menos remotos recorrer à ‘competência dos falantes’ ou à sua própria competência.”

<sup>111</sup> O trabalho da professora Clara Barros foi publicado no Livro *Linguística Histórica e História do Português - Das Origens ao Século XVI*, organizado pelo professor Paulo Osório, cujos créditos estão devidamente registrados na Bibliografia deste trabalho.

<sup>112</sup> A autora delimitou seu *corpus* em textos de português medieval do campo jurídico legislativo de Afonso X pertencentes ao primeiro período do português medieval (Azevedo Ferreira, 1980, 1987, 1989, 2001), por considerá-los confluência do mundo real da argumentação com o virtual ou eventual, que se constitui de cenários de aplicabilidade da lei. (Barros (2018 - 36).

conectivo *porém* remetia-o a determinado sentido restrito, mas não tolhia sua polifuncionalidade. Segundo Barros (2018 - 39) *na gênese do sentido adversativo estaria sua utilização em frase negativa*. Vejamos o excerto selecionado por Barros (2018 -41) para fundamentar sua asserção:

“Ca em este caso aos outros do seu reyno, a que perteece de o em ella [justa guerra] servir, nom convem mais scoldrinhar, mas sem embargo **podem matar, ferir e roubar**, segundo per seu rey e senhor for ordenado. Ca esto todo he per todos dereito determynado, que os que teem officio de defensores o devem fazer, **husando porem de piedade quanto mais poderem**, com reguardo de seu serviço, naqueles casos que per boons confessores e leterados nos for determinado.” (*Leal Conselheiro*, Cap. XVII))

Ao estudar os contrastivos no português antigo, Barros (2018 - 38)<sup>113</sup> verifica haver formas ainda em processo de gramaticalização. Isso reforça o que vimos insistindo concernentemente ao contínuo evoluir da língua que, como depreenderemos neste capítulo, não ocorreu apenas em fases pretéritas da língua, mas estão em ebulição neste presente momento, dando à língua a necessária renovação para que continue servindo de eficaz veículo de comunicação.

O constante processo de gramaticalização observado por Barros nos contrastivos estudados no português antigo parece-nos também poder ser observado em outras partículas discursivas, como a possibilidade de o contrastivo *mas* poder ser usado como advérbio de intensidade. Trata-se de mudança de função morfológica - passar de conjunção para advérbio - que trabalharemos em uma das secções deste Capítulo.

Outrossim, a coexistência de duas formas aponta, segundo a autora, para a gramaticalização em curso de uma nova função gramatical. Havemos, no entanto, de considerar o pensamento de Silva & Osório (2008 - 14)<sup>114</sup> já explicitado anteriormente que afirma que a coexistência de duas formas não implica obrigatoriamente em uma mudança de função gramatical, mas que há abertura para a escolha de uma das formas, a antiga ou a nova, mas não necessariamente a adoção da nova forma como afirma Barros. É questão afeita diretamente à Sociolinguística e seu rumo evolutivo envolve diversos fatores sociais que trabalham conjunta e silenciosamente na operação das mudanças linguísticas.<sup>115</sup> Quanto a afirmar-se peremptoriamente que todos os

---

<sup>113</sup> Quando se estudam os contrastivos em português antigo, verifica-se que há formas ainda em processo de gramaticalização. O sistema conjuncional organiza-se a partir de deslocções do sentido gramatical de partículas discursivas de diferente natureza e um dos percursos possíveis é o de morfema conclusivo para o valor contrastivo, por surto de negação. Passo a examinar alguns exemplos, começando por referir o morfema “por ende”/“poren”. Não se poderia caracterizar o inventário de morfemas contrastivos do português medieval sem referir “por ende”/“poren”. O uso deste morfema como conclusivo é muito característico do período medieval, mas não apresenta, ao longo deste período linguístico, um sentido unívoco. Tem um sentido específico, característico, conclusivo, mas vai adquirindo outro sentido e uma função pragmática diferente, de adversativo, de contra-argumentativo. A coexistência das formas aponta para a gramaticalização em curso de uma nova função gramatical. “Poren”/“porende” adquire o valor adversativo, que veio a substituir o seu significado etimológico.

<sup>114</sup> Recordemos Silva & Osório neste excerto já citado neste trabalho: “Por isso, o processo de introdução de uma forma, coexistência de duas formas e posteriormente a utilização de uma apenas, é de tipo sociolinguístico.”

<sup>115</sup> A respeito das mudanças linguísticas, oportuno lermos este excerto de Silva e Osório (200/ -15): “Labov, o mentor da Sociolinguística variacionista, declarou que todas as comunidades são heterogêneas e essas variações têm a ver com factores de carácter social, nomeadamente o *género*, a *idade*, o *estrato sócio-cultural*, a *raça*, etc.. Não se trata de variações fortuitas, mas de variações reguladas e sistemáticas. A variação dependente dos factores socioculturais é muito importante para a Linguística Histórica, uma vez que há formas que são portadoras de informação de carácter social e, simultaneamente, há formas estigmatizadas do ponto de vista social e outras que são portadoras de prestígio. A variação regulada pelo factor *idade* é também muito importante. Este tipo de variação foi objecto dos estudos de ‘mudança no tempo aparente’ ou ‘mudança no tempo em progresso’. Quando há distinção correspondente a variações

processos de coexistência de formas apontam para a gramaticalização de uma nova função gramatical, entendemos tratar-se de um processo extremamente amplo cujo resultado poderá ser, sim, a gramaticalização da nova função gramatical ou poderá não aceitar a nova forma, afinal a língua é *sui juris* e soberanamente evoluirá.

### 3.3 Uso do pronome demonstrativo *mesmo* com emprego anafórico

A primeira questão de mudanças contemporâneas na língua que queremos tratar será a do uso anafórico do pronome demonstrativo *mesmo*, cujo emprego tem colocado em posições antagônicas gramaticais de peso que condenam esse uso e outros que o defendem. Reiteramos não ter este trabalho caráter normativo, mas apenas traremos a colação situações linguísticas observadas que em um futuro próximo - ou não - poderão ser objeto de estudo não de eventuais caminhos que a língua seguirá, como neste trabalho, mas documentarão, quiçá, como se deram essas evoluções.

Passemos aos excertos que selecionamos para tratarmos neste trabalho. Bechara (2009 - 142) assevera que alguns estudiosos, por *escolha pessoal* (Grifo nosso), insurgem-se contra o uso do pronome demonstrativo *mesmo* anaforicamente:

“Alguns estudiosos, por mera escolha pessoal, têm-se insurgido contra o emprego anafórico do demonstrativo *mesmo*, substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição, para referir-se a palavra ou declaração expressa anteriormente. Não apresentam, entretanto, as razões da crítica: ‘Os diretores presos tiveram *habeas corpus*. Apareceu um relatório contra os *mesmos*, e contra outros...’ [MA *apud* MMc.1, 274]. ‘Costuma-se escrever dentro dos livros, na folha de guarda, palavras alusivas *aos mesmos*’ [E. Frieiro *apud* MMc.1]. Para estes críticos, *o mesmo*, etc., deve ser substituído por *ele*, etc. Talvez por isso E. Frieiro, na 2.<sup>a</sup> edição, alterou seu texto para: ‘Costuma-se escrever dentro dos livros, na folha de guarda, palavras *a eles* alusivas.’.”

Já Almeida (2011 - 186) refuta contundentemente o uso indiscriminado do demonstrativo, conforme observamos abaixo:

“Há um emprego condenável do demonstrativo *mesmo*, em virtude de terem criado, à custa de ensinamentos de origem duvidosa, incompreensível aversão às formas *a ela, dela, para ela* etc. Talvez por temor de, no emprego do pronome *ela*, formar palavras grotescas, como ‘boca dela’, ou para evitar a repetição desse pronome, costumam certos autores, *infalivelmente*, substituí-lo por *a mesma, da mesma, para a mesma, com a mesma*, substituição verdadeiramente ridícula, que só logra atestar fraqueza de estilo, falta de colorido e de recursos sintáticos. Assim é que frequentemente vemos passagens como estas: ‘Vou à casa de minha mãe; falarei com a *mesma* sobre o assunto.’ É caso de perguntar se o interlocutor tem outra mãe. (...) Imagine-se Camões a escrever: ‘Mas não servia ao pai, servia *à mesma*/ Que *à mesma* só por prêmio pretendia.’.”

Temos duas opiniões completamente antagônicas de dois respeitados linguistas que merecem todo respeito, e cujas opiniões devem ser criteriosamente analisadas. Relembrando o que ficou dito por Silva & Osório (2008 - 14) concernentemente à amplitude dos processos de mudanças, separamos alguns exemplos do uso anafórico

---

etárias e quando se lhe associa a valoração positiva da geração jovem face às suas variantes, então, estamos em presença de um fenômeno de mudança em curso. A mudança linguística é, então, um processo em que a cronologia dos diferentes fenômenos não é coincidente.”

desse demonstrativo que corroboram essa asserção, haja vista estender-se há alguns séculos em renomados autores literários e filólogos.

Observemos este excerto de Cervantes (1998) no Capítulo I de sua obra-prima, cuja primeira publicação data de 1605:

“El resto della concluían sayo de velarte, calzas de velludo para las fiestas, con sus pantuflos de lo mesmo,<sup>116</sup> y los días de entresemana se honraba con su vellorí de lo más fino.” (Grifo nosso)

Observamos também o uso anafórico do *mesmo* neste excerto da obra do filólogo e professor de Retórica e Poética do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, Soares Barbosa (1859 - 72):

“*Idéas*, ou *sensíveis* ou *directas*, nascidas das impressões que os objectos causam aos nossos sentidos, e que são as únicas imagens naturaes dos mesmos objectos; ou *reflexas* formadas pela nossa alma, já por meio da *abstracção* com que a mesma dá mais attenção a uma parte ou qualidade do objecto do que a outra, já por meio da *comparação* que a mesma faz das propriedades de diferentes objectos, fixando sua attenção sobre o que elles tem de commum e semelhante entre si.” (Grifos nossos)

Coelho (1868 - 4) foi mais um grande nome das Letras que se valeu do uso do pronome demonstrativo *mesmo* anaforicamente, conforme observamos neste excerto:

“Uma história da língua portugueza, um dicionario etymologico da mesma, um glossario do portuguez archaico e provincial completarão as nossas investigações no campo da língua que primeiro fallámos.” (Grifo nosso)

Encontramos no Caldas Aulete (ND) o uso anafórico do *mesmo* no verbete *Prolepse*:<sup>117</sup>

“Prolepse: (pro. *lep.se*) (verbeta atualizado) sf. 1. Ret. Discurso ou passagem de discurso em que se previnem as objeções ou em que se refutam antecipadamente as mesmas.” (Grifo nosso)

Entendemos oportuno trazermos a colação o ensinamento de Sacconi (2011 - 231) sobre a questão:

“Muitas vezes a mania de usar ‘o mesmo’ leva a exageros, como nesta frase, em que não faz nenhuma falta. Veja: O acidente aconteceu ontem, e ‘o mesmo’ foi presenciado por muitas pessoas. Repare como ‘o mesmo’ aí é perfeitamente dispensável: O acidente aconteceu ontem e foi presenciado por muitas pessoas. Certas pessoas, no entanto, não conseguem livrar-se de ‘o mesmo’.”

Como pudemos observar nos excertos acima, as opiniões dos renomados gramáticos são divergentes quanto ao uso anafórico do pronome demonstrativo *mesmo*, e vimos seu uso por ninguém menos que Cervantes, Coelho e Soares Barbosa.

Seu uso por Cervantes e Coelho poder-se-ia até atribuir a um *lapsus calami*, já que observamos em apenas uma oportunidade nas obras citadas, mas Soares Barbosa parece-nos useiro e vezeiro do *mesmo* como anafórico. Em Caldas Aulete, por tratar-se de edição atualizada e com inserção feita posteriormente à edição original, entendemos que os redatores já aderiram ao uso defendido por Bechara.

<sup>116</sup> Nótese que *mesmo* (forma etimológica) alterna con *mismo* (por analogía con *mí*) a lo largo de toda la novela. (Nota dos editores).

<sup>117</sup> Observe-se que a versão digital do Dicionário Caldas Aulete traz duas abas, uma com o *Verbeta Atualizado*, e outra com o *Verbeta Original*. O excerto citado encontra-se na aba *Verbeta Atualizado* disponível em <https://aulete.com.br/prolepse>.

Bechara defende ser *mera escolha pessoal de alguns estudiosos que não apresentam razões da crítica*; Almeida considera condenável e ridículo seu uso por entender ser embasado em *ensinamentos de origem duvidosa* ou temor de *formar palavras grotescas*. Sacconi limita-se a afirmar ser *mania que leva a exageros*. Enquanto Bechara desafia os críticos do uso anafórico do demonstrativo *mesmo* a apresentarem razões das críticas, Almeida afirma peremptoriamente tratar-se de ensinamento de origem duvidosa, levando-nos a crer que a coexistência das formas persistirá por muito tempo, cuja resolução dar-se-á, quiçá, *ad Kalendas græcas*.

Deparamo-nos com uma questão extremamente longa de coexistência de duas formas linguísticas registradas, pois observamo-la em uma obra literária do século XVII, duas obras científicas do século XIX e vemo-la largamente usada em textos acadêmicos e em bons escritores. Essa coexistência assaz longa é uma das características do tipo sociolinguístico apontadas por Silva & Osório (2008 - 10) nas mudanças operadas na língua.

Se Duarte Leão considerava a corte *a oficina onde eram forjados e polidos os vocábulos*, hoje cremos serem as academias as grandes oficinas encarregadas de forjar e polir os vocábulos, disseminando novas formas. Essas novas formas, nas palavras de Silva Neto (1970 - 17), somente prevalecerão se houver *aceitação coletiva*, caso contrário serão *abortadas*.

Apesar de o busílis deste trabalho não ser afirmarmos a correção ou não do uso anafórico do demonstrativo *mesmo*, sentimo-nos confortáveis para manifestar nossa preferência por não o usarmos com sentido anafórico, mas como demonstrativo que entendemos ser, pois consideramo-lo enfadonho e panaceia para dificuldades de escrita.

Cabe ressaltar, porém, que em nosso entendimento a coexistência das duas formas permanecerá e ainda está longe da consagração de uma das duas maneiras, tanto pela grande aceitação pertinaz do seu uso como anafórico, quanto pela sua rejeição ainda resistente.

Talvez prevaleça a aceitação do uso de ambas as formas de emprego do *mesmo*, pois como vimos nos exemplos de uso que citamos, bons gramáticos, filólogos e linguistas fazem uso do demonstrativo como anafórico, influenciando pesquisadores e estudantes adotarem essa forma na escrita e na fala, endossando seu uso como forma lídima do vernáculo.

### **3.4 O uso de *qualquer* significando *nenhum* em orações negativas**

Outro exemplo contemporâneo de coexistência de duas formas de uso envolve dois pronomes indefinidos, *qualquer* e *nenhum*, quando usados em orações negativas ou com sentido negativo. Vejamos o entendimento de Sacconi (2011 - 236) para essa questão:

“Esse pronome deve ser usado em orações declarativas afirmativas. Ex.: O rapaz tinha *qualquer* coisa de estranho. Diante de *quaisquer* obstáculos, ele recuava. Nas orações declarativas negativas, usaremos *nenhum* (e variações). Ex.: O rapaz não tinha *nenhuma* chance no vestibular. Ele não recuava a *nenhuns* obstáculos.”

Almeida (2011 - 452) ensina-nos que *qualquer* não pode ser usado com o significado de *nenhum*, expondo-nos o seguinte raciocínio:

“Jamais foi português o emprego de *qualquer* com o significado de *nenhum*: *qualquer* não tem sentido negativo nem em orações negativas; quando alguém constrói: ‘Isto não é *qualquer* homem que faz’ diz certo, porque *qualquer* expressa, tanto em orações positivas quanto em negativas, *indeterminação*. O erro está em empregar *qualquer* para expressar *exclusão*.”

Entendemos oportuno referir-nos a outra obra de Almeida (2009 - 197) na qual cita o seguinte exemplo para corroborar sua asserção:

“O correto emprego de *qualquer* em orações negativas se dá em exemplos como este: ‘Não tome *qualquer* remédio’, onde de forma alguma *qualquer* tem a significação de *nenhum*. Quem assim impera não está proibindo que se tome remédio; ao contrário, impera que se tome algum, mas não um qualquer.”

Em nossas pesquisas não encontramos nenhuma gramática que trate mais profundamente do assunto e ajudasse-nos a enriquecer nosso trabalho e o debate proposto, motivo pelo qual limitamo-nos a citar os excertos desses dois autores para podermos fundamentar nosso trabalho. Encontramos em Bechara (2009 - 162) a regra do uso do indefinido *nenhum* usado em frases afirmativas nas quais, segundo o autor, o pronome adquire valor afirmativo:

“Em certas frases de forma afirmativa, *nenhum* pode adquirir valor afirmativo, como sinônimo de *qualquer*: Mais do que *nenhum* homem, ele trabalhava para a tranquilidade.”

O gramático explica somente que na forma afirmativa *nenhum* pode ser usado como sinônimo de *qualquer*, porém não trata do uso do pronome *qualquer* na forma negativa, objeto desse nosso estudo. Usaremos alguns excertos da sua obra para exemplificarmos o uso do *qualquer* com significado de *nenhum*.

Vejamos o uso do *qualquer* em uma frase de valor negativo neste trecho extraído de Bechara (2009 - 123):

“Certos adjetivos são empregados sem *qualquer* referência a nomes expressos como verdadeiros substantivos.” (Grifo nosso)

É possível observar que em Banza & Gonçalves (2018 - 11) *qualquer* é usado com valor negativo:

“(os sistemas pictográficos e ideográficos dos Sumérios e dos Egípcios, por exemplo, não tinham *qualquer* relação com a língua falada)” - (Grifo nosso)

Detendo-nos sobre a obra de Bechara (2009 - 397), observaremos uma citação da obra de Mattoso Câmara na qual identificamos o uso do *qualquer* com sentido negativo, em uma citação em que trata do *Discurso Indireto Livre*:

“O discurso indireto livre consiste em, conservando os enunciados próprios do nosso interlocutor, não fazer-lhe referência direta. Como ensina Mattoso Câmara, mediante o estilo indireto livre reproduz-se a fala dos personagens - inclusive o narrador - sem ‘*qualquer* elo subordinativo com um verbo introdutor *dicendi*’ [MC.4, 28]. 397.” (Grifo nosso)

Percebemos a força de Mattoso Câmara quando Rocha Lima (2011 - 594) usa o mesmo trecho citado por Bechara para fundamentar sua explicação sobre o assunto:

“Um tanto sutil é a terceira modalidade, ou seja, a construção em *estilo indireto livre*. Nele, o escritor consigna, em estilo indireto, as ideias, as

reflexões, os sentimentos da personagem, sem empregar, contudo, verbo *dicendi* nem *qualquer* elo subordinativo.” (Grifo nosso)

Retomando a fala de Duarte Leão, poderemos inferir que a academia substituiu a corte e realmente os acadêmicos continuam *forjando e polindo* os vocábulos, e exercendo seu poder de disseminação dessas novas formas para a coletividade.

Claro está que o peso de um vocábulo escolhido por Mattoso Câmara será muito maior e mais facilmente aceito coletivamente que um vocábulo forjado por outra pessoa de menor relevância acadêmica. Mattoso Câmara tem voz e estilo capazes de assegurar aos consulentes de sua obra que, ao imitá-lo, estarão incontestavelmente usando termos lídimos do vernáculo.

Como vimos, sua obra influenciou Bechara e Rocha Lima, dois grandes nomes entre respeitáveis acadêmicos brasileiros e estrangeiros, e espria-se por inúmeras obras científicas em diversos campos do conhecimento, já que a língua está presente em todos esses trabalhos. O emprego de *qualquer* em lugar de *nenhum* com sentido negativo forjado pela douda pena de Mattoso Câmara praticamente valida seu uso e torna-o corrente entre eruditos e pesquisadores.

Parece-nos que o uso do pronome *nenhum* em frases afirmativas com sentido afirmativo, como expôs Bechara (2009 - 162) na citação que inserimos acima, é o busílis da confusão que se faz: enquanto o pronome *nenhum* pode adquirir sentido afirmativo em frases afirmativas, podendo seguramente ser usado como sinônimo de *qualquer*, não podemos aplicar a mesma regra no uso do *qualquer* em frases negativas, pois nas negativas ele não é sinônimo de *nenhum*. O processo de coexistência entre essas duas formas está ainda em franco percurso e no devir pesquisadores certamente poderão tratar cientificamente desse fenômeno linguístico que hoje nos intriga sem que tenhamos resposta segura de como esse processo evoluirá.

Quanto a nós, preferimos usar *nenhum* a *qualquer* quando tratar-se de orações com sentido negativo, haja vista entendermos darmos clareza e limpidez ao texto, além do que o uso do *qualquer* em sentido negativo acabará por repeti-lo enfadonhamente no texto, empobrecendo o estilo e, indubitavelmente, a qualidade literária.

### **3.5 Enquanto: de conjunção temporal a concessiva e conformativa**

As conjunções também não estão incólumes à evolução da língua, sendo a conjunção temporal *enquanto* nossa escolhida para tratarmos dessa coexistência observada no português contemporâneo.

Vejamos as opiniões de nossos doutos gramáticos e linguistas sobre as funções das conjunções e sua suma importância na língua:

“As conjunções fazem do discurso um todo harmônico e um símbolo dessa unidade que existe no espírito entre nossas ideias e nossos pensamentos, uns relativamente aos outros; elas ligam as orações umas às outras, constituindo os períodos; estes encadeiam-se uns aos outros, tecendo o discurso, o qual, sem

esses elementos conectivos, que lhes servem de liga e cimento, perderia seu verdadeiro caráter.”<sup>118</sup>

O discurso, antes de transmitir a ideia do falante ao seu interlocutor, conectando-os, deve primeiramente conectar os períodos e as ideias entre si dando-lhes coerência. Se as ideias não se concatenarem na formação do discurso, jamais se conseguirá comunicar inteligivelmente. Essa importante função na língua e na comunicação está a cargo das conjunções. As conjunções transcendem a mera função de conectores de orações e ideias, pois são capazes de revelar novos sentidos a velhas ideias, quebrar paradigmas e permitir à língua navegar, camonianamente, *mares nunca dantes navegados*.

Dentre as várias conjunções existentes na língua portuguesa, deter-nos-emos nesta secção, como já dissemos, sobre as *temporais* para elucidarmos a questão que queremos trazer a colação. Bechara (2009 - 275) dá-nos o seguinte conceito de *conjunções temporais*, elucidando seu raciocínio com um exemplo que facilita-nos o entendimento do assunto:

“Temporais: quando iniciam oração que exprime o tempo da realização do fato expresso na oração principal. As principais conjunções e ‘locuções temporais’ são: (...) para o tempo concomitante: *enquanto*, (*no*) *entretanto que* (hoje raro): Dormiu *enquanto* estava no cinema.”

Nessa mesma linha de entendimento, temos o parecer de Rocha Lima (2011 - 354) sobre as conjunções temporais:

“Temporais: É papel da oração temporal trazer a cena um acontecimento ocorrido *antes* de outro, *depois* de outro, ou *ao mesmo tempo* que outro. Para cada um desses aspectos possui a oração temporal, quando **DESENVOLVIDA**, conjunções apropriadas. (...) A duração de um fato ou a simultaneidade de acontecimentos exprime-se por *enquanto*: ‘*Enquanto* morou aqui, procedeu com muita correção. Malha-se o ferro *enquanto* está quente.’”

Entendemos bastantes os exemplos dos doutos linguistas para fundamentarmos nosso raciocínio de coexistência de duas formas de uso da conjunção *enquanto*, sendo necessário, porém, trazermos uma observação de Almeida (1994 - 176) para melhor formularmos nosso pensamento, na qual o autor levanta a questão do uso de *enquanto* com sentido de *conjunção conformativa*:

“Quer-nos parecer que a origem do erro ‘digo isto *enquanto* mulher’ está no receio de alguma cacofonia no redigir ‘digo isto *como* mulher’. Ou o erro está em confundir *enquanto* com *conquanto*?”

Essa observação de Almeida pode ser confirmada pelos seguintes excertos de respeitáveis linguistas contemporâneos, cuja opinião não pode absolutamente ser ignorada, mas levada em conta como tendência evolutiva da língua. Vejamos este excerto de Bechara (2009 - 242):

“Certos advérbios são assinalados em função de modificador de substantivo, principalmente quando este é entendido não tanto *enquanto* substância, mas *enquanto* qualidade que esta substância apresenta...” (Grifos nossos)

E ainda estoutro trecho extraído de Bechara (2009 - 325):

“Na modificação, a categoria verbal dos produtos é sempre a mesma das respectivas bases, isto é, os substantivos produzem substantivos, os adjetivos

---

<sup>118</sup> Ernesto CARNEIRO RIBEIRO, médico, professor, linguista e educador brasileiro, citado por Almeida (2011 - 345).

adjetivos e assim por diante, porque a função gramatical implicada é ‘inatural’, isto é, função que afeta os lexemas modificando-os *enquanto* tais (e não como membros de oração ou de sintagmas).” (Grifo nosso)

Rocha Lima (2011 - 490) cita-nos exemplo de Manuel Bernardes<sup>119</sup> com o uso do *enquanto* dentro do sentido citado por Almeida:

“Um cardeal, ou um papa, *enquanto* homem, não é mais do que uma pessoa...” (Grifo nosso)

Outro exemplo mais forte de uso da conjunção *enquanto* vem deste excerto de Banza & Gonçalves (2018 - 6):

“*Enquanto* matéria científica e *enquanto* disciplina constante dos planos curriculares de formações académicas que envolvem componentes de língua e linguística portuguesas, a História da Língua Portuguesa tem como objecto a língua *enquanto* expressão cultural construída diacronicamente, lidando, por esse motivo, com o universo da mudança linguística *enquanto* construtora dos sistemas linguísticos e do sistema linguístico do português em particular.” (Grifos nossos)

Podemos observar que a conjunção *enquanto* vem migrando de mera *conjunção temporal* para exercer outras funções conjuntivas na língua, como pudemos depreender dos exemplos citados. Vemo-la usada por Manuel Bernardes como *conformativa* ‘Um cardeal, ou um papa, *enquanto* homem, não é mais do que uma pessoa’, e no exemplo citado por Almeida, provavelmente tirado da língua falada - ‘digo isso *enquanto* mulher’ - aventando a possibilidade de estar sendo usada como tanto como *conformativa* quanto como *concessiva*.

Como pudemos identificar pelos exemplos citados extraídos de bons autores e de renomados linguistas, vislumbramos claro sinal de que algo novo está a ocorrer na língua, pois a coexistência dos usos deverá selecionar um em detrimento de outros, ou consolidar todos como aceitos pela elite da língua portuguesa, suprimindo, quiçá, uma lacuna existente em nosso idioma, se a necessidade do uso assim o entender.

Dizemos *lacuna* ou *carência* valendo-nos das palavras de Maia (1999 - 90), porque a língua portuguesa pode ainda não atender às necessidades dos falantes, ou seja, podem ainda haver lacunas que exijam a combinação de novas estruturas, como bem pontuou Cardeira (2009 - 103).

A carência de vocábulos ou combinações de formas que supram os anseios dos falantes certamente responde por grande parte das mudanças ocorridas na língua, pois a necessidade de se comunicar faz com os falantes e escritores busquem formas que melhor expressem seus sentimentos. É a constante busca pela palavra que mais perfeitamente exprima a linguagem da alma.

### 3.6 *Mas*, de conjunção adversativa a advérbio de intensidade

Para encerrarmos este capítulo, traremos a colação a conjunção coordenativa *mas*, contrastiva em Portugal e adversativa no Brasil. Vejamos o que diz Almeida (2011 - 350) acerca do uso e significado dessa conjunção na língua:

---

<sup>119</sup> Manuel Bernardes (1644 - 1710) religioso português formado pela Universidade de Coimbra em Filosofia, Teologia e Direito Canônico. Rocha Lima não nos declina o nome da obra de Bernardes citada em sua Gramática.

“Mas é o tipo das conjunções adversativas; indica, nitidamente, adversidade de ideia. À ideia de ir opõe-se a ideia de voltar; dizendo: Ele foi, *mas* não voltou - indicamos o contraste de ideias. Outros exemplos: ‘Davi escolheu o tempo da noite e assim chorava de noite, *mas* de dia não chorava’ - ‘Entrou, *mas* não pôde sair’.”

Corroborando o duto ensinamento de Almeida, vejamos este excerto no qual Bechara (2009 - 270) assevera o seguinte:

“Conjunções adversativas - Enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas. As adversativas por excelência são *mas*, *porém* e *senão*. Ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas. *Mas* e *porém* acentuam a oposição; *senão* marca a incompatibilidade: ‘Acabou-se o tempo das ressurreições, *mas* continua o das insurreições’.”

Ficou claro que, teoricamente, a conjunção *mas* é de cariz estritamente negativo, *é o tipo das conjunções adversativas e mas é adversativa por excelência*, ou seja, não há que se pensar em nenhum outro sentido ou significado para essa conjunção. Consideram-na *a* inflexível e sequer podemos imaginá-la desenvolvendo outra função que não de adversativa nas orações. Pensá-la de outra maneira seria inconcebível.

*Mas*, surge outro poeta lusófono, desta vez nas plagas tupiniquins com a *Bandeira* da mudança, do Modernismo, forjando e polindo a sisuda conjunção para usá-la em uma das muitas *carências do léxico*, um vazio daqueles muitos que impedem os sentimentos de serem exprimidos na sua totalidade e essência.

Manuel Bandeira<sup>120</sup>, na sua *Pasárgada* esculpe os seguintes versos:

“E quando eu estiver mais triste, / *mas* triste de não ter jeito / Quando de noite me der / Vontade de me matar / - Lá sou amigo do rei - / Terei a mulher que eu Quero / Na cama que escolherei / Vou me embora pra Pasárgada.”

Estamos diante de uma nova função sintática para a conjunção coordenativa *Mas* que o poeta conseguiu esculpir na mais fina expressão dos sentimentos. Não há malabarismo sintático que mantenha a conjunção *mas* em seu sentido contrastivo no poema acima, Bandeira forjou-a maior, mais ampla, um *adverbio de intensidade*. Também não imaginamos outra palavra que melhor exprimisse a intensidade dessa tristeza.

Creemos ser oportuno retomar a polifuncionalidade dos morfemas tratada por Barros (2018 -37)<sup>121</sup> e que entendemos aplicar-se à conjunção *mas*, pois ela apresenta, inegavelmente, mais de uma possibilidade semântica, variando conforme o contexto. No caso de Bandeira ficou claríssimo que houve essa migração de sentido e de classe gramatical. Estamos também diante de um conectivo com gênese de *ênfase*, *destaque*, *realce etc.*, considerando a ideia imperada pela oração principal que exigia um

<sup>120</sup> Manuel Bandeira, poeta modernista brasileiro *in Pasárgada*.

<sup>121</sup> Neste excerto Barros refere-se aos contrastivos que se dispôs a tratar em seu trabalho, porém vemos grande aplicabilidade ao caso da conjunção adversativa *mas*: “Trata-se da evolução de morfemas que se fixaram como contrastivos. Nos casos de gramaticalização, a polifuncionalidade dos morfemas não se resume a uma mera variação/modulação contextual. Creio que, em última análise, as formas já possuem várias possibilidades de sentido, que são atualizadas em diferentes contextos e assumem diferentes valores no discurso. Portanto, nestes processos de gramaticalização há, simultaneamente, conservação/estabilidade e transformação/evolução.”

complemento à altura. O espírito poético de Bandeira impeliu-o a abusar da regra vigente e criar magistralmente esses versos que, se fugiram do padrão linguístico conhecido, deram voz aos inexprimíveis anseios da alma de contar, expressar o que sente mais fidedignamente.

Parece-nos que havia um hiato abismal entre a ideia que o espírito do poeta desejava transmitir e as poucas palavras disponíveis no léxico para tão rebuscado uso. Estas eram, no entanto, incapazes de versar fielmente aos lentes a sensação poética que gestava e urgia florescer. Nessa árdua batalha entre os gemidos inexprimíveis da alma poética e a escolha que mais lhe desse o cariz desejado no restrito vocabulário, manifestou-se o estro de um grande poeta e usou a, até então, inflexível conjunção adversativa *mas* com outro sentido, dando-lhe nova - e bela! - roupagem léxica.

O poeta fala da abstrata tristeza<sup>122</sup>, mas não de uma tristeza qualquer, uma tristeza comum, *mas* de uma tristeza muito forte capaz de provocar o suicídio! A tristeza que sabemos sentir e que só os poetas conseguem verbalizar. Quiçá estejamos diante da *fingida dor* de Pessoa<sup>123</sup>.

### 3.7 *E pur si muove*<sup>124</sup>

Inferimos de todos os exemplos citados neste capítulo acerca de fenômenos evolutivos observados na língua contemporânea, que não vivemos algo novo, inusitado, mas a mais natural sequência cursiva de um idioma que não se cristalizou e segue fluido seu curso atravessando os tempos. Silva & Osório (2008 - 13) dizem que as línguas mudam porque efetivamente funcionam.

Não há em nós vaidosa pretensão de aferirmos se o uso anafórico do *mesmo* está certo ou errado, nem se *qualquer* deve ou não ser usado nas formas negativas; também não pretendemos dizer que a conjunção temporal *enquanto* tem emprego condenável como conjunção concessiva ou conformativa, pois fartamo-nos de ver que a preferência pelo uso das diversas formas coloca grandes nomes da literatura e da filologia em trincheiras opostas. Também não invocamos a máxima horaciana *Quandoque bonus dormitat Homerus*<sup>125</sup> para justificar que alguém tenha, como Homero, cochilado, ou que seja caso de *lapsus calami*.

Retomemos Bechara (2009 - 142) concernentemente ao uso anafórico do demonstrativo e observaremos que o grande filólogo defende o uso anafórico do *mesmo*, destarte nada mais justo que ele próprio seja um dos grandes propagadores da mudança em curso, pois certamente fá-lo de forma criteriosa e com olhar científico de quem vislumbra, no mínimo, que a já longa coexistência das duas formas se consolide e incorpore-se à norma.

---

<sup>122</sup> Recordemos que Maia (1999 - 90) assevera que no âmbito do vocabulário abstrato a carência da língua portuguesa era maior, conforme observamos neste excerto: “A dificuldade de encontrar correspondência em português para alguns termos latinos revela a carência em que se encontrava a língua portuguesa no século XV, na transição da Idade Média para o Renascimento, sobretudo no domínio do vocabulário abstracto.”

<sup>123</sup> Fernando Pessoa in *Autopsicografia*.

<sup>124</sup> Frase atribuída ao astrônomo, físico e engenheiro florentino Galileo di Vincenzo Bonaulti de Galilei (1564-1642) murmurada após ser obrigado a negar a Teoria do Heliocentrismo perante o Tribunal da Inquisição.

<sup>125</sup> Horácio in *Arte Poética*, 359.

*Nihil sub sole novum!*<sup>126</sup> Dentre as poucas certezas que temos concernentemente à evolução da língua, uma delas é que as evoluções citadas neste Capítulo são repetições de diversos fenômenos ocorridos na Língua Portuguesa desde a chegada dos romanos à Península Ibérica no longínquo século III a.C. Outra certeza é que o eterno devir a remoçará e fará com que, rediviva, possa perpertuar-se e servir para que as almas de seus falantes expressem seus mais inefáveis sentimentos.

A língua é viva, tal qual seus falantes, e evolui! Há, porém, uma diferença que convém-nos considerar: os falantes têm menor duração que as línguas, ou seja, nascemos depois e morremos antes delas. Nossa Língua Portuguesa, carinhosamente chamada por Bilac de “*Última flor do Lácio, inculta e bela,*” já se gaba de ser quase milenar, uma mocinha acompanhando suas irmãs e primas mais velhas na aventura de ser língua. Observando seu percurso histórico, como nesse breve trabalho no qual elencamos poucos, porém, interessantíssimos casos de sua evolução, logramos vê-la com outros olhos, não com olhar resignado dos derrotados por sua indômita volatilidade, mas com olhar apaixonado por sua graciosa pertinácia.

Essa darwiniana capacidade seletiva-evolutiva libertou o *porém* das amarras de seu étimo e legou-lhe nova função conectiva, mais brilhante, inata, com mais nexos sintático e, quiçá, com maior inteligibilidade para seus falantes. Arriscamos dizer que a evolução linguística devolveu-lhe sua identidade, ou sua gênese, para usarmos a palavra de Barros.

O pronome demonstrativo *mesmo* e a conjunção temporal *enquanto* olvidam-se da máxima cristã *Nemo potest duobus dominis servire*<sup>127</sup> e insistem em servir a dois senhores gramaticais. Caberá ao tempo definir o destino gramatical de cada um.

Já o usurpador *qualquer*, que insiste em passar-se por *nenhum* na alheia seara dos períodos gramaticais negativos, certamente a Língua o enquadrará em seu devido lugar, segundo sua suprema vontade, ou legar-lhe-á função semelhante à dos *verbos vicários* que, de maneira elegante, ocupam o lugar de outro verbo, ao talento do falante.

A conjunção adversativa *mas* cumpriu, ainda antes de Bandeira, o desejo do poeta: foi-se embora para sua Pasárgada, na qual deixou de ser exclusivamente adversativa e, como amiga do rei, deitou-se com a função gramatical que quis na cama que escolheu!

A relação existente entre o locutor e a Língua, concernentemente à evolução desta, é, para nós, deveras complexa. Consideremos que a Língua evolui pela ação dos falantes, os locutores que subjetivamente fazem escolhas que trarão evolução linguística - Silva & Osório denominam-nos *Causa* das mudanças linguísticas. Para que essa evolução ocorra a Língua deverá absorver a mudança proposta - se lhe convier.

Trata-se de uma relação que transcende o trivial, na qual o abstrato, conquanto se sobreponha ao concreto, depende dele para ser, existir e evoluir. Os falantes que, efêmeros, tangíveis e concretos, servem vassallos à longa, fugidia e abstrata língua, são, paradoxalmente, sua razão de ser e existir. Os falantes sem a língua não se comunicam nem se expressam, pois ela é uma ferramenta sociológica basilar e primordial para sua vida em grupo. A língua é a identidade dos falantes.

---

<sup>126</sup> Ecclesiastes - 1.10.

<sup>127</sup> Evangelho Segundo São Mateus - 6,24.

Já a língua, apesar de livre, leve e solta, depende dos falantes, seus vassallos, para existir, pois sem eles ela não evolui nem se renova. Ora, tudo que não se renova acaba envelhecendo e, inapelavelmente, morre, a despeito de sua beleza, estirpe e vigor. O Latim que o diga.

### 3.8 *Camonianos mares*<sup>128</sup>

Trabalhar Camões é doce labor que encanta sempre e dá-nos a estranha sensação de que sempre estamos por novos e desconhecidos mares. Neste trabalho tive oportunidade de aprofundar-me na análise do contributo camoniano para a Língua Portuguesa, que muito evoluiu e foi enriquecida pelo trabalho do *Homero das línguas vivas*.

Gostaria de encerrar este Capítulo fazendo uma analogia da obra camoniana com o mais famoso pensamento de Heráclito d'Éfeso. Para isso necessito, *permissa vênia*, citar o seguinte excerto de um artigo de minha autoria já publicado:<sup>129</sup>

“Segundo Heráclito d'Éfeso, o Obscuro, ‘um mesmo homem não mergulha no mesmo rio duas vezes’, defendendo em sua filosofia um mundo em movimento perpétuo, uma grande metamorfose, o eterno devir’.”

Ao lume do pensamento de Heráclito, a experiência de voltar a trabalhar Camões é totalmente nova, pois a obra agora foi lida com outros olhos, novos pensares, com novas referências bibliográficas e sob nova orientação. Isso permitiu-nos ler outro Camões mais surpreendente, cada vez mais culto e interessante que, semelhantemente ao Universo, está em franca expansão. Seguramente a língua também banha-se nas águas do eterno devir da perene evolução que a mantém viva e funcional, como fartamente tratamos neste trabalho balizados por obras de eruditos pesquisadores que legaram verdadeiros tesouros científicos para a comunidade acadêmica.

Saussure fala do *rio da língua que corre sem interrupção* no qual, *mutatis mutandis*, os falantes banham-se e a cada banho prova-se uma nova experiência, seguindo o pensamento de Heráclito.

Dos contatos com a obra de Camões e com o aforismo de Heráclito surgiu o soneto *Camonianos mares* que, mesmo faltando-nos o estro camoniano e o brilho filosófico de Heráclito, sentimo-nos impelidos a incluir no Anexo deste trabalho. *Alea jacta est!*

---

<sup>128</sup> *Camonianos mares* é o título do soneto de minha autoria escrito em 9 de janeiro de 2020 quando da entrega da comunicação da cadeira Raízes Latinas Cultura Portuguesa, hoje parte integrante deste trabalho e constante do Anexo.

<sup>129</sup> Refiro-me ao artigo *Autoconhecimento - Eu, caçador de mim*, subtítulo: *Tudo flui como um rio*. (Oliveira Jr - 2018).

## BIBLIOGRAFIA

- ALIGHIERI, Dante. (2013). *La Divina Commedia*. Firenze. Societa Editrice Fiorentina (1845). Con apposite prefazioni e commenti di Paolo Emiliani Giudici. Disponível em [https://www.liberliber.it/mediateca/libri/e/emiliani\\_giudici/dante\\_la\\_divina\\_commedia/pdf/emiliani\\_giudici\\_dante\\_la\\_divina\\_commedia.pdf](https://www.liberliber.it/mediateca/libri/e/emiliani_giudici/dante_la_divina_commedia/pdf/emiliani_giudici_dante_la_divina_commedia.pdf). Acessado em 16 de agosto de 2021.
- ALMEIDA, André A. (2008). *A mitologia greco-latina na canção Choro Bandido*. Disponível em <http://www.criticaecompanhia.com.br/andre.htm#oitu>. Acessado em 16 de agosto de 2021.
- ALMEIDA, João Ferreira de. (1969). *Bíblia Sagrada - Antigo e o Novo Testamentos*. Rio de Janeiro. Sociedade Bíblica do Brasil.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. (1994). *Dicionário de Questões Vernáculas*. São Paulo. Editora LCTE.
- Ibd.* (2011). *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 46ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva.
- ANASTÁCIO, Vanda. (2017). *A Lenda Dourada de Frei Bartolomeu Ferreira*. Revista Convergência Lusíada. V. 23 n. 27 (2012) Sobre Luís de Camões. Disponível em <https://convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/146> . Acessado em 6 de setembro de 2021.
- BANZA, Ana Paula & GONÇALVES, Maria Filomena. (2018) *Roteiro de História da Língua Portuguesa - Évora*. UNESCO.
- BARROS, Clara. (2018). *Análise de textos medievais em português: nexos entre a história da língua e a história das formas textuais-discursivas*. Salamanca. Luso-Espanhola de Ediciones, S.L.
- BARROS, João de. (1917). *O Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra. Obra acessada em 26 de julho de 2021, disponível em <https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/3336/1/O%20Di%C3%A1logo%20em%20Louvor%20da%20nossa%20Linguagem%20de%20Jo%C3%A3o%20de%20Barros%20%281917%29.pdf>.
- BECHARA, Evanildo. (2009). *Moderna Gramática Portuguesa*. (37ª edição). Rio de Janeiro. Editoras Nova Fronteira e Lucerna. Disponível em [LeLivros.club](http://LeLivros.club) - obra de Domínio Público. Acessado em 20 de julho de 2021.
- BELCHIOR, Antônio Carlos. (1993). *Quinhentos anos de quê? Álbum Baihuno*. São Paulo. Movieplay.
- Ibd.* (2018). *Tudo Outra Vez*. Álbum *Tudo outra Vez*. Rio de Janeiro. Warner Music Brasil.
- Ibd.* (1980). *Ypê*. Álbum *Objeto direto*. Rio de Janeiro. Warner.
- BRAGA, Teófilo. (ND). *Viriato, Romance Épico*. Luso Livros. Disponível em <http://luso-livros.net/> acessado em 23 de julho de 2021.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. (1992). *Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa*. Maia. Gráfica Maiadouro.
- CALDAS AULETE, Francisco Júlio de. (ND). *Dicionário Caldas Aulete: o dicionário da língua portuguesa na internet*. Rio de Janeiro. Lexicon Editora Digital. Disponível em <https://aulete.com.br/>.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. (2011). *História da Linguística*. Petrópolis. Editora Vozes.
- CARDEIRA, Esperança. (2009). *Revisitando a periodização do português: o português médio*. Uberlândia. Domínios da Linguagem.
- CERVANTES, Miguel de. (1998). *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha*. Disponível em <https://cvc.cervantes.es/literatura/clasicos/quijote/default.htm>. Acessado em 13 de agosto de 2021.

COELHO, Francisco Adolpho. (1868). *A Língua Portuguesa - Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*. Coimbra. Imprensa da Universidade.

CORREA DA SILVA, Carlos Eugénio. (1931). *Ensaio sobre os latinismos d'Os Lusíadas*. Coimbra. Imprensa da Universidade. Acessado em 27 de julho de 2021. Disponível em <https://archive.org/details/CORREADASILVAENSAIOSOBREOSLATINISMOSDOSLUSIADAS/mode/2up>.

COSERIU, Eugênio. (1979). *Sincronia, diacronia e História - O Problema da Mudança Linguística*. Rio de Janeiro. Presença. Acessado em 30 de julho de 2021. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4406913/mod\\_resource/content/1/Coseriu%2C%20E.%20%281979%20%5Btrad.%2C%20Carlos%20Alberto%20da%20Fonseca%2C%20Ma%CC%81rio%20Ferreira%5D%29.%20Sincronia%2C%20diacronia%20e%20Histo%CC%81ria.%20O%20problema%20da%20mudanc%CC%A7a%20lingui%CC%81stica.%20Ca%CC%81p.%207%2C%20Sincronia%2C%20diacronia%20e%20histo%CC%81ria.%20Rio%20de%20Janeir%20%20Presenc%CC%A7aEDUSP..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4406913/mod_resource/content/1/Coseriu%2C%20E.%20%281979%20%5Btrad.%2C%20Carlos%20Alberto%20da%20Fonseca%2C%20Ma%CC%81rio%20Ferreira%5D%29.%20Sincronia%2C%20diacronia%20e%20Histo%CC%81ria.%20O%20problema%20da%20mudanc%CC%A7a%20lingui%CC%81stica.%20Ca%CC%81p.%207%2C%20Sincronia%2C%20diacronia%20e%20histo%CC%81ria.%20Rio%20de%20Janeir%20%20Presenc%CC%A7aEDUSP..pdf)

DIÉGUEZ, Ignacio Vázquez. (2018). *Mudanças fonético-fonológicas do latim para o português, galego e espanhol: um confronto*. Salamanca. Luso-Española de Ediciones, S.L.

DUARTE LEÃO. (1606). *Origem da Lingoa Portvgvesa*. Lisboa. Pedro Crasbeeck. Disponível em [https://purl.pt/50/4/res-277-1-v\\_PDF/res-277-1-v\\_PDF\\_24-C-R0150/res-277-1-v\\_0000\\_1guarda-150-151\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/50/4/res-277-1-v_PDF/res-277-1-v_PDF_24-C-R0150/res-277-1-v_0000_1guarda-150-151_t24-C-R0150.pdf). Acessado em 15 de setembro de 2021.

EPIFÂNIO DIAS, Augusto. (1916). *Os Lusíadas de Luís de Camões comentados por Augusto Epiphanyo da Silva Dias*. Porto. Companhia Portuguesa Editora. Disponível em <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6373>. Acessado em 29 de julho de 2021.

FIGUEIREDO, Cândido de. (1913). *Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa. Livraria Clássica.

GRIMM, Jacob Ludwig Carl. (ND). Citação acessada em 23 de julho de 2021, e disponível em [https://www.aphorismen.de/zitat/73336?\\_cf\\_chl\\_jschl\\_tk\\_=pmd\\_9d449a9dc1c3f384e47763ed4e9f0d63f29a6af4-1627058075-0-gqNtZGzNAg2jcnBszQiO](https://www.aphorismen.de/zitat/73336?_cf_chl_jschl_tk_=pmd_9d449a9dc1c3f384e47763ed4e9f0d63f29a6af4-1627058075-0-gqNtZGzNAg2jcnBszQiO).

HERÓDOTO. (1982). *História*. Rio de Janeiro. Ediouro.

KORSTANJE, Maximiliano. (2008). *La romanización en Hispania: durante el Alto Imperio (27 a.C-96 d.C.)*. Bucaramanga, Colômbia. Universidad Autónoma de Bucaramanga. Reflexión Política, volume 10, número 19. Acessado em 22 de julho de 2021. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11001904>.

LOPES, Fernão.

LOURENÇO, Frederico. (2017). *Bíblia - O Novo Testamento - Os Quatro Evangelhos*. Traduzido do grego por Frederico Lourenço. São Paulo. Companhia das Letras.

MAIA, Clarinda de Azevedo. (1999). *A Herança Latina na Língua Portuguesa. Raízes Greco-latinas da Cultura Portuguesa - Actas do I Congresso da APEC*. Coimbra. Imprensa de Coimbra, Lda.

MAIA, Clarinda de Azevedo. (2017). *História do Galego-português - Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência ao galego moderno)*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra. Acessado em 27 de julho de 2021. Disponível em <https://digitalis.uc.pt/> . acessado em 2 de agosto de 2021.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia Barreto. (2002). *O Português Quinhentista - Estudos linguísticos: A recepção do texto escrito no período arcaico e sua ampliação a partir do século XVI*. Salvador. Editora da UFBA.

*Ibd.* (ND). *Como se Estruturou a Língua Portuguesa?* São Paulo. Museu da Língua Portuguesa. Disponível em <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Como-se-estruturou-a-lingua-portuguesa.pdf>. Acessado em 22 de julho de 2021.

- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. (1921). *Introducción al estudio de la lingüística vasca*. Navarra. Sociedade de Estudios Vascos. Acessado em 27 de julho de 2021. Disponível: [https://www.euskaltzaindia.eus/dok/iker\\_jagon\\_tegiak/villasante/dokumentuak/465.pdf](https://www.euskaltzaindia.eus/dok/iker_jagon_tegiak/villasante/dokumentuak/465.pdf).
- Ibd.* (1940). *Manual de gramática histórica española*. Madrid. Espasa-Calpe.
- MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino. (1882). *Historia de los heterodoxos españoles*. Madrid. La Editorial Católica. Edição digital basada em la de Madrid, La Editorial Católica, 1978. Acessado em 3 de agosto de 2021. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmch9937>.
- NASCENTES, Antenor. (1955). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica.
- OLIVEIRA JR, Leônidas Soares de. (2018). *Autoconhecimento - Eu, caçador de mim. Tudo flui como um rio*. Goiânia. IBC.
- OSÓRIO, Paulo. (2018). *Linguística Histórica e História do Português. Das origens ao século XVI*. Salamanca. Luso-Española de Ediciones, S.L.
- RIBEIRO, Orlando (1987). *A formação de Portugal*. Lisboa. Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. (2011). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. José Olympio.
- RODRIGUES, José Maria. (2010). *Estudos Sobre Os Lusíadas. Coleção de Antônio Morais Silva - Estudos de Língua Portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras. Acessado em 25 de julho de 2021. Disponível em <http://www.luisdecamoes.pt/2020/11/estudos-sobre-os-lusíadas-de-jose-maria.html?m=1>.
- SACCONI, Luiz Antonio. (2011). *Novíssima Gramática Ilustrada Sacconi*. São Paulo. Editora Nova Geração.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Cours de linguistique générale*. Paris. Payot. Disponível em [https://fr.wikisource.org/wiki/Cours\\_de\\_linguistique\\_générale](https://fr.wikisource.org/wiki/Cours_de_linguistique_générale). Acessado em 29 de julho de 2021.
- SILVA, Jaime F. da Silva & OSÓRIO, Paulo. (2008) *Introdução à História da Língua Portuguesa - dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico - dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico*. Chamusca. Edições Cosmos.
- SILVA NETO, Serafim da. (1970). *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Livros de Portugal.
- Ibd.* (1976). *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. (3ª edição). Rio de Janeiro. Presença
- SOARES BARBOSA, Jeronymo. (1859). *Analyse dos Lusíadas de Luiz de Camões*. Coimbra. Imprensa da Universidade. Acessado em 29 de julho de 2021. Disponível em <https://books.google.td/books?id=t0UBAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=fr#v=onepage&q&f=false>.
- TEYSSIER, Paulo. (1982). *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo. Martins Fontes. Digital Source.
- VIEIRA, Cristiano de Oliveira. (2016). *Em nome do Hades: Platão e as etimologias contra o medo da morte*. Juiz de Fora. Revista Ética e Filosofia Política.

# ANEXOS

## Camonianos mares

Por mares nunca dantes navegados  
Heráclito nos legou o *panta rei*.  
Navego sem saber *pra* onde irei  
Miserável leitor desavisado!

O mundo camoniano intocado  
Ao lume do saber desbravarei!  
Incauto, pobre e cego se acha rei  
Imerso no imenso mar malvado.

A próxima aventura camoniana  
Será trabalho simples, pouca monta,  
Pensando ser já douto nesse mar

Como o é a hábil gente lusitana.  
- São mares outros! Heráclito aponta  
Ao neófito nauta a navegar.

LEÔNIDAS OLIVEIRA